DIAGNÓSTICO DAS ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL - ZEPH
ANÁLISE DAS REFERÊNCIAS CULTURAIS E PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

ZEPH 10 SANTO ANTÔNIO / SÃO JOSÉ
ZEPH 14 CASA DA CULTURA / ESTAÇÃO CENTRALPATRIMÔNIO IMATERIAL

Recife,

outubro de 2020

Geraldo Julio
Prefeito

Luciano Siqueira
Vice-Prefeito

Antônio Alexandre
Secretário de Planejamento Urbano

Lorena Veloso
Gerente Geral da DPPC

DIRETORIA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL – DPPC

Coordenação do Projeto

Fernando Antônio Duarte Barros Júnior
Gerente de Projeto do Patrimônio Cultural Imaterial

Rafael de Freitas Dias Acioly
Chefe de Divisão de Registros e Salvaguarda da Preservação do PatrimônioCultural Imaterial

Equipe Técnica

Controle da Preservação do Patrimônio Cultural Material Análises Normativas do Patrimônio Cultural

Maria Cecilia Vargas de Alcantara
Geysa Vilela Gomes Marques
Maria Eduarda Albuquerque Queiroz

Planos Estratégicos de Preservação do Patrimônio Cultural Material

Larissa Rodrigues de Menezes
Laryssa Araujo
Lindoelly Mayse de Melo Duarte
Luanancy Lima Primavera

Análises Normativas do Patrimônio Cultural

Lili Suassuna Becker
Fernanda Rennaly Queiroz Brainer de Oliveira

Projetos do Patrimônio Cultural Material

Maria Cicília de Oliveira Melo

Unidade de Documentação

Maria Falcão Soares da Cunha

Setor Operacional Administrativo

Manoel da Silveira Ramos Neto

APRESENTAÇÃO

O presente documento é parte de uma série de diagnósticos de todas as Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH). A elaboração desses diagnósticos é uma das ações estratégicas do **Plano de Preservação do Patrimônio Cultural do Recife**, que deve integrar o sistema de planejamento territorial e urbano da cidade, contribuindo para firmar uma **visão de cidade sustentável, inclusiva e de alta qualidade ambiental**.

A proposta tem o intuito de celebrar os **40 anos do Plano de Preservação de Sítios Históricos do Recife** (PPSH-Recife), que, em 1979, inaugurou a ação preservacionista da Prefeitura da Cidade do Recife. **É imperativo aproveitar essa oportunidade para propor à cidade uma visão de futuro para seu patrimônio cultural.**

O Plano de Preservação do Patrimônio Cultural tem como objetivo geral definir a **Política Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural do Recife**, através do estabelecimento de um conjunto de objetivos, metas e diretrizes que expressem o entendimento do governo local e dos agentes sociais e institucionais quanto à **orientação do planejamento urbano**.

Os objetivos específicos configuram etapas de elaboração do Plano, consistindo em um grupo de ações estratégicas que irão apresentar produtos individuais, a serem posteriormente analisados de forma integrada. Além dos diagnósticos das ZEPH, serão realizados também diagnósticos dos IEP; levantamento de indicativos do patrimônio imaterial; ações de educação patrimonial; diagnóstico dos aspectos normativos da preservação; ações de democratização do acervo da DPPC; e proposição de diretrizes sustentáveis para legalização de imóveis de preservação ou localizados nos sítios históricos do Recife. Ao fim, os diferentes níveis de análise serão compatibilizados para a elaboração dos objetivos, metas e diretrizes da Política Municipal de Preservação.

Sumário

1 INTRODUÇÃO 5
1.1 Detalhamento de Aspectos Metodológicos 9
1.2 Considerações acerca dos significados 13
2 COMÉRCIO, DIVERSIDADE E DESIGUALDADES 14
2.1 A Feira do Mercado e alguns elementos da atividade dos feirantes 26
2.2 Registro etnográfico: “Um dia de Páscoa” 30
2.3 A pluralidade da paisagem social e os interesses dos usuários 37
2.4 Performance, cultura local, distinção simbólica e econômica 43
2.5 Teatralidade, dispersão e o popular 62
2.6 Referências culturais, relações e usos 70
3 MORADORES, MEMÓRIA SOCIAL E IDENTIDADE 81
3.1 Perfil Socioeconômico dos Moradores Entrevistados 84
3.2 Paisagem e Referências Culturais para os Moradores 88
3.3 Por que morar no Centro? 101
3.4 As Condições de Moradia 102
3.5 A Modernização dos Bairros e as Mudanças no Cotidiano 104
3.6 Memória e Signos Sociais 108
3.7 As Paisagens Retratadas e as Significâncias 118
3.8 O novo recife 121
4 CARNAVAL E O PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL 123
4.1 “Commedia Dell'Arte” das Verdureiras do São José 125
4.2 Desterritorialidade dos Estudantes de São José 129
4.3 Patrimônio Imaterial, *Carnival* e Fragmentos do São José 132
4.4 Badia e Integralidades do Patrimônio Cultural 137
5 PAISAGEM, AUSÊNCIAS E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA 140
6 DIRETRIZES PARA PRESERVAÇÃO E SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DAS ZEPH 10 & 14 155
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 158
ANEXOS 159
Fichas de Significância 159

1 INTRODUÇÃO

Recife é uma cidade tão peculiar em suas formas de gerir costumes, histórias sociais e, a partir disso, identidade cultural, que aqui se guarda, como um relicário, hábitos cotidianos muito simples, como o de se “mandar um cheiro”. Não se fala, nem se necessariamente pratica o “beijo de lembranças”, como é mais comumente encontrado em algumas cidades brasileiras. No Recife, pratica-se, invés do comum ósculo, uma “fungada no cangote”, como cumprimento de carinho e afinidade. Não é que esse seja o único significado local de “um cheiro pra tu”, mas que de fato há uma compreensão social do cheirar ao outro, passível de se viver quando em terras recifenses.

Outras cidades de Pernambuco, e do Nordeste Brasileiro, provavelmente compartilham desse mesmo código, mas na Região do Recife (Olinda, Camaragibe, São Lourenço da Mata, Jaboatão dos Guararapes) isso se apresenta enquanto um signo da identidade local, ainda com muito vigor. Ou seja, o Recife tem curado seus elementos culturais de uma forma sócio-identitária que foi capaz de instruir uma socialização própria. É da corporificação dessa cultura que um indivíduo torna-se capaz de entender uma forte aspirada na região do pescoço, ou até atrás da orelha, enquanto um cumprimento socialmente legítimo – “É! Algumas pessoas cumprimentam assim mesmo: dando uma fungada”.

A cidade, portanto, possui várias formas de se representar, assim como à identidade do seu povo e à sua memória social – que, não raro, se relaciona com a presença holandesa, como signo de distinção, mais do que com dados históricos embasados. O período holandês é outra instituição social marcante, na história do recifense médio. O mesmo que também se reinventou no período de modernizações, quando foi construída a “maior avenida em linha reta da América Latina”[1]. A memória social perpetuada pessoa a pessoa parece ser parte importante da identidade do povo no/do Recife.

[1] A Caxangá é uma das principais vias do Recife, foi considerada durante muito tempo "a maior avenida em linha reta do Brasil", posto que perdeu em 1990, com a construção da avenida Teotônio Segurando, em Palmas, no Tocantins. Mesmo assim, continua sendo perpetuada na cultura oral recifense como a “maior avenida em linha reta da América Latina”.

É sobre esse tipo de relações, que envolvem fatos históricos, compreensões tradicionais, identidade e patrimônio cultural que estaremos tratando no presente diagnóstico. Não se trata de uma etnografia definitiva sobre os Bairros de Santo Antônio e São José, nem um levantamento geral das memórias sociais dos lugares dos bairros, mas de um registro, no período de um ano e meio, das observações foram feitas utilizando uma diversidade de instrumentos metodológicos das Ciências Sociais, e a partir de uma perspectiva etnográfica. Uma pesquisa que embora lance mão de textos e registros históricos (que favorece uma análise diacrônica), tem interesse no presente dos fatos observáveis (sincrônico). Portanto, a partir do registro de dados do presente, realizado com entrevistas, surveys, observações participantes em eventos culturais e no cotidiano dos bairros, que se desenrolaram os estudos dos eventos históricos a eles associados.

Da mesma forma como se dá a memória social, que orientada a partir do presente estabelece narrativas sobre eventos anteriores, se relacionando com fatos da história social do lugar e das trajetórias individuais de seus atores. A pesquisa buscou se concentrar em determinados elementos identificados enquanto caracterizadores do lugar e das trajetórias de suas figuras ilustres reconhecidas. A aplicação de questionário sociocultural para compreender o presente, portanto, objetiva, baseado também em narrativas individuais, compreender alguns dos processos socioculturais contemporâneos e determinadas alterações nessas dinâmicas que caracterizam o lugar para os próprios entrevistados.

É a partir disso que buscamos compreender as dinâmicas socioculturais e econômicas e as instituições locais a partir das quais podemos compreender enquanto “referências culturais”. Este é um ponto decisivo do nosso princípio metodológico: transformar um evento sociocultural e econômico em “referência cultural” não deve ser vetor para a redução para apenas esse último aspecto (o cultural). O estudo dos elementos socioeconômicos do “bem cultural” nos garante compreendermos dinâmicas mais amplas de eventos a eles relacionados. Nessa medida, compreende-se dinâmicas urbanas, de moradia, modo de vida econômico e significados de lugares da cidade a partir da memória social dos entrevistados.

Nesse contexto, o mercado de São José estabelece-se tanto a partir da multiculturalidade do comércio oferecido, quanto da multiplicidade socioeconômica do lugar, usos e significados específicos. O prédio do mercado, seu entorno comercial –

de rua e em lojas – e a praça Dom Vital constituem uma parte da identidade comercial da Cidade do Recife. A partir de um evento amplamente plural em sua composição de posições sociais e democrático na possibilidade de inserir indivíduos em lugares sociais tão distinto. Por seu turno, isso se traduz também na diversidade do que e a quem se vende.

Portanto, entendeu-se como diretriz metodológica que a edificação e seu entorno sejam compreendidos enquanto elementos centrais da constituição do evento do comércio para a cultura da cidade – hipótese que pode ser considerada verdadeira a partir da própria pesquisa. Isso se deu também em face de que a relevância do lugar garantiu uma concorrência tal que garantiu a presença de uma ampla gama de pessoas tradicionalmente relacionada com o lugar – por sua várias razões e através de comportamentos econômico-culturais bastante diversos. Por esse motivo, optamos por qualificar subtipos sociais para que fosse representada a amplitude de eventos socioeconômicos e culturais do mercado, diante das dinâmicas urbanas e históricas dos bairros de Santo Antônio e São José. Posto que na mesma medida, os usuários também são de origens diversas de toda a região metropolitana – posto que são lugares que interessam e têm significado para a população das cidades vizinhas e também de outros estados.

Nessa medida, podemos compreender que o Mercado de São José – aqui, sempre tratado enquanto evento amplo, para além da construção do edifício – tem uma relação social com a cidade do Recife que transcende e excede seus aspectos econômicos, urbanísticos e de patrimônio cultural, isoladamente. Dessa forma, aquele lugar estabelece alguns de seus significados sobre a memória dos bairros, que embora não se limitem ao mercado, têm seus significados influenciados por esse importante patrimônio da cidade do Recife.

Da mesma forma que em relação ao Mercado, a pesquisa manteve como foco perspectivas da multiculturalidade em relação a outros lugares socialmente reconhecidos por distintos subgrupos. Haja vista que cada lugar social específico é capaz de tender a determinados conhecimentos, formas de entender os lugares e gestão de memórias específicas deles. Para tanto, buscamos entre os vários grupos pesquisados que pudessem manifestar os seus conhecimentos e entendimentos específicos sobre o bairro, seus eventos e seus significados. Na medida em que o fazemos metodologicamente, evidenciamos uma compreensão anterior de evento de

cidade enquanto conjunto plural e de importância pública, o que é propriamente defendido pela constituição de 1988. A cidade e suas representações, portanto, podem ser compreendidas como uma expressão do ser social que a habita e a forma como estruturas políticas e econômicas transformam em/a paisagem sociocultural.

Ao buscarmos ressaltar a diversidade do patrimônio cultural dos bairros de Santo Antônio e São José, estamos também em busca do registro da diversidade multicultural que caracteriza esses espaços da cidade. Na mesma medida em que classes sociais distintas corporificam a cultura – através do *habitus*[2] – de maneira distinta, também exercessem compreensões e atuações na cidade de formas diversas. São os vários *habitus* em interação direta e indireta, e as suas representações sociais no corpo da cidade que produzem paisagens culturais características dos lugares. Portanto, esses comportamentos sociais específicos têm efeitos práticos nas formas de ocupação da cidade e na disposição espaço-temporal desses povoamentos.

A opção metodológica, também diante da disponibilidade de recursos, foi de representar proporcionalmente alguns tipos sociais e às suas memórias, mesmo que eles não se façam demograficamente equitativos, na paisagem social contemporânea. Nessa medida, compreendemos a relevância dos vários aspectos socioculturais enquanto promotores de vitalidade a lugares patrimonializados da Cidade do Recife e para a prática de novas e velhas referências culturais.

[2] FALAR DO CONCEITO DE HABITUS DE BOURDIEU

1.1 Detalhamento de Aspectos Metodológicos

A pesquisa que fundamenta o presente relatório foi iniciada no mês de outubro de 2018, tendo como foco os comerciantes do mercado e seu entorno. Dessa forma, tinha-se como hipótese de pesquisa a centralidade da região do mercado enquanto epicentro das relações de significância do pernambucano médio, em relação aos bairros de Santo Antônio e São José – o que também se relaciona com a posição fronteiriça em que o mercado se encontra entre ambos os bairros, sendo atribuidor de elementos de identidade social a eles.

Importante ressaltar que na ocasião do início da pesquisa era noticiado pela impressa local que o Mercado de São José seria alvo de grande requalificação. Essa teria por objetivo reestruturar toda a configuração interna, modificando também o anexo de alimentação, além dos boxes circunvizinhos e retirar todos os comerciantes da "feira do mercado" de maneira definitiva. Os órgãos responsáveis pelo redimensionamento do espaço acreditavam que a ação teria como consequência o atendimento a outros tipos de público, que havia sido afastado pelas reorganizações espontâneas e não programadas, dos ambulantes regularmente cadastrados pela Prefeitura do Recife.

Nessa medida, é importante ressaltarmos que a circulação desse tipo de informação se mostrou um elemento, via de regra, presente nas respostas dos participantes da pesquisa. Em certo sentido, havemos de considerar que respostas dadas à nossa pesquisa também foram motivadas por esse contexto, seja estabelecendo influências positivas ou negativas, posto que comerciantes, usuários e moradores seriam afetados de alguma forma por parte das ações. Assim, os pesquisadores envolvidos na aplicação do questionário e na realização de entrevistas, na medida em que reconhecidos enquanto funcionários da prefeitura, também se tornavam interlocutores para manifestações de preocupação ou contentamento.

Em vista dessas influências para a realização de entrevistas, foram estabelecidas algumas perguntas-teste para que se ampliasse o grau de confiabilidade dos questionários. Sendo assim, a aplicação se deu mesmo durante período de intensa reestruturação da região estudada. O marco temporal, portanto, da realização da pesquisa social de rua, visitas, entrevistas não-estruturadas e semi-

estruturadas, foi de outubro de 2018 a julho de 2019. Em termos das transformações sociais, significa dizer que é iniciada numa ocasião de intensos debates e negociações sociopolíticas e se estendeu até o momento da remoção dos feirantes e demais comerciantes do entorno do Mercado de São José e Largo da Igreja da Penha (Praça Dom Vital e seu entorno).

Após o levantamento de dados entre os comerciantes, o qual abarcou situações específicas do comerciar, seja no interior do mercado – divididos entre comércio de artesanato e demais comerciantes – de todo imediato entorno daquele – os quais têm 3 subcondições distintas, a saber: feirantes, que é uma situação específica de ambulantes; administradores de boxes (licenciados pela prefeitura) e vendedores de calçados, panelas e roupas, ocupantes de lugar também regulamentado pela prefeitura e que, em linhas gerais, foram removidos outras duas vezes pela prefeitura. Além desses, ainda foram entrevistados comerciantes ambulantes, o público usuário do lugar e seus moradores – que poderíamos intitular de “remanescentes”, em sua maioria.

Nesse sentido, também se faz necessário sublinhamos a alternância de horários para a aplicação dos questionários. Em sua absoluta maioria, os horários utilizados estiveram circunscritos entre às nove horas da manhã (9:00) e às dezessete horas (17:00), horário de funcionamento da DPPC. Embora esse tenha sido o mais constante, também foram realizadas duas sessões de aplicação de questionário aos sábados, além de entrevistas em horários noturnos, ou durante os fins de semana.

Ao término do levantamento, foram validadas as aplicações de 299 (duzentos e noventa e nove) questionários, além de realizadas 12 (doze) entrevistas semi ou não-estruturadas com indivíduos representantes de diversos públicos que constituem a paisagem social do São José e Santo Antônio. Esses entrevistados foram escolhidos após a aplicação dos questionários. Dessa forma, não se adiciona ao número total de entrevistados, mas devem ser percebidos enquanto perfis avaliados como referências para o contexto, além de bons descritores dos diversos momentos sociais do lugar e/ou detentores de memórias de grande importância para a significância dos espaços.

Ainda no decorrer do levantamento de dados foi enviado para demais moradores do bairro um questionário a ser respondido de maneira remota (on-line). Ao fazê-lo, buscava-se ampliar o potencial grupo universo da pesquisa, posta a

possibilidade de acessar moradores de edifícios, os quais, via de regra não se encontravam em suas residências durante o horário comercial, além dos casos em que as autoridades responsáveis por aceitar a entrada de pesquisadores recusaram-se. Muito embora se tenha investido bastante esforços nesse sentido, esse meio se mostrou inviável diante da pequena adesão, por parte do grupo-alvo.

Sendo assim, é necessário mencionar que a quantidade e qualidade dos dados levantados se mostram eficazes para compreendermos tendências e diretrizes de elementos socioculturais do lugar, porém não são suficientes nem se propõem a gerar inferências estatísticas sobre o contexto dos bairros. O acionamento de pesquisas qualitativas vem no sentido de compreensões que deem indícios explicativos e de relações de causalidade entre eventos apontados.

Em relação às aplicações de questionários feitas com comerciantes, a coleta de dados seguiu o método análogo à pesquisa domiciliar. Dessa forma, a cada estabelecimento entrevistado, era feito um “salto” de dois (ou três, a depender do tipo de) estabelecimentos para que fosse aplicado cada questionário. O intuito dessa técnica de coleta de dados é prevenir a contaminação direta da opinião entre os indivíduos, posto que não raramente a aplicação do questionário desperta a curiosidade dos imediatamente vizinhos, o que tende a surtir efeitos específicos nas respostas a serem dadas e perde-se definitivamente a espontaneidade – elemento fundamental em pesquisas tipo survey. Ao passo de acontecimentos desse tipo, a possibilidade de homogeneização ou seu oposto, a depender de relações específicas entre vizinhos, elevam-se os níveis de interesses indiretos na pesquisa, o que poderia diminuir a confiança dada às respostas da pesquisa.

Além disso, antes da aplicação dos questionários, foram tipificados e contabilizados os comércios existentes no epicentro sociocultural eleito para parte da investigação. Esse método foi especificamente aplicado entre os vendedores do Mercado e seu entorno em razão do ambiente apresentar características mais estáveis e ser significativamente mais controlado que outros espaços dos bairros. Com essa contagem, foi possível estabelecer cotas específicas, garantindo o percentual mínimo de determinados tipos de comércio e natureza de produtos. Esses porcentuais, porém, são insuficientes para garantir comparativos internos a comportamentos dos perfis sociais propostos, mas são significativos para fazê-los representar um estrato socioeconômico e geográfico delineado. A partir disso,

portanto, tomamos enquanto referência a observação empírica da sociodinâmica do espaço (uma etnografia em moldes antropológicos), tanto em relação aos fluxos, quanto ao que está estruturado na paisagem social.

Esse contexto se fez inviável em relação aos comerciantes ambulantes do restante do São José e Santo Antônio, posto os recursos humanos disponíveis para realizar esse tipo de levantamento, frente a amplitude do evento social desse tipo de comércio. Nessa medida, a esse subgrupo específico, em relação aos quais foram eleitas estratégias mais próximas às entrevistas com usuários do lugar, a saber: por locais de maior fluxo e/ou de importância sociohistórica e cultural para a constituição da memória e/ou identidade dos espaços. Nessas estratégias, buscou-se, ainda, atender às diversidades que os ambientes abrangem a partir dos usos específicos, tipos sociais e as alternâncias de públicos presentes ao longo do dia.

A partir desses perfis sociais, e do desempenho individual ao responder – independente das respostas em si, mas da capacidade em respondê-las de maneira assertiva – e da relação estabelecida com o lugar, buscou-se eleger um representante de cada situação específica para aplicação de roteiro de entrevista, instrumento de metodologia social qualitativa. Assim, se apresentou possível, o aprofundamento dos conhecimentos de contexto específico e relatos de trajetórias individuais, possibilitando o conhecimento das memórias individuais e coletivas sobre os lugares. Nessa medida, compreende-se a possibilidade de construção de uma história local complementar, desde alguns elementos de distinção da população local e os mecanismos de diferenciação recíprocos, para uma compreensão mais abrangente. Em decorrência das posições distintas, também foi possível compreender as expectativas e necessidades específicas que cada subgrupo expressava, além de elementos sociais compartilhados acerca do Mercado de São José, o que embasa aspectos identitários.

Assim, a decisão de abarcar de forma mais abrangente a complexidade social do lugar veio de uma reunião com todo o conjunto de técnicos e gestores da DPPC/SEPLAN, para apresentação de resultados preliminares exclusivamente sobre os comerciantes do epicentro sociocultural do Mercado. A partir dessa, se compreendeu a necessidade da pesquisa abarcar um leque maior da população constante nas ZEPH 10 e 14, utilizando, para isso, não a quantidade da população específica, mas a capacidade de gerar mais relações com o lugar que cada situação

social poderia vir a ser capaz de gerar.A partir dessa decisão, realizou-se as entrevistas com moradores, em sua totalidade, a partir de método qualitativo, enquanto questionários foram aplicados entre os usuários, levando-se em conta dificuldades relativas ao tempo. Assim, a pesquisa passou a se estender a outros grupos sociais que haviam sido apenas parcialmente abarcados no primeiro momento. Desta feita, foram elaborados mais dois questionários e um roteiro de entrevistas, com uso de imagens para absorver aspectos acerca da significância dos lugares. Esses foram aplicados aos residentes como forma de prospectar memórias sociais em um lapso temporal (diacronicamente). Verificando, assim, possíveis contrapontos ao tipo de percepções dos outros questionários, como capacidades de absorver elementos mais sincrônicos (atrelados às práticas rotineiras em um dado momento). Dessa forma, também pudemos complementar a natureza dos dados utilizados para a análise sociocultural do lugar.

1.2 Considerações acerca dos significados

Como mencionado, foram estabelecidos os seguintes tipos sociais para a compreensão do contexto social das ZEPH 10 e 14, em sua heterogeneidade presente, aos quais foram estabelecidas cotas e questões específicas, são: vendedores do interior do mercado; vendedores do entorno do mercado; comerciantes ambulantes daquelas zonas de preservação; usuários dos bairros de Santo Antônio e São José; e moradores da mesma região - principalmente dentro das SPR e SPA, mas também fora quando compreendidos enquanto espaços importantes para compreensão da lógica de moradia, como o caso da Rua do Ramos.

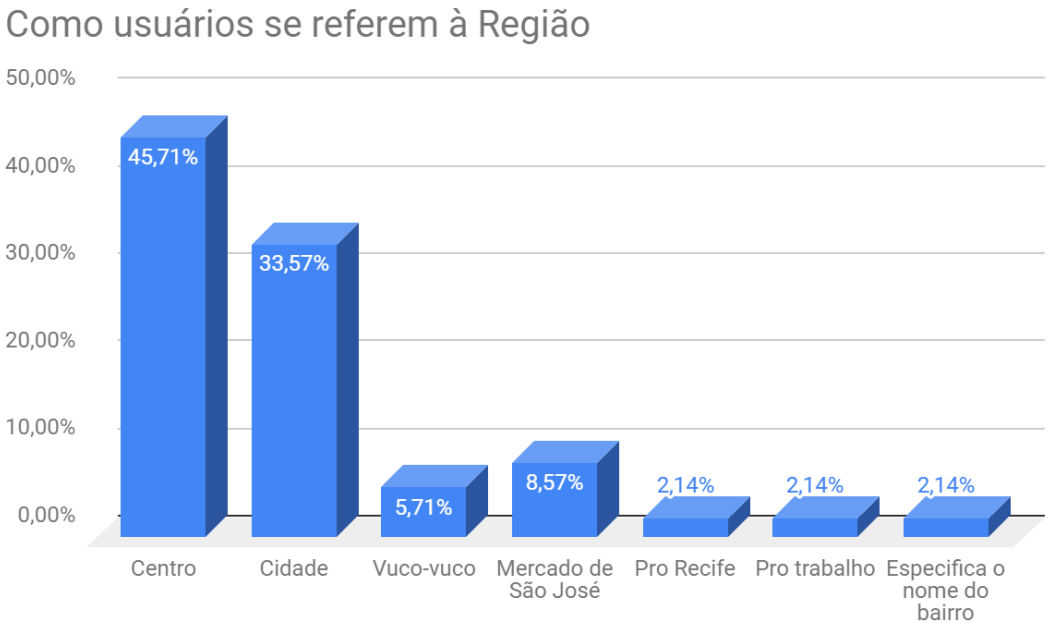
Também foram analisados aspectos da vida dos moradores de ruas da região. Mas diante das especificidades para acessar essa população em razão da amplitude populacional, da sua disposição espacial e da distribuição temporal ao longo do dia, Optou-se por fazer usos de dados secundários. Desta feita, foram analisadas as informações coletadas e sistematizadas por parte da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos da Prefeitura do Recife, através da Gerência de Proteção Social Especial de Média Complexidade.

2 COMÉRCIO, DIVERSIDADE E DESIGUALDADES

Neste tópico serão esmiuçados alguns aspectos que possibilitarão compreender a relação dos comerciantes com o lugar. Por esse caminho, estamos questionando em que medida os comerciantes contemporâneos se relacionam: 1) com as tradicionalidades que marcam o lugar?; e de maneira mais abrangentes, 2) o contexto sociocultural das ZEPH 10 e 14.

Esse caminho leva a dois processos distintos sob a análise: por um lado, em que medida o fazer cotidiano dos vários tipos de comerciantes pode ser considerado uma referência cultural que atribui significado e características ao lugar. Em outras palavras, em que medida o comércio do “centro” – expressão usada por 45, 71% dos usuários entrevistados para identificar a região das ZEPH 10 e 14 – é socialmente qualificado em relação às outras formas de comercialização na cidade do Recife. Por outro lado, o que os comerciantes entendem por “elemento tradicional”, “patrimônio cultural” e “estado de preservação do sítio”. Assim, teremos a possibilidade de mensurar o reconhecimento do comércio enquanto evento patrimonializável por ser característico do lugar, na mesma medida em que compreender elementos do que entendem por patrimônio e preservação.

Tabela 1 Como usuários se referem à Região



Fonte: DPPC/2019

Através desse tipo de reflexão, buscaremos compreender em que medida esse "saber fazer" – a partir das categorias previstas enquanto "patrimônio cultural intangível" – pode ser considerado uma expressão da cultura do São José e da Cidade do Recife a ponto de ser alvo de uma política de salvaguarda, além das diretrizes de preservação já estabelecidas. Na mesma medida, busca-se refletir a relevância das políticas de preservação do patrimônio para as práticas sociais do comércio, haja vista o reconhecimento do Mercado de São José e Pátio da Basílica da Penha como patrimônios – a partir das atuações do IPHAN em ambos – e do reconhecimento dos sítios – ZEPH 10 e 14 – no âmbito da política de preservação municipal.

Nesse tento, nos referimos ao termo à "cultura com aspas" cunhado por Manuela Carneiro da Cunha (2009: 277-374). A partir dessa compreensão, é necessário determinar qual atividade cultural de certo grupo social, ao ser praticada por significados que vão além dos seus fins práticos e objetos diretos da ação, passam a se realizar como um "fazer social" qualificado, que expressa elementos de uma identidade cultural (CUNHA; idem). É por isso não essas devem ser limitadas a compreensão de uma atividade em si, pois estão preenchidas em significados que as

torna singular e relacionadas às especificidade do lugar. . Ou seja, uma cultura, em seu sentido mais direto de atividade humana, percebida por determinada população como “cultura” é acrescida de valores sociais sobre a própria atividade e sobre os detentores do saber. Nesse contexto, na medida em que se torna relevante também aos olhos da sociedade envolvente, passa a ser um elemento a se relacionar também com identidades que expressam elementos mais gerais do grupo social e dos seus lugares; os significados dessas atividades transcendem o grupo sociocultural que as pratica – os “detentores do bem”.

A partir desse tipo de processo social, podem ser empreendidos mecanismos de controle, preservação, distinção e patrimonialização. Nessa medida, um bem cultural objetivado tem potencial a ganhar contornos de caracterização identitária, na medida em que transcende gerações. Portanto, devemos compreender o campo ao qual a pesquisa se debruçou enquanto instituições culturais em relações de encruzilhada, como por exemplo, referências culturais frente a patrimônios culturais já reconhecidos – a saber: o comércio popular, de um lado, e o prédio do mercado, do outro; as silenciosas e contemplativas igrejas e seus entornos barulhentos e amontoados com tabuleiros e ambulantes. Ainda, dentre os fazedores, quais as relações internas com as diversas referências culturais do comércio: a venda de tecelaria; de obras de cerâmica vindas de cidades de Pernambuco; a culinária popular; e itens como bolo de rolo, queijo de coalho, castanhas, doces, frutas-passa, ervas para banhos e infusões, fumos e todo o entorno comercial, com itens e/ou vendedores sazonais, importados, utensílios domésticos e afins.

Na medida em que “bens culturais” são reconhecidos como expressões de uma identidade “pernambucana”, impõem relações frente a outras “referências culturais”, como o caso das disputas entre o frevo e o samba recifense (MENEZES, 2010:45-59). Nessa medida, distanciamentos epistemológicos entre as atividades praticadas e relações hierárquicas podem se estabelecer na prática social e política, frente às dinâmicas sociais do patrimônio cultural. Não o reconhecer, portanto, e conjecturá-lo a partir de um retrato panorâmico, como a pesquisa *survey*, seria preterir variáveis importantes para a compreensão de algumas dinâmicas sociais no lugar.

Assim, é necessário um esforço fenomenológico para podermos considerar as respostas de comerciantes, posto que se encontram atreladas a relações sociológicas desse tipo. Desprezar essa relação como elemento importante a ser analisado dentro

do contexto da pesquisa, perde-se, por exemplo, a oportunidade de compreender as diferenças objetivas que há entre a venda de manufaturas de povos indígenas e camisas produzidas no subúrbio do Recife. Logo, os significados sociais internos e externos aos grupos pesquisados podem vir a ser significativamente díspares, em relação a cada um dos elementos apontados.

Destarte, é a partir dessas disputas socioculturais em torno da "cultura" – a qual importância cultural é capital social potencialmente transmutável em econômico – que compreendemos se estabelecer o "campo político" das disputas sociais do lugar pesquisado, num sentido bourdiano (BOURDIEU, 1990). Como forma de compreensão dessas dinâmicas culturais, entendemos situações específicas dentro dessa dada estrutura social do lugar a partir da análise de Elias e Scotson (2000), aderirmos a três categorias: 1) os "estabelecidos", aqueles que comercializam dentro do mercado de São José em espaços padronizados com disponibilidade de rede elétrica, água encanada e limpeza regular feita pela prefeitura; 2) os "outsiders" que estão regulamentados do lado de fora das dependências do mercado, funcionando de maneira fixa; e os 3) "saberé"[3], que iremos tomá-los como tradução local para "mascate" ou "ambulante".

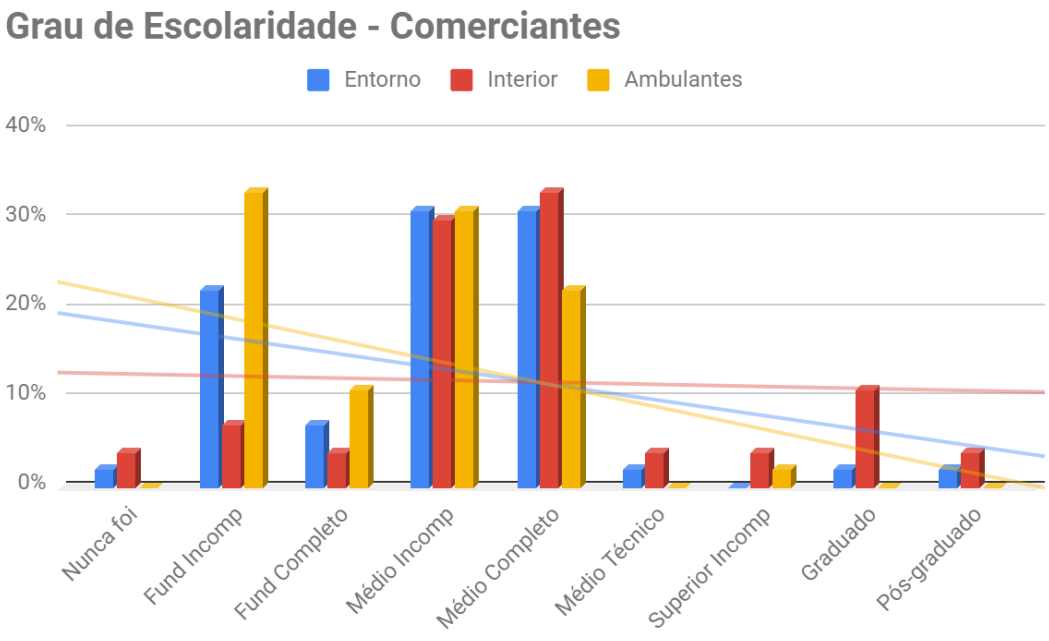
Nessa medida, o conceito local aplicado aos ambulantes do lugar, a partir das compreensões de grupos sociais do Mercado de São José, faz referência a comportamentos improvisados e momentâneos; pessoas que "arriscam a sorte" com determinados itens para comercialização, em geral, que dão lucros insuficientes para prosperidade ou garantias econômicas. De maneira ainda mais rara, os "saberé"

[3]Quando questionado, um comerciante que fez parte da direção do Bloco de Samba "A Turma do Saberé", explicou da seguinte forma: "Sabe aqueles peixinhos que quando você entra na água e ficam te bicando? Aqueles pequenininhos que dá uma bicadinha e você nem sente? Pronto. Aquilo ali é um saberé. Aí, quando tá tendo uma festa, uma reunião, uma coisa assim, que fica gente bebendo uma cervejinha, uma coisa desse tipo, a gente chama aqueles caba que ficam arrudiando só com o copo, dando uma bicadinha numa cerveja aqui e em outra cachacinha ali, de saberé também. Saberé também é isso: aquele que aproveita pra beber sem pagar, só se aproveitando da das cervejas dos outros". Assim, a esse conhecimento e perfil social de comportamento, acreditamos na possibilidade de estender por analogias também à própria atuação dos ambulantes: que não possuem garantias institucionais ou qualquer tipo de legalização, para aproveitar os fluxos, e garantir "bicadinhas" nos recursos que transitam de um comércio para outro incorporados nos usuários do lugar. A materialização do que nos referimos aqui, pode ter representações bem explícitas, como as ofertas dos serviços de amoladores de alicates, ou mais subliminares, como o estabelecimento de carros de fruta ao longo da conexão entre a Rua Nova e a Praça da Independência, debruçando suas bancas móveis contra o espaço delimitado para ônibus, motos e táxis, ao fim da tarde.

conseguem se colocar em outra posição na estrutura social, tornando-se comerciante com itens e lugar fixo. No entanto, atuar enquanto "saberé" (em relação ao pequeno peixe), garante alguma possibilidade de manutenção material cotidiana – física e econômica dos indivíduos – e é a esses aspectos que nos referimos quando aderimos à alegoria local da região do mercado de São José, aplicada aos vendedores ambulantes.

Os integrantes desse grupo, via de regra, possuem estruturas móveis – geralmente carros, mas por vezes caixotes, isopor, ou sacolas – para transporte das mercadorias em condições mínimas ou razoáveis de funcionamento. Comumente sem quaisquer qualidade e elemento de adorno, ou maiores possibilidades de conservação e apresentação mais adequada do produto, os itens restringem-se à funcionalidade e resistência, apenas. Nos casos de ambulantes de frutas, transportam os produtos à venda em caixas plásticas que são ordenadas de forma a comporem balcões para exposição sem nem mesmo uma proteção para o abrigo do sol – tanto do comerciante, quanto do objeto do seu trabalho – o que resulta na depreciação rápida do valor, dadas as temperaturas e umidade da cidade.

Gráfico 1 Grau de Escolaridade - Comerciantes



Fonte: DPPC/2019

Outro dado que corrobora para a compreensão de uma tendência maior às instabilidades e às menores possibilidades diante do mercado de trabalho, esses trabalhadores são constrangidos a soluções individuais e auto-geridas. Ao mesmo tempo, tornar-se vendedor ambulante se apresenta como uma possibilidade social prescrita para muitos desses grupos.

A partir dos questionários, informações espontâneas apresentadas foram também levadas em conta como dado qualitativo à pesquisa. Uma dessas, repetidas algumas vezes, davam conta de relações entre os vendedores ambulantes do São José e o comércio informal das periferias. Na entrevista com o feirante, "Seu Eduardo[4]", ele respondeu sobre sua trajetória no comércio do São José como tendo início a partir das atividades da mãe, comerciante do Ibura e Jaboatão Velho, que semanalmente ia abastecer a venda com os produtos do mercado. Conhecer o lugar, os comerciantes e as oportunidades de mercado foi decorrência do envolvimento anterior de familiares, como relatou durante entrevista:

> "Eu comecei a frequentar o Mercado de São José na minha época de infância; eu vindo comprar, com minha mãe, cigarro e frutas e verduras, entendeu? Porque na época aqui se trabalhava com a estopa no chão, entendeu? Não era banco, era estopa no chão. Inclusive na época nós tínhamos feito uma mercearia e o ponto forte dessa mercearia era uma fruta que hoje já não se vende mais... vender, vende, agora não no estágio que se vendia que era a banana solta da palma. Era comum [na época] e era muito bom de se vender. Vendia ela mais solta do que ela na Palma".

Nessa medida, partindo de um retrato socioeconômico dos perfis pesquisados, no que se refere ao grau de escolaridade e de acordo com as categorias definidas, há uma relação direta entre o nível de formalização do posto de trabalho e a escolaridade. Ou seja, as condições de vulnerabilidade se perpetuam na inserção no mercado de trabalho do comércio de São José e Santo Antônio. Tem-se, portanto, uma tendência de decréscimo do grau de escolaridade posta da seguinte maneira: "estabelecidos" >

[4] Os nomes das pessoas entrevistadas no contexto da pesquisa entre os comerciante foram preservados como parte do compromisso ético e legal de sigilo aos dados pessoais. Os nomes aqui colocados, por tanto, são fictícios com intuito de incorporação literária ao texto.

“outsiders” > “saberé”. Enquanto os primeiros tendem a uma distribuição mais equitativa entre as várias faixas de escolaridade, os últimos estão num contexto de depressão mais abrupta na linha de tendência, significando que o ensino médio é o máximo de instrução para a maioria dos integrantes.

A partir disso, pode-se compreender que o grupo social ao qual os ambulantes fazem parte, se encontra em condições gerais de imobilidade social. Na medida em que quase metade dos entrevistados acessaram nível de escolaridade circunscrito ao fundamental (1 e 2), podemos considerá-los “aprisionados” em ciclos de pobreza e vulnerabilidade socioeconômica (SEN, 2010).

Muito embora possamos destacar relações estabelecidas entre a região central do Recife e outras da cidade, como poderemos discorrer com maior atenção posteriormente em relação à manutenção de determinadas atividades em vistas da memória social do lugar, alguns aspectos têm se transformado significativamente. Um desses faz referência ao local de moradia dos trabalhadores do comércio informal do Santo Antônio e São José. A partir das primeiras observações e aplicação de testes, foi levantada a hipótese do deslocamento diário de localidades da região norte da cidade para o cento.

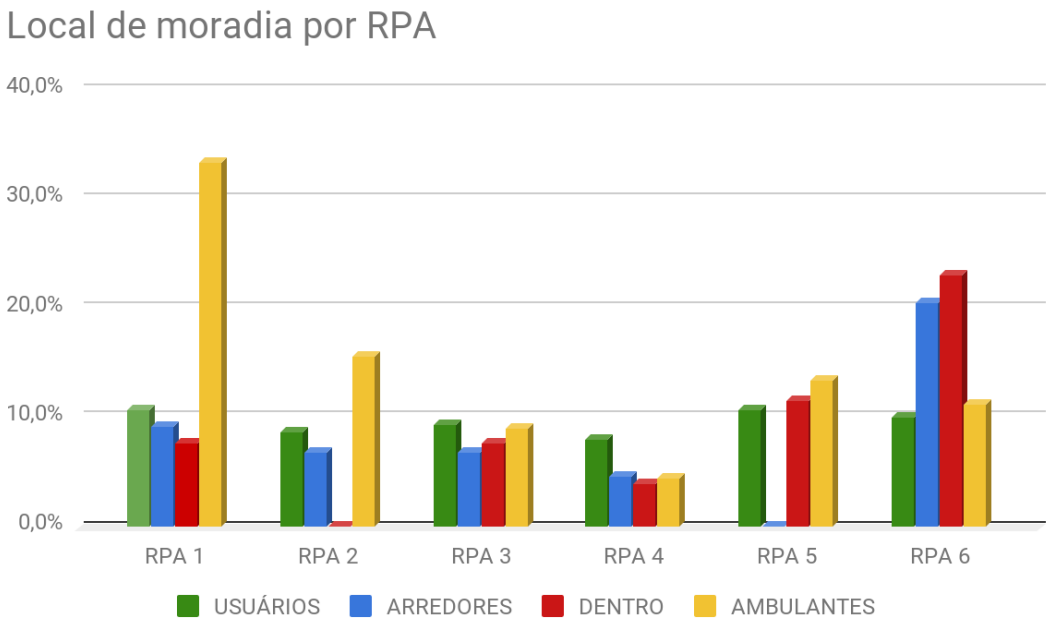
Nesse sentido, análises preliminares – durante o período de aplicação de pré-testes – deram conta de que a inserção de novos vendedores que moram nas regiões a norte e sul poderia vir a ser uma situação das mais recorrentes. No mesmo sentido, os vendedores ambulantes que moravam nessas regiões informaram fazer parte de uma série de feiras livres nos subúrbios durante os fins de semana. Dentre os bairros citados, foram registrados os de Beberibe, Bomba do Hemetério e Água Fria, na zona norte, e Ibura, na zona sul. Por esses termos, levantou-se a hipótese da existência de laços culturais não apenas mantendo relações de consumo entre a população desses bairros e a região central da cidade, mas também os significados dos lugares relacionados a atividades econômicas tradicionais e seus respectivos modos de fazer.

De fato, podemos compreender que os bairros da ZEPH 10 e 14 têm experimentado uma redução dos tipos de usos por questões que serão melhor abordadas quando das análises sobre moradores. Embora isso seja verdade, uma atividade que se tem mantido para grupos periféricos relaciona-se com o lugar enquanto favorável ao comércio informal. Assim, as atividades de ambulante

destacam-se entre as desempenhadas por grupos com baixo nível de escolaridade e conhecimentos mercadológicos pragmáticos[5].

Nesse sentido, é interessante observarmos o gráfico a seguir:

Gráfico 2 Local de moradia por RPA dos usuários e comerciantes



Fonte: DPPC/2019

Tabela 2 Local de moradia por RPA dos usuários e comerciantes

REGIÕES	USUÁRIOS	ARREDORES	DENTRO	AMBULANTES
RPA 1	10,7%	9,1%	7,7%	33,3%
RPA 2	8,7%	6,8%	0,0%	15,6%
RPA 3	9,3%	6,8%	7,7%	8,9%

[5]Embora grande parte dos comerciantes ambulantes sejam autônomos sem instrução formal que empreendem, pode-se registrar alguns casos em que empresários – principalmente comerciantes de castanhas, oleaginosas e frutas secas – que adotaram a estratégia de subcontratação para a expansão de pontos de venda na região central da cidade. Esses funcionários sem vínculos empregatícios declararam espontaneamente não terem renda mínima e dependerem exclusivamente do fluxo de vendas para a renda mensal.

RPA 4	8,0%	4,5%	3,8%	4,4%
RPA 5	10,7%	0,0%	11,5%	13,3%
RPA 6	10,0%	20,5%	23,1%	11,1%

Fonte: DPPC/2019

A distribuição das moradias dos vendedores corrobora com uma das hipóteses estabelecidas no princípio da pesquisa a qual toma os bairros de Santo Antônio e São José como lugares reconhecidos em toda a região metropolitana pelo seu comércio. Ainda, o faz diante de grande diversidade de tipos sociais, mercadorias e formas de comercialização.

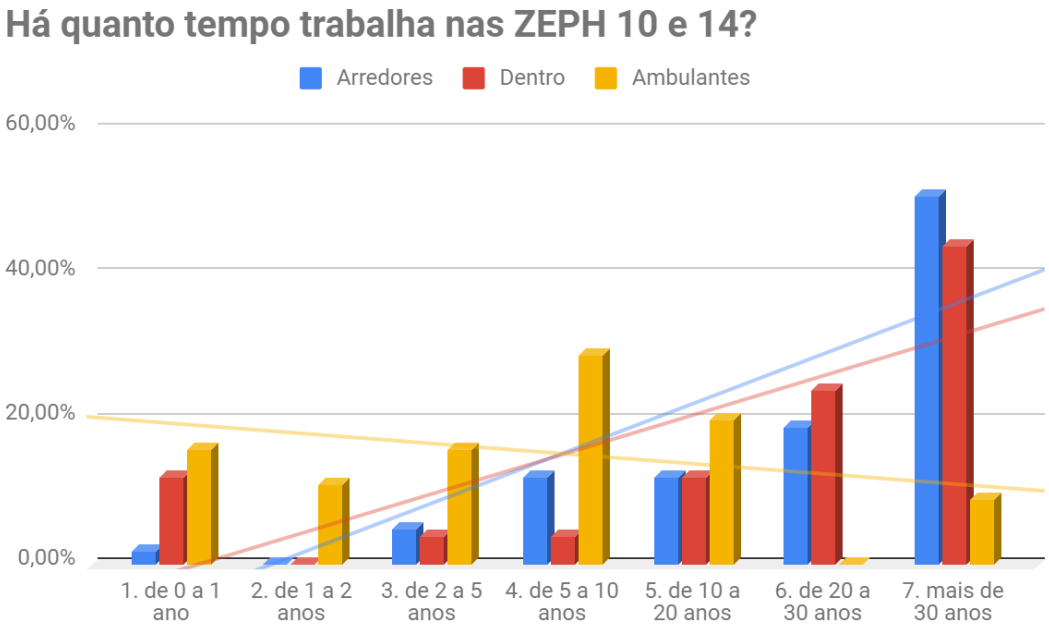
O que consideramos tradicionalidade do lugar, também se expressa por meio dos conhecimentos e práticas específicas. Esses conhecimentos são expressos pelos vendedores locais como “saber comprar e vender”, ou “saber botar preço”, ou ainda “saber conquistar o comprador”. No decorrer da pesquisa, um único comerciante entrevistado era formado em administração e, portanto, punha essas tradições em perspectiva encontrado durante o campo. “Seu Anísio” estendeu bastante a entrevista comprometido a deixar muito claro que nenhuma regra da administração moderna que aprendeu e executou enquanto trabalhava numa multinacional até se aposentar, era executada naquele ambiente do Mercado de São José e entornos. Segundo o que nos foi compartilhado, desde o princípio da busca por fornecedores, até precificação, gerência de estoque e estratégias de marketing, absolutamente nada do que se compreende como academicamente adequado para a gestão de negócios e marketing, é praticado pelos comerciantes locais.

O desespero gerencial expresso por “Seu Anísio”, é o que baseia sua incredulidade em atestar que mesmo assim esses comerciantes não vão à falência, embora “poderiam lucrar muito mais, se tivessem um mínimo de gerência adequada”. Em sua consideração, isso só é possível porque o lugar onde se encontra o mercado e os custos de manutenção dos boxes, lojas e ambulantes são extremamente favoráveis e propício. Em suas palavras: “as coisas se vendem sozinhas. O lugar vende por você”.

Outra compreensão possível, em termos antropológicos, deve levar em conta que lugar, vendedores e compradores, interage a partir de tradicionalidades que se reconhece mutuamente, como uma cultura recifense de comercialização. Em razão disso, os indivíduos, inseridos por meio de experiências desde a infância e não a partir de uma instituição formal, são parte dos elementos que recebem e transmitem uma ordem de conhecimentos, de geração a geração, sobre onde podem ser comprados determinados produtos, quais os lugares onde têm o melhor custo-benefício e afins. Essa experiência, gerida espontaneamente no contexto social, sem necessariamente ser agenciada por nenhuma instituição específica, é transmitida nas práticas sociais. Portanto, o comércio, da forma praticada no mercado e seu entorno, assim como pelos vendedores ambulantes, dão indícios significativos de que pode ser considerado uma expressão da cultura local do povo recifense.

Nesse sentido, os que se lançam à sorte como vendedores ambulantes, o fazem também como forma de se inserir nessa sociedade de risco, a qual se pode endividar, falir algumas vezes ou prosperar e ter rendas impossíveis para um trabalhadores com o nível de formação. Assim, enquanto “estabelecidos” e “outsiders” possuem uma linha com tendência ascendente, 72% dos vendedores ambulantes tem no máximo de 10 anos de atividades no ramo do comércio. Além do emprego de “ajudante” nesse meio, tornar-se ambulante se apresenta enquanto uma forma recorrente para se adentrar ao comércio, como pode ser verificado no gráfico a seguir:

Gráfico 3 O tempo de trabalho na ZEPH 10 dos comerciantes



Fonte: DPPC/2019

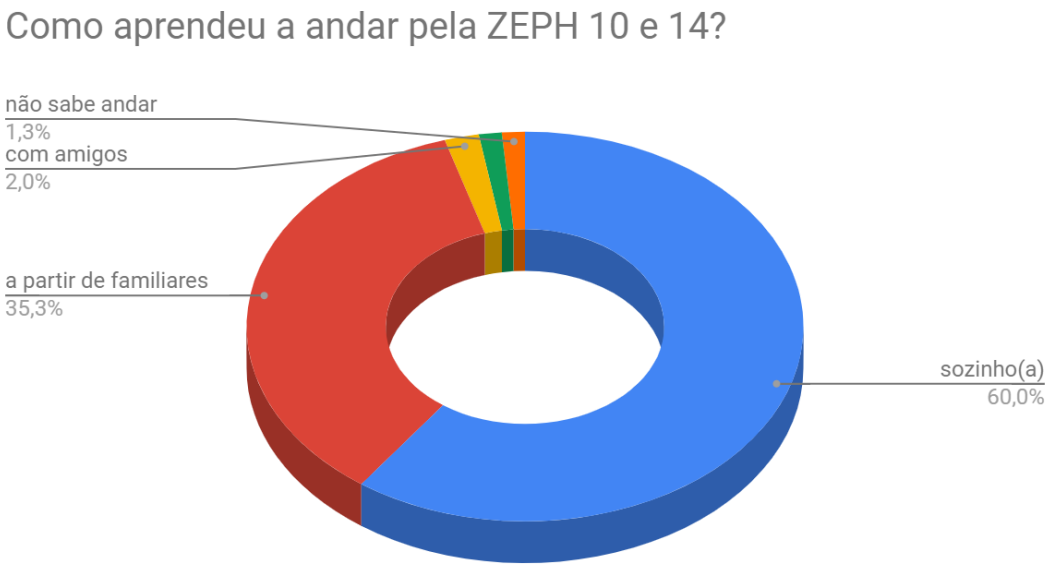
Ao passo que isso se dá, entre os vendedores dos arredores do Mercado, 81% afirmou ter 10 anos ou mais de atividade no comércio. Ainda 74% dos entrevistados que comercializam dentro do mercado também se encontram em faixas igual ou superior aos 10 anos de atividades. Em relação a essa diferença, pode-se chamar atenção para dois aspectos: a maior tendência de os responsáveis e gerentes serem entrevistados no lugar dos proprietários, quando se adentra ao Mercado em relação aos comerciantes dos arredores; e à maior tendência de transmissão intergeracional do fazer, dentro dos grupos familiais, no interior do Mercado do que nos arredores. Em boa parte, ambos os aspectos se relacionam com o fato dos rendimentos maiores e a atividade comercial ser mais promissora aos comerciantes do mercado que aos demais.

Em outro sentido, a ausência de maiores garantias sociais, se relaciona com a urgência dos negócios. Ganha-se a depender dos desempenhos diários em vendas. Além disso, as mercadorias impõem urgências específicas, dependendo da sua resistência ao clima quente e úmido do Recife, frutas se esvaem muito rápido no clima

da cidade, especialmente em seus meses mais secos e ensolarados. Um vendedor de frutas torna-se muito mais dependente de sua performance de venda que vendedores de redes, panelas, “opercatas”/ “alpercatas”/ “percatas”. Esses ouros, conseguem realizar projeções mensais de recursos. Projetam o melhor período no início do mês e até mesmo projetam quais seriam os melhores meses do ano para adquirir produto e revendê-los.

Por seu turno, os usuários entrevistados renovam-se ou se mantêm na paisagem através das práticas e dos valores atribuídos. É a partir de um reconhecimento social das características do lugar, que os usuários se lançam nas ruelas e avenidas dos bairros, mesmo sem não saber sobre os espaços. Como se pode perceber a seguir, 60% dos entrevistados afirmou ter aprendido a andar no lugar perguntando pontualmente ou a partir de tentativa e erro. Outro número expressivo se relaciona com a transmissão de conhecimento sobre o lugar a partir de familiares e de idas coletivas ao São José e Santo Antônio (35,3% do total entrevistado), sendo a participação de amigos significativamente menor (apenas 2%). Por esse perfil, pode-se compreender que atuações específicas com o intuito de mostrar os lugares dos bairros pode ter alguma receptividade positiva.

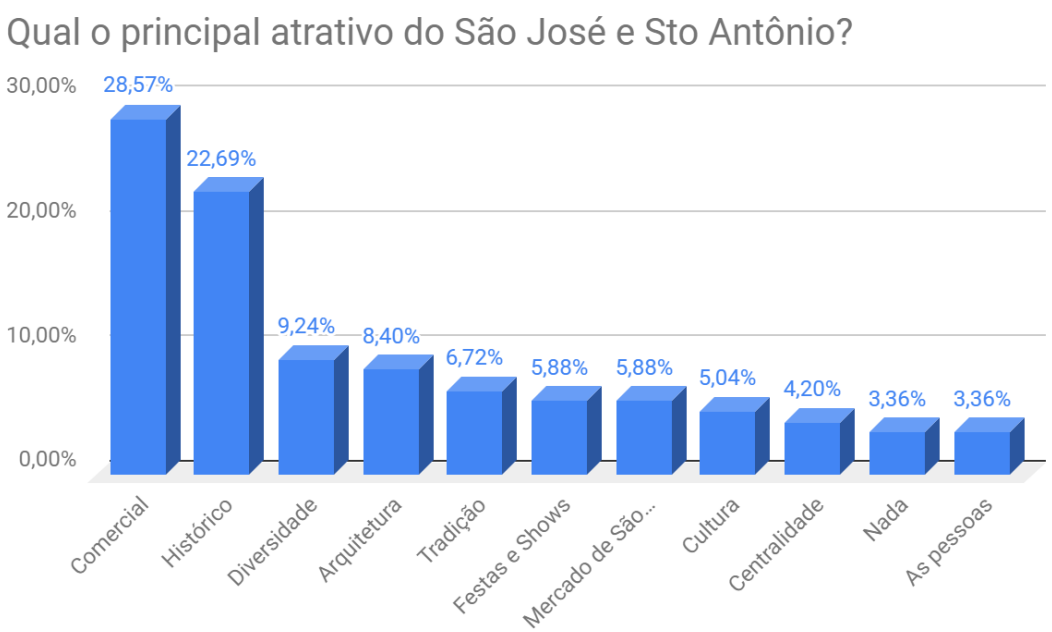
Gráfico 4 Como os usuários aprenderam a andar na ZEPH 10 e 14



Fonte: DPPC/2019

Ainda, quando perguntados sobre a principal qualidade dos bairros, as respostas dos usuários apontaram para uma amplitude relevante na atribuição de significado e caráter central do lugar. Nesse sentido, como esperado, a maior parte dos que responderam à questão atribuíram importância ao comércio como a característica fundamental do Santo Antônio e São José. Porém, os que responderam dessa forma totalizaram pouco mais de uma quarta parte (28,57%) da amostra, evidenciando que esse atributo não é socialmente tão destacado em relação aos demais, como é o caso do valor histórico dos bairros (resposta de 22,69%). Enquanto síntese da análise proposta, temos que o terceiro atributo mais mencionado foi a "diversidade", expresso por 9,24% dos entrevistados.

Gráfico 5 Principal atrativo do São José e Santo Antônio segundo os usuários



Fonte: DPPC/2019

2.1 A Feira do Mercado e alguns elementos da atividade dos feirantes

De forma distinta aos comerciantes de produtos não perecíveis, o feirante desde a compra – geralmente às segundas – deve receber a mercadoria já atento ao apurado da semana. É necessário saber comprar a grau ótimo de quantidade para que se atinja o melhor lucro possível, o que demanda muita experiência e avaliação da concorrência e consumidores. Com a menor margem de desperdício e maior de lucro possível, fazem as compras prevendo que o estoque deve ser liquidado até o sábado. Dessa forma, os preços tendem a ir baixando a depender do ritmo do consumo e das condições gerais da mercadoria. Sendo assim, aos que não garantem condições mínimas de acondicionamento do estoque – especialmente os ambulantes – a urgência nas vendas é quase diária, o que significa tentar vender a qualquer preço no fim do dia.

No domingo, aos feirantes do entorno do São José, vendia-se apenas o que restava da semana, buscando a população frequentadora de missas e eventos ao fim de semana. Esses acessam preços bem mais em conta, já que o valor da compra semana seguinte, via de regra, já está assegurado. De acordo com as entrevistas, o apurado do domingo geralmente é exclusivo do ajudante – que por essa razão acaba por trabalhar todos os dias da semana. A partir disso podemos compreender também a existência de princípios éticos compartilhados e alguns mecanismos de justiça econômica na relação entre feirante e ajudante. A manutenção diária da banca de frutas é importante como forma de garantir o lugar e o aproveitamento do estoque. Dessa forma, ajudante e feirante se revezam em momentos distintos de performance de venda ao longo do dia.

Sabe-se vender determinados produtos melhor ou pior que outros. Geralmente aprende-se negociar produto por produto, até que se possa constituir um tabuleiro. Este é lugar de negociar tanto produtos do feirante quanto do ajudante da banca. Nas palavras de “Eduardo”:

> “ele [o ajudante da banca] não vai à CEASA porque ele não sabe comprar [ainda, está aprendendo com o feirante]. Aí a mercadoria dele, como o maracujá e o limão. Pra você ver, olhe: o maracujá e o limão dá pra sustentar a casa do cidadão, entendeu? Pra você ver como é o local [o entorno do Mercado de São José]: que é um local com circulação, como eu torno a dizer”.

É necessário ressaltar, portanto, que a atividade de feirante é bem mais complexa e circunscrita a variáveis que não se apresentam em relação a vendedores de pipocas, doces e outras mercadorias industrializadas vendidas em profusão na cidade. Por conta da especificidade de cada produto vendido, deve-se apreender uma miríade de conhecimentos relacionados desde os pontos de venda até afinidades no consumo de produtos, o que pode gerar compras associadas. Ainda, a conservação e segurança da mercadoria são elementos fundamentais para que se estabeleça um grande comerciante.

Para além desse compêndio de conhecimentos observável para os que apenas têm o comércio popular como alvo da observação, é importante enfatizar: as feiras são lugares extremamente intensos. Nelas, há gritos, palmas, gesticulações, abordagens, interações sociais imperativas, além de piadas, desafios e discussões nos bastidores. A interação social é ferramenta mais comum para garantir uma venda, então se faz necessário ultrapassar barreiras sociais geralmente convencionadas.

Poucos são os lugares onde se consegue tanto silêncio, em relação ao seu entorno imediato, quanto no Pátio de São Pedro. O menor volume de ruídos, músicas, falas – pela ausência de carros, vendedores ambulantes e menor concentração de pessoas – também cultivado por frequentes temperaturas elevadas e sol causticante das 10 às 15 horas – período de pico do comércio do lugar, se mantém reproduzindo o eco dos sons dos arredores e apenas um som mecânico de uma loja que comercializa utensílios domésticos e brinquedos localizada no próprio pátio. Não fosse esse caso isolado, o pátio funcionaria apenas para propagar sons característicos do lugar, como os “gritos” de “ai papai!”.

“Ai papai” é um som que circula por grande parte das ruas do Santo Antônio e São Pedro. Durante a pesquisa, foi registrado esse som em um perímetro que ia desde a praça do Sebo, passando pela avenida Guararapes, seguindo, a sudoeste, até a estação central e o terminal de passageiros metropolitano, e a sul, ao longo de toda avenida Dantas Barreto. Também se seguiram registros em todo o comércio a leste, tendo como limite o término das ruas que circulam o a praça e forte das Cinco pontas e antigo prédio da rodoviária, até a rua do Cais de Santa Rita. De lá segue sentido norte sendo registrada até a rua do Imperador com a primeiro de Março e, por fim, até a praça da Independência, ou seja, por todo o centro comercial dos bairros.

Portanto, o som que é feito por um homem, a partir de um pequeno apito estridente, reproduzindo em tom de clemência a expressão “aih papai”. É algo que pode ser compreendido enquanto símbolo do comércio local. Um dos elementos capazes de marca toda a região, ao contrário dos anúncios de “compro e vendo ouro e prata. Avaliação grátis!” – característicos de áreas bem mais restritas, como pátio e gamboa do Carmo, além das ruas que imediatamente se seguem, até a Rua Nova e Rua da Palma.

A partir da performance de vendedores ambulantes como “ai papai!” – como é localmente reconhecido –, podemos chamar atenção para um aspecto importante do comércio tradicional do São José e Santo Antônio: a capacidade das pessoas do lugar de se atualizarem em relação às novas materialidades. Nesse sentido, mantendo atuações performáticas desse tipo e compreendendo-as enquanto elemento expressivo que caracteriza o lugar, podemos perceber como se mantêm mesmo diante de novos objetos e bens de consumo.

Nesse sentido, temos duas questões a destacar: a primeira se refere a como as performances dos vendedores ambulantes fazem de objetos simples e baratos, elementos marcantes não apenas para seus públicos-alvo, mas da paisagem social como um todo, atribuindo características e marcas identitárias ao lugar. As práticas corporais desses vendedores e seus desempenhos nesses fazeres, portanto, podem ser compreendidos enquanto um elemento das identidades dos bairros, ao menos nesses perímetros os quais nos referimos.

Em outro sentido, temos que se há pouco tempo atrás, as atuações performáticas dos vendedores, com o intuito de fascinar crianças se davam com apitos de madeira, rói-róis e “manés gostoso”, hoje são realizadas a partir de itens industrializados, em sua maioria. Sem dúvida, isso significa que parte significativa da produção de signos e objetos relativamente comuns na vida de recifenses dos anos de 1980, já não é mais praticado tão amplamente e aponta para perda de elementos culturais nesses últimos quarenta anos. Porém, no mesmo sentido, temos que as performances para vendas de itens continuam a se atualizar, dando mostras da capacidade local de perpetuar tradições a partir do comércio popular, mesmo em vistas que a produção dos produtos tenha mudado tão significativamente.

2.2 Registro etnográfico: “Um dia de Páscoa”

Há momentos mais e menos barulhentos no comércio popular de Santo Antônio e São José. Da mesma forma, há ruas onde os comerciantes bravejam mais alto ou mais repetitivamente com abordagens mais ou menos genéricas. O relato que segue está presente no caderno de campo da pesquisa e se refere a uma segunda-feira, quinze (15) de abril, dia seguinte ao domingo de ramos, primeiro dia útil da semana santa de 2019, uma observação que durou das dez horas da manhã, até às onze e meia. Como será apresentado de forma mais sistemática a seguir, trata-se de um dos períodos do ano em que o mercado de São José e arredores recebem grande fluxo de pessoas com o interesse na compra de peixes e bacalhau da semana santa.

Saindo da sede da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural a sensação térmica é extenuante. A posição do sol quase não permite ao casario do Pátio de São Pedro qualquer sombra. Ainda é cedo e embora os restaurantes e bares já se encontrem parcialmente abertos e suas mesas em postos para o atendimento, o fluxo de pessoas é bem pequeno. A igreja tem apenas uma das portas aberta – à oeste – estando a central e a primeira, fechadas. Um casal de turistas parece discutir o rumo que tomarão, aparentemente não tendo percebido que a igreja está aberta. A incidência de raios solares nos obriga a manter os olhos quase fechados – quando se aprecia a vista do pátio no horário entre às dez (10) e quatorze (14) horas – enxergar para além da silhueta dos portais é um desafio para olhos mais turísticos e menos acostumados com a incidência de luz do Recife. Desorientar-se sob essas condições não é algo muito raro de acontecer com as pessoas menos assíduas aos lugares mais antigos da cidade. Recluem-se até uma sombra, pra que possam achar-se entre celulares e folhetos. Do meu lado, apenas uma estreita fileira de sombra à qual me submeto em andar torto para conseguir chegar a um trecho mais extenso de sombra que estende a um pátio menor, onde mora a estátua de solano trindade, poeta e antigo morador do bairro, acompanhado de seu sino. A sentido leste, segue o início do “Beco do Viado” (Rua São Pedro), assim chamado por conta de uma pequena escultura de veado fixado na faixada no cruzamento com a rua direita. Essa ruela é de uma exuberância rara. Abarcando desde vendedores de charque até cabeleireiro, preâmbulo justificador de um parágrafo à parte.

Não se trata de nada muito comprido. Apenas cinquenta (50) metros de extensão e de uma rua das mais estreitas, quase sem calçadas. De meio desta até a esquina com a rua Direta, os lados do estreita e pequeno beco estão completamente preenchida por barracas de serviços, que também vendem item e servem de local de entretenimento quando os dias não estão muito para o trabalho. Não é incomum, por exemplo, que um box de amolar também venda algumas pomadas, além de tesouras e ainda tenham espaço para televisão e videogame. Por se tratar de uma ampla concorrência, não houve uma ocasião ao menos em que ao atravessá-la, não fosse mais de uma vez abordado sobre querer “é amolar alicate?”. Entre as lojas do lugar, vende-se artigos de presente, flores artificiais, plásticos, garrafas e utensílios domésticos, além das barracas de alimentos: tanto vendedoras de marmitas quanto tapioca, que se revezam ao longo do dia até a hora do almoço e depois disso. Por tantas cobertas desses pequenos comerciantes ambulantes, o beco do Viado é um lugar onde se pode ir relativamente protegido do sol.

Em seguida, dobra-se a direita na rua Direita – que tem esse nome por ser a rua pela qual se sai à direita tanto no pátio do Livramento, quanto o do Terço – a qual tem uma outra relação de tipos de comércio e estratégias de venda. Uma vendedora se destaca entre tantas, não por seu produto – água mineral, mas por sua estratégia: elogiar as pessoas que passam. À mulher que estava a minha frente abordou: “Olha que pessoa linda, meu deus! Vige que mulher mais linda! Galega e com uma pele…”. Enquanto mencionava isso, abanava a mulher com a tampa de uma pequena caixa de isopor e provia-lhe boas doses de brisa refrescante, das quais também aproveitei o que restava. Enquanto isso, continuava: “Pra ter uma pele, a senhora deve beber muita água mesmo, não é? Porque a senhora sabe que é a água que faz a pele da pessoa ficar tão linda assim”. Pela bagatela de um real, portanto, a mulher abordada seguiu elogiada e hidratada para o restante do seu passeio.

Ao adentrar a Travessa do Mercado, muitos são os elementos da mudança. Tantos que a Rua Direita momentaneamente transmite a sensação de lugar tranquilo. Nas calçadas das duas esquinas, avisto produtos têxteis, sendo que à minha esquerda, roupas de ginástica e à direita roupas íntimas e mosquiteiros. Próximos a esses, sentados no meio fio por perto, uma grande quantidade de pessoas com pequenas marmitas de um restaurante em uma pequena loja vizinha. Seguindo em direção ao Mercado, essa curtíssima rua guarda uma interessante divisão de seus

lados, em parte representativa do próprio mercado e das suas complementaridades: à esquerda se encontram amoladores de alicate, vendedores de chapéu, consertadores de relógios e até uma pequena ótica; à direita, invés de apenas a fileira da calçada, são duas, o que transforma a via em espaço mais disputado entre pedestres e vendedores ambulantes.

Nesse lado, ficam as vendedoras de retalhos e aviamentos, de roupas de ginástica, camisolas, roupas íntimas e infantis. Ambos os lados são abrigados por toldos azuis instalados nas laterais dos imóveis. Assim, esses abrigam não apenas as lojas principais, mas também pequenos boxes que se agregam à lateral dos prédios, onde guardam estoque e displays para exposição dos produtos. Talvez por ser fruto de disputas não reguladas, à frente dessas mulheres vendedoras de produtos têxteis – o que não aconteceu com os comerciantes homens do outro lado da rua – se encontram estabelecidos uma série de vendedores ambulantes, que inclusive dificultam a visualização dos produtos que acabam ficando por detrás. Por seu turno, nesses expositores à beira do meio-fio são vendidos desde água mineral, até cinto, carteira, relógio e óculos de sol.

Outra diferença significativa dessa rua para a Direita, é a sonoridade. Daqui já são constantes os gritos dos vendedores de fruta, “cola-rato”, feijão verde... tudo isso já anuncia o cenário que avisto: uma série de vendedores de frutas no cruzamento entre a rua da Penha e a Travessa do Mercado, colado com os vendedores de panelas e chinelas alocados sobre a calçada à frente da praça Dom Vital e do Edifício Sian. Trata-se não apenas de uma encruzilhada de ruas, mas de tipos de comércio de rua, todos concentrados naquele lugar: as vendedoras de aviamentos e tecido e roupas da rua da Penha, os vendedores de fruta da feira do mercado, vendedores e consertadores de relógios e óculos do entorno do mercado, além dos ambulantes de “comércio de oportunidade”, todos se revezando nos anúncios de seus produtos.

Ao alargar da praça Dom Vital, o cenário é de uma feira absolutamente estabelecida. O seu entorno é tomado pelo colorido das frutas em bancas improvisadas com caixas plásticas para o transporte de frutas e cobertas de lonas de todas as ordens. Nenhuma padronização seria possível descrever, embora um amarelo pálido prevaleça, há guarda-sóis azuis com detalhes brancos, vermelhos e mais, à frente, encobrindo a entrada e escadaria da Basílica da Penha, outras cores de lona. Além disso, algumas bancas também exibem bonecas e brinquedos de toda

ordem, outras ainda com roupas íntimas ou flores artificiais. O comércio informal condensa e justapõe toda a variedade de produtos do entorno – a feira do mercado, os artigos característicos da Rua da Penha, artigos trazidos pelos comerciantes asiáticos, toda a amplitude de mercadorias de uma região mais ampla, pode ser encontrada em trecho relativamente pequeno.

Nesse sentido, os ambulantes não são caracterizáveis apenas por circular pelos espaços, mas também fazem os diversos lugares e seus produtos específicos se sobreporem, produzindo lugares-trânsito no deslocar das pessoas. Nesse sentido, podemos compreender esses vendedores prestando um serviço específico: eles se deslocam pelas pessoas, fazendo os produtos irem ao encontro do seu público consumidor. Ao fazê-lo, não corrompem as lógicas do lugar, mas negociam com elas, propõem outras relações a partir das práticas e tornam um produto, por exemplo, da rua Santa Cecília – como é o caso dos panos de chão e de prato –, em uma grande oportunidade de compra para quem ia apenas ao Mercado de São José.

O “vuco-vuco” do comércio do Santo Antônio e São José, recoleciona-se nas práticas dos seus consumidores e comerciantes, ao longo do dia, as paisagens vão experimentando mudanças, ora sutis, ora abruptas – como é o caso do rápido esvaziamento de pessoas a partir das dezessete (17) horas.

Retornando à feira, no perímetro interno à praça Dom Vital, a qual rodeia, encontra- se uma população bem assídua do lugar. Trata-se de moradores de rua e/ou ajudantes de feirantes que regularmente são vistos compartilhando cigarros e comida em grupos na praça. Outra atividade comum a esse grupo, além do transporte de caixas de frutas e outros produtos, é o recondicionamento das embalagens de frutas mais sensíveis ao calor como uva, morango, pêssego, jambo e afins, para que possam ser expostos novamente. Assim, ao longo do dia é possível ver várias embalagens sendo desfeitas, as frutas podres são descartadas no chão dos jardins da praça e aquelas considerados apropriados formarão novas porções que serão postas à venda novamente.é por isso que ao atravessar a praça, após desviar das primeiras barracas, no sentido noroeste a sul-leste, percebo grande quantidade de frutas podres jogadas de qualquer forma. Embora não seja incomum encontrar cavalos, utilizados como tração animal para as carroças, nunca os presenciei comendo a essas frutas, ao contrário das maritacas que se amontoam nos ipês da

praça e nas faixadas do casario dos bairros[6]. Embora mais reservadas que os pardais, aquelas se fazem presente no aproveitamento dos restos da feira.

Por se tratar da semana santa, três eventos são especialmente notáveis, em ordem de percepção deles: 1) o aumento na frequência de pessoas entrando na Basílica da Penha que às 10:20 já encontra na sua terceira missa do dia em curso – as duas primeiras aconteceram às seis e sete e meia e ainda haverá outras ao meio-dia, às quinze e dezessete horas; 2) a abundância na oferta de bredo nas barracas da feira; e 3) o aumento nas filas nos boxes e barracas que vendem coco e frutos do mar. Segundo conversava em volume elevado uma consumidora com a sua acompanhante, enquanto ultrapassava a barreira de motos estacionadas no entorno da praça e me dirigia à feira, como ano passado (2018) havia faltado bredo no comércio e seu almoço de semana santa não contou com a iguaria, nesse ano resolveu se antecipar e garantir o item.

A partir do comportamento no comércio, não é absurdo imaginar que a importância dada para esses itens é análoga à compra de chocolates, ovo de páscoa e frutos do mar, produtos mais costumeiramente abordados nos noticiários. As lojas de atacado e varejo de doces no pátio do mercado, encontram- se tão cheias quanto as filas do vendedor e das duas vendedoras de coco ralado da feira – ainda é mais recorrente que as mulheres vendam conjuntamente o coco ralado e a goma de tapioca, um vendedor homem é mais exceção que regra. Outros itens característicos da culinária da semana santa recifense, além do pescado,do bredo e do coco, são o feijão de coco e quibebe – um tipo de purê “rústico” feito com jerimum. Como poderemos debater mais adiante, o comércio também se molda ao calendário cultural e religioso.

Assim, já próximo a escadaria da Basílica da Penha é possível perceber um corredor feito por vendedores ambulantes de frutas que liga a rua das Calçadas à rua que circunda o Mercado de São José em seu lado sul. Após a segunda linha desses vendedores, é possível perceber um número relativamente maior de pedintes, na

6 Embora ainda não me tivessem chamado atenção, não é incomum perceber a presença das maritacas desde a rua de São Pedro. Elas parecem se aproveitar da parca manutenção dos imóveis e da vegetação que neles brota para fazerem seus ninhos, ou ao menos para repouso. Como sempre estão em grupo, é comum que seus sons concorram com os gritos dos comerciantes compondo de maneira inesperada o ambiente sonoro do lugar.

escadaria e rampa de acesso ao templo religioso. Alguns deles, sem deixar de estar em um local de fluxo, sentam-se ou põem suas cadeiras de rodas próximo às entradas, como forma de se abrigar do sol que está ainda mais impiedoso. A igreja aparenta estar lotada e mesmo com todo a gritaria dos vendedores anunciando seus produtos, é possível ouvir os ecos advindos da missa e as interações dos fiéis, quando nessa distância.

Seguindo o caminho proposto pelos tabuleiros improvisados, chega-se à feira do mercado. Nela não se grita tanto quanto entre os vendedores ambulantes, no entanto, alguns desses se posicionam em estreitas passagens para garantir um posto de venda e costumam anunciar produto e preço no som mais alto possível para quem vai fazê-lo por horas a fio. Logo na entrada escuto: “feijão verde é dez! É dez, é dez, é dez! Feijão verde é dez!”. Após algumas repetições desse bordão, segue um detalhamento: “Feijão verde, debulhado na hora, aqui fresquinho, é dez! É feijão verde! Esse aqui não é pintado não, é feijão verde, o quilo a dez!”[7].

Diante das lonas colocadas sobre as bancas da feira, sem que sigam qualquer tipo de padronização, fragmentos de sombras são mais constantes para os que passam por dentro da feira. Não se trata de lugar muito espaçoso, e muito embora a sensação de calor úmido se mantenha – um “abafado”, como dizem no lugar – a menor incidência direta do sol já proporciona algum tipo de alívio térmico. Além disso, para qualquer pessoa que exceda um metro e setenta e cinco centímetros (1,75 cm), ou que trafegue transportando qualquer coisa acima da cabeça, é importante estar atento às armações que sustentam essas cobertas, especialmente nesse trecho mais próximo à Basílica. Não existe qualquer tipo de ordem sistemática entre as barracas: trata-se de três fileiras paralelas, entre as calçadas da ordem religiosa e do pátio de alimentação do mercado, seguindo a curvatura desse trecho; vende-se fruta ao lado de tubérculos, em seguida folhas e verduras, depois, goma de tapioca, outras frutas, numa total aleatoriedade.

---

7 A confiabilidade das mercadorias vendidas na rua é sempre uma questão a se avaliar a partir da oferta anunciada aos gritos. Alguns metros antes, por exemplo, foi possível ouvir um anúncio de feijão verde a apenas dois reais. Ninguém anuncia isso explicitamente, mas todos os que conhecem o lugar sabem que a esse valor, trata-se provavelmente de feijão macassar hidratado em água com anilina. Ao se vender feijão verdadeiramente verde, portanto, é necessário se alertar de forma discreta que outros estão vendendo um produto que não corresponde ao anunciado. Num lugar onde a linguagem direta pode gerar conflitos, é importante estar atento a subliminaridades.

Após o cruzamento com a rua de São José do Ribamar, a feira passa a ter outra configuração, agora, com apenas uma fila de barracas e todas concentradas à beira da calçada do mercado. Do outro lado, filas duplas de boxes construídos pelo poder municipal e com uso cedido a comerciantes cadastrados no período posterior ao incêndio do Mercado de 1989, àquela época, tiveram seus pontos de venda sorteados antes da reinauguração de 1994.

O sol volta a queimar mais constantemente a pele, embora os fícus da calçada do mercado ajudem a abrigar-se, pelo fato de as lonas serem menos constante, há mais brechas de raios diretos. O corredor, embora mais largo, é também mais interrompido por consumidores com carrinhos de feira, carregadores e ambulantes com carrinhos de mão. Num período em que achar um bacalhau mais em conta, ou onde se pode comprar todos os ingredientes de uma refeição familiar, são ainda mais interessantes, os espaços do São José e Santo Antônio passam a ser mais disputados. Por vezes, clientes param em grupo sem aviso prévio, por outras, um ambulante dificulta o fluxo, tentando vender sua mercadoria sobre um banquinho no meio da passagem. É preciso aderir pacientemente à etiqueta local e habituar-se aos desconfortos dos apertos e calor, para que se consiga manter-se por mais tempo no lugar.

Dobrando à esquerda na altura da rua Padre Muniz, já um tanto desgastado pela movimentação intensa, opto pela passagem estreita que dá acesso à calçada, escondida por detrás dos boxes e pelas telhas de zinco improvisando galerias entre as marquises das lojas e as estruturas metálicas das vendas. Esse é um dos atalhos de conforto que se pode descobrir quando o lugar passa a ser experienciado de maneira repetitiva. Por essa via, protege-se do sol e se trafega com o fortuito privilégio dos cheiros das ervas, flores e incensos vendidos tanto nas lojas, quanto nos boxes. Pelo menor passa-passa, os vendedores e consumidores desse lado tende a ser mais sorridentes e disponíveis para conversar. Além disso, os usuários sentam-se mais demoradamente para tomar uma água, um lanche e trocar algumas palavras enquanto se consegue uma brisa mais fresca.

Nesse trafegar mais tranquilo, foi possível escutar dois senhores conversando enquanto tomavam um refrigerante em uma das barracas dos boxes, o mais baixo deles dizia a seu interlocutor: “todo ano eu venho comprar meu peixe aqui no mercado de São José. Não compro o peixe da semana santa em outro lugar. Minha mulher já

sabe: saio cedinho, compro, essa hora já tô me preparando pra voltar". No entanto, como os lugares não foram criados para comportar um fluxo tão elevado de pessoas, a paisagem do principal lugar das peixarias se modifica por conta das filas formadas. Seguindo pela rua do Porão, regularmente é mais tranquila que o entorno do Mercado, durante esse período do ano se agita na mesma intensidade, é possível avistar aglomerações na rua do Cais de Santa Rita.

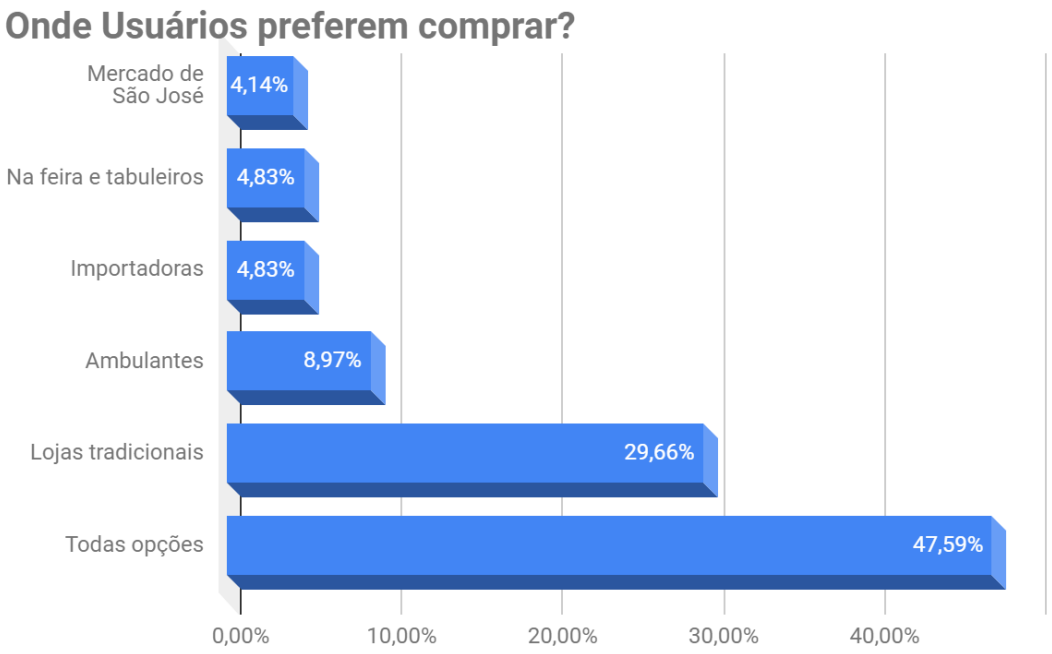
As filas são extensas e algumas peixarias tentam controlar a multidão com a distribuição de senhas. No pouco tempo que permaneci conversando com algumas pessoas da fila, foi possível perceber a velocidade com que as mercadorias se acabam e novos pescados são trazidos. Diante da grande diversidade de produtos vendidos, com parte significativa dos pescados sendo importados, ainda é possível testemunhar cenas do Cais de Santa Rita funcionando como tal. Acompanhando uma dupla de homens que haviam entrado na peixaria transportando um volumoso isopor carregado com peixes-agulha recém pescados. Informam que partiram para alto mar no princípio da noite anterior, passaram toda a madrugada pescando, num total de 4 pessoas. Para a sorte deles, aquele já era o segundo isopor que descarregavam, o que significa que a produção excedeu as expectativas, por sorte, num período em que o pescado é mais valorizado. Seguem até a Martins de Barros, na altura do encontro com a travessa do Arsenal de Guerra, onde rampas permitem a eles que desçam para retornar ao barco parado na "prainha". Embora seja uma referência para toda a cidade, o comércio de pescados do São José, raros são os momentos do ano em que é possível presenciar um nível tão elevado de atividade. A forma como as peixarias estão repletas de pessoas, não é apenas esse ramo de negócio que se beneficia do fluxo, mas também os feirantes, ambulantes, comerciantes do mercado, pedintes a comunidade católica; toda a rede de relações socioculturais e econômicas do São José e Santo Antônio.

2.3 A pluralidade da paisagem social e os interesses dos usuários

Isso que se apresentava de forma tão nítida, por meio de diálogos com pessoas carregadas de sacolas, enquanto esperavam na fila para conseguir comprar

o produto que as fez se deslocarem até ali, também foi constatado a partir do questionário aplicado aos usuários dos bairros, como se pode ver a seguir:

Gráfico 6 Onde os usuários preferem comprar



DPPC/2019

Assim, é possível compreender que o comportamento apreendido durante as investigações etnográficas ao longo da semana, também se estende a outros períodos de elevação no fluxo das pessoas. Via de regra, o usuário médio dos bairros de Santo Antônio e São José estão predispostos a consumir em todas as possibilidades de comércio que o vuco-vuco apresenta. Nesse sentido, embora o fato de trinta por cento (30%) das pessoas que responderam à questão tenham deixado claro que os pontos fixos das lojas tradicionais é que são o principal interesse dos seus deslocamentos, a dispersão presente nas outras modalidades e quase a metade (47,59%) ter mencionado que não tem interesse em apenas um tipo específico de comércio, nos evidencia que a multiplicidade de produtos, comércios e oportunidades de negócio é que são o interesse fundamental dos consumidores no lugar. O conjunto e a multiplicidade de comércio é mais interessante que as suas partes isoladamente.

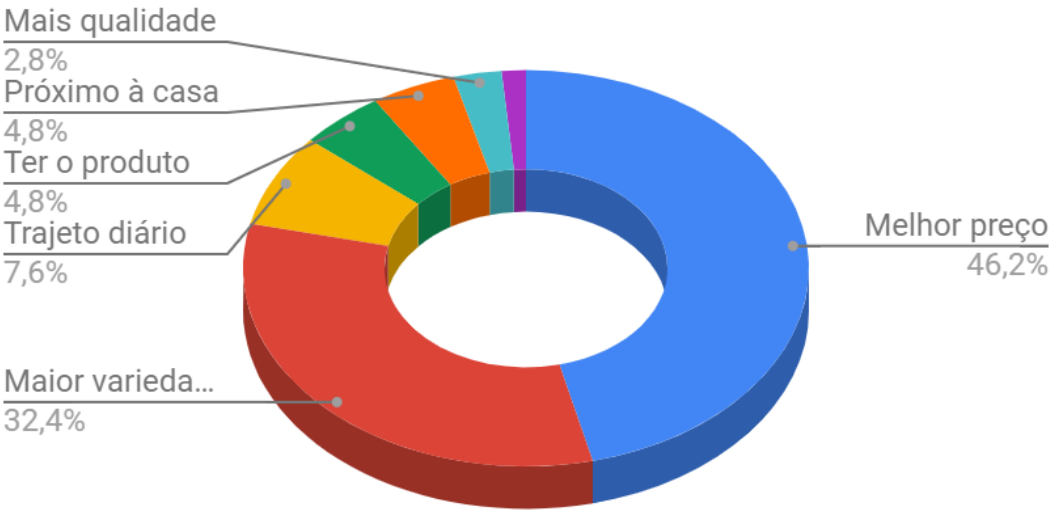
Portanto, quando os ambulantes com os quais dialogamos durante a atividade de pesquisa do dia trinta (30) de agosto de 2019 – último dia útil do comércio no entorno do mercado de São José – alegaram que deslocá-los dos pontos de fluxo, acarretaria em drásticas reduções nas vendas, eles pareciam apresentar um conhecimento que além de lógico, parece transmitir o contexto mercadológico local. Segundo apontavam, a atividade de comércio dos feirantes e ambulantes não são suficientes para fazer as pessoas se deslocarem até eles. Nas palavras utilizadas, trata-se de uma venda de "ocasião": "as pessoas vão passando, veem um produto nosso e param pra comprar! Se colocarem a gente lá embaixo, você acha que alguém vai até lá [apontando em direção à rua do Cais de Santa Rita] pra comprar uma fruta? Vai não! Eles compram aqui, porque todo mundo passa por aqui", falava um grupo de comerciantes, na calçada da praça Dom Vital.

A esse argumento, o grupo formado a partir do diálogo acrescentou: "se eles pararem pra comprar na gente, faz eles comprarem nos outros também… o povo para, aí vê um negócio, aí vê outro, e para pra conversar, pra saber quanto é, a quanto dá pra fazer… é assim!". Esse relato, baseado na experiência prática dos vendedores de rua, se mostrou recorrente e não exclusivo a esse grupo, mas também manifesto por parte dos comerciantes do mercado e profissionais formais do comércio. Pela amplitude de tipos de comerciantes que compartilhavam essa compreensão, compreende-se a necessidade de que a análise seja tomada enquanto hipótese válida para investigações futuras.

Sublinha-se, por esse turno, que a pragmática de compra e venda do lugar também gera formas de análise da realidade que devem ser levadas em conta em processos de redimensionamento das atividades comerciais do lugar. Ressalta-se que essa compreensão baseou o argumento amplamente difundido de que, com a retirada dos comerciantes de rua não apenas esses grupos seriam prejudicados, mas todo o comércio, posto que uma lógica fundamental do funcionamento do espaço seria interrompido pela realocação.

Dessa forma, com o intuito de compreendermos as práticas de consumo, questionamos aos usuários qual o elemento fundamental que os motivava a ir fazer compras nos bairros das ZEPH 10 e 14. A isso, responderam:

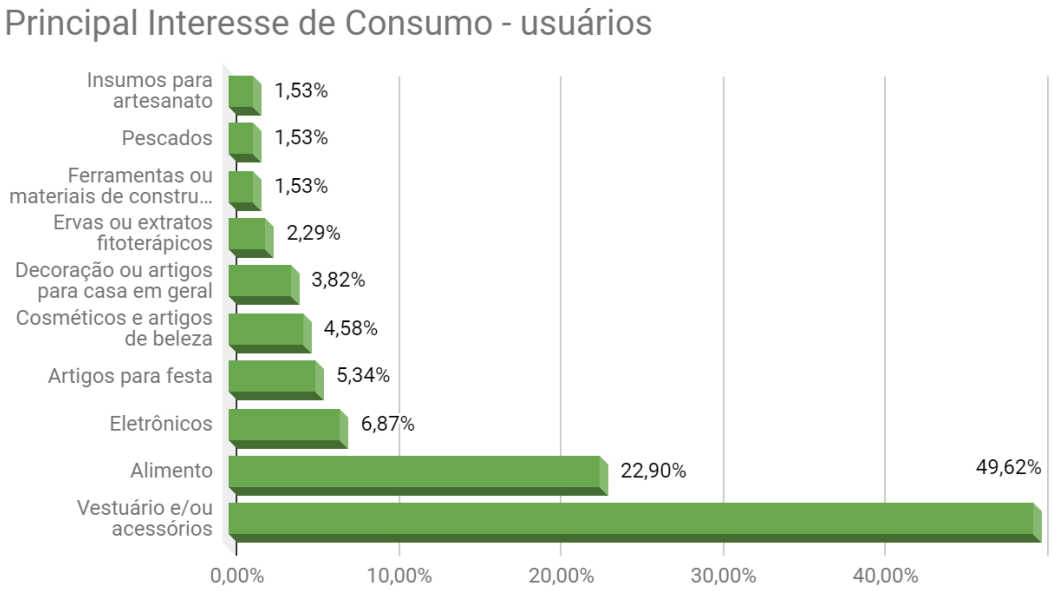
Gráfico 7 O que motiva os usuários a fazerem compras na ZEPH 10



DPPC/2019

Logo, o que é representado no gráfico acima tem consonância com os elementos que baseiam a noção do comércio de Santo Antônio e São José como de "ocasião". Nesse sentido, as duas respostas com maior frequência apontam para a necessidade dos consumidores "baterem perna", haja vista que ir em busca de "maior variedade" (32,4% do total) ou do "melhor preço" (46,2%), demanda uma ação ativa de busca pelo melhor negócio possível. Somando-se à questão anterior – sobre o local de preferência para as compras –, a maioria dos entrevistados não possuem um interesse claro em manter algum tipo de fidelidade em relação a uma loja ou um formato específico de negócio. Ao contrário disso, a maioria parece buscar um bom negócio, quando se dirigem ao "vuco-vuco". Ao fazê-lo, portanto, os consumidores podem se aproximar daquilo que é apontado pelos comerciantes enquanto tipo ideal das negociações do lugar.

Gráfico 8 Principal interesse de Consumo na ZEPH 10



DPPC/2019

Portanto, o que estava sendo afirmado pelos comerciantes de rua, se relacionam com um debate teórico relativo à operação de significados nos espaços sociais da cidade. Nessa medida, o que os ambulantes alegavam, relaciona- se com a possibilidade de uma mudança na disposição dos espaços gerarem a interrupção de determinados fazeres socioculturais. Logo, uma vez que fossem deslocados para um espaço no Cais de Santa Rita, a reprodução das “vendas de ocasião” seria posta em risco na medida em que as variáveis necessárias para a sua realização seriam amplamente modificadas. Assim, no argumento desses vendedores, a descaracterização do espaço social, no qual eles intervinham com suas barracas e mercadorias, geraria efeito negativo sobre o comportamento dos consumidores, a partir de então, mais livres para circular rapidamente e sem interferências – das quais, a “venda por ocasião” pode ser compreendida enquanto uma.

Destarte, podemos compreender que um dos elementos com os quais estamos lidando no argumento dos comerciantes se relaciona com a anteposição entre a reprodução sociocultural em lugares e não-lugares – na compreensão de Marc Augé (2012). Para o autor, a diferença entre ambos os conceitos, se relaciona com o fato de, no primeiro, as distâncias e deslocamentos são parte da experiência do espaço. Portanto, locomover-se interagindo com os elementos do caminho é

fundamental para o estabelecimento da compreensão de lugar – um espaço social com memória, presenças e experiências específicas; o deslocamento é parte constituinte do evento social do indivíduo.

Em um sentido oposto a esse, a noção moderna de espaços e deslocamento numa cidade, tende a compreender o tempo gasto para que se consiga ir do ponto "A" para o ponto "B", enquanto elemento fundamental na experiência dos indivíduos. Nesse sentido, os espaços tendem a ser compreendidos enquanto obstáculos para a prática social na cidade. Desta feita, o percurso estabelecido não se dá enquanto um evento social, mas o oposto disso. Na mesma medida, a fluidez no deslocamento passa a ser um valor fundamental da experiência pós-moderna de cidade. Assim, os espaços percorridos no deslocamento dos indivíduos são esvaziados de seus elementos sociais. A experiência está no fim do percurso e não durante ele. Portanto, na medida em que apenas o trânsito de veículos e pessoas se torna o valor fundamental para estabelecer diretrizes urbanas, a produção de "não-lugares" se mostra um provável evento.

Destituir o Mercado de São José, a antiga "Ribeira do Peixe", de alguns de seus elementos centrais, tornando-o condicente com a lógica de espaços enquanto obstáculo, então, pode ser compreendido enquanto produção de não-lugar. Dessa forma, justamente em decorrência da compreensão do mercado enquanto espaço amplamente significativo para a memória social dos bairros e da cidade como um todo, seria viabilizada uma ação de "deculturar" o lugar. Em boa medida, o fato desse empreendimento se dar de forma concomitante com o interesse na revitalização das faixadas e recuperação de uma paisagem histórica, não deve ser compreendido como evento paradoxal, mas parte de um mesmo processo de ressignificação da cidade a partir do paradigma do deslocamento. Nesse sentido, segundo Marc Augé (2010), a experiência distanciada de "cidade-mundo" – possível a partir da difusão de um modelo de prática social análogo à interação do turista – se mostra capaz de evidenciar tempo em monumentos e paisagens, mas sem que isso signifique manifestação de compreensões históricas. Ou seja, o tempo expresso é o objeto do valor social, sem que se compreenda significados específicos de um lugar. Tudo é passível de ser compreendido enquanto coisa antiga e o seu significado se resumiria a isso.

Assim, é possível considerarmos que o esvaziamento social para a recuperação de monumentos, faixadas, prédios e paisagem não pode ser

automaticamente compreendido enquanto parte constituinte da intervenção para a preservação de patrimônio, memória e identidade social. Ou seja, embora a redução de atividades com interesses distintos à preservação de determinado lugar possa sugerir um efeito positivo em prol do patrimônio cultural, o potencial esvaziamento de significados aponta num sentido diverso.

Na mesma medida, não significa dizer que a diminuta regulação das atividades comerciais no lugar e mesmo as intervenções estéticas ou estruturais com fins pragmáticos, podem ser considerados *per se* algum tipo de ação em prol ao patrimônio cultural. Sublinha-se enquanto falsa, invés disso, a dicotomia entre práticas sociais em transformação e preservação do patrimônio cultural reconhecido. Garantir a atualização de relações entre esse patrimônio institucionalizado e atividades socioeconômicas tradicionalmente desempenhadas no lugar, deve ser compreendido mais enquanto um elemento fortuito para a preservação da identidade daquele espaço e o bem reconhecido, do que um empecilho a isso.

Destarte, um dos interesses do presente diagnóstico é encontrar pontes que conectem a atividade do comércio ambulante, a feira e o patrimônio reconhecido, invés de transformar em física, política, social e econômica, uma apartação conceitual: de que o patrimônio construído e as atividades humanas realizadas no lugar desses, são necessariamente eventos culturais distintos. Para tanto, compreende-se a pertinência do conceito de paisagem cultural, como forma de abordagem do patrimônio cultural sobreposto e não auto excludente.

2.4 Performance, cultura local, distinção simbólica e econômica

Em boa medida, a partir das observações realizadas pelos comerciantes, podemos compreender algumas dessas relações na dinâmica sociocultural do espaço. Uma delas se relaciona com o patrimônio instituído e uma referência da cultura local que se coloca em perspectiva a partir da noção de patrimônio. A isso, podemos compreender enquanto processos locais de patrimonialização: mudança de significados na realização de um fazer tradicional no lugar. É o caso apontado durante a entrevista com “Seu Eduardo”. Em meio a tantas ações distintas e concorrentes, além de um aglomerado de produtos expostos, alguns o entrevistado destacava a necessidade de combinação e apresentação de seus produtos de forma mais harmônica em seu próprio tabuleiro. Dessa forma, além de reduzida a uma atividade

estritamente econômica, a feira também pode ser compreendida como um evento estético e mesmo representativo da cultura de um povo em seu sentido amplo: desde produção de alimentos até a forma como as pessoas se relacionam com ele. Nas palavras do feirante:

> "Aqui chega turista querendo saber um melão que sempre vende por aqui – que é o genérico do japonês – ele sempre atrai as pessoas, porque muitas pessoas não conhecem... como ocorreu nessa semana, com o caju. Muitas pessoas não conhecem o sabor do caju. Inclusive eu acredito que nós [feirantes] somos uma forma de mostrar ao país e ao mundo os produtos que nós vendemos.
>
> (...)
>
> Rapaz, mesmo com essa desarrumação, as pessoas que vêm de fora, elas não tiram foto da sujeira que tá ao lado. Ela tira foto de nós e da nossa mercadoria. É sério, pô, é um negócio incrível: a pessoa que vem de fora ela não bota a câmera pro chão, eles botam a câmera pra nossa direção, entendeu? (...) Porque a gente é propagador de cultura; não é só o artesanato."

A partir da aplicação de questionários e de conversas espontâneas com os feirantes, pode-se perceber que a compreensão da feira enquanto um patrimônio ou performance tradicional para ser apreciada por turistas, tanto quanto o artesanato, ainda é uma noção mais rara de ser encontrada no lugar. Mesmo assim, é possível, a partir da entrevista realizada, compreender que a relação sociocultural com outras atividades comerciais que se relacionam com noções como tradição, identidade e patrimônio expõem esses conceitos a novas aplicações no lugar. Compreender, portanto, a existência de tensionamentos e mudanças de significados no "campo"[8] do comércio local, diante da instituição do patrimônio cultural e suas repercussões sociopolíticas, econômicas e culturais. Segundo "Seu Roberto", atualmente um dos maiores vendedores de artesanato do Mercado, a paisagem interna do lugar na década de 1960 era a seguinte:

> "Aí foi quando eu vim pro Mercado de São José. Vim como empregado… o mercado era roupas, verdura, miudeza, carne e peixe e frutas. Não tinha box. Era tudo de madeira."

[8] Entende-se por campo, o conceito bourdiano de um espaço sociocultural de disputas simbólicas e de significados, no qual agentes sociopolíticos agenciam, buscam validar, determinar e legitimar representações. Assim, na mesma medida em que se pode debater diferenças entre o que é "popular" e "erudito" no campo da arte, se pode fazer o mesmo entre o que é "patrimônio" e mercadoria no campo local do comércio popular do Santo Antônio e São José (BOURDIEU, 2012) e (BOURDIEU, 1983).

Sendo um mercado popular, a transformação estabelecida desse período para o atual passou pela trajetória individual do entrevistado até se tornar um dos principais vendedores de artesanato, como descreve “Seu Roberto”:

> “Quando foi com 8 meses, seu Geraldo disse que apareceu um box na sessão do meio. Aí ele ajeitou pra eu comprar. Eu comprei. Eu fui ajudado pelos árabes também. A história é essa. Diziam na época: você é um menino trabalhador. Aí quando eu comecei pelos meus próprios meios, aí eu botei artesanato lá. Palha, tudo. Aí de repente eu comprei uma caixa de boneco de barro do Vitalino por oito mil, na época. Aí chegou um freguês, eu vendi quase quinze mil e ficou a caixa toda. Aí eu disse, esse negócio, é onde tá o lucro. Aí foi quando comecei, vir de lá pra aqui. Aí comecei a ir pra Bahia, Fortaleza, aí foi quando eu comecei a fazer o intercâmbio. Aí aquele povo que não tinha dinheiro, eu mostrava o quanto eu vendia, que ele acreditasse no artesanato. E aquele que não tinha dinheiro, eu botava a mercadoria e eles pagavam 20 mirréis por dia. Aí todos cresceram, graças a deus.
> (...)
> Aí quando eu já tava, o Mercado da Bahia incendiou. Eu era o fornecedor número 1 lá. Eu vendia em Fortaleza, Maceió… o pontal em Maceió, era os pescadores, as famílias deles fazia o ‘filé’”.

A partir da narrativa de “Seu Roberto”, é possível compreendermos que é a partir de uma noção difusa de “cultura”, através da atuação do comércio para turistas, que o artesanato se estabelece enquanto mercadoria central nos mercados tradicionais das principais capitais do nordeste brasileiro. Por parte dos comerciantes, essa se torna uma atividade mais acessada em vista da lucratividade que se pode atingir, haja vista a produção precarizada e a venda para um público acostumado com valores mais elevados. Segundo nosso entrevistado, esse comércio se estabelece de maneira decisiva a partir de 1970 e tem seu auge na década seguinte.

Nesse sentido, o prédio do mercado de São José deve ser compreendido como um elemento de atribuição de valor cultural, na medida em que se estabelece não apenas enquanto símbolo da tradicionalidade do comércio, mas também uma referência dos patrimônios do lugar se mostra capaz de atribuir valores para os eventos sociais que se passam no seu interior. Hipoteticamente, não seria absurdo especular a feira como patrimônio cultural do lugar, nem por sua tradicionalidade, ou pelos registros históricos dessa atividade, nem mesmo pelos atributos estéticos e performáticos de sua realização. Isso seria ainda mais lógico, caso estivesse presente no interior do mercado. O que o feirante “Eduardo” reivindica em sua fala é que a presença externa ao prédio do mercado e distribuída ao longo dos bairros de Santo

Antônio e São José, apresenta-se enquanto suficiente para que a realização da feira e mesmo do comércio ambulante possa ser alvo de ações políticas de gestão do patrimônio cultural.

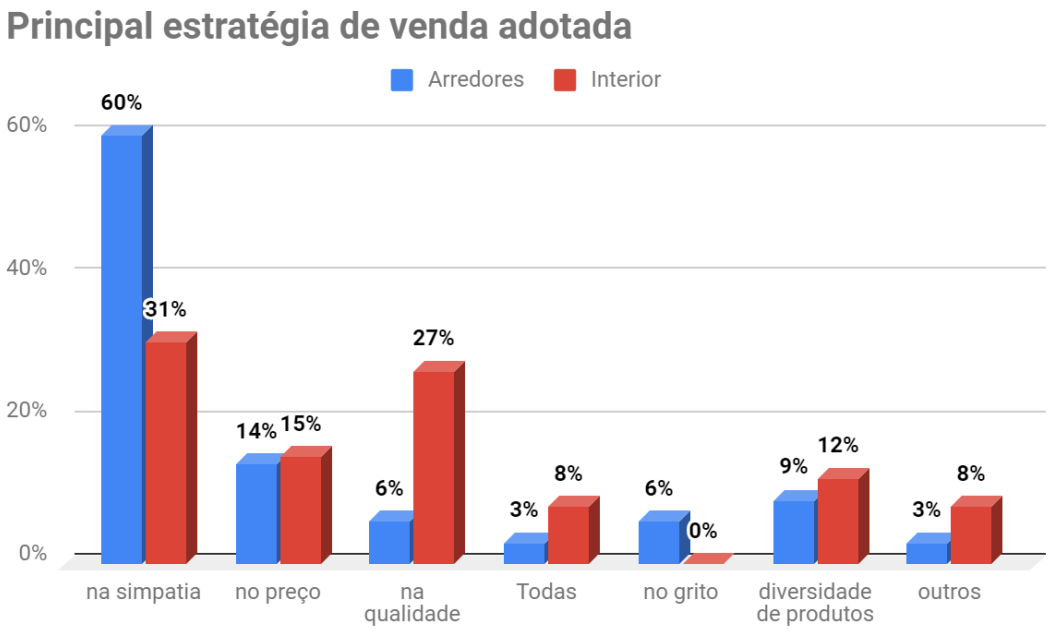
A atuação social de vendedor, em boa medida, é um aspecto bem difundido na sociabilidade dos que “aprendem a andar no centro”. Trata-se de uma possibilidade de expansão do próprio corpo que somente alguém que assume esse papel social poderia ser levado a sério. Isso significa dizer que vendedores assumem, no exercer a sua atividade, um lugar social específico a partir do qual se aceita que gritem, chamem atenção, “puxem” conversas e interajam de maneira mais acentuada, assim como um ator em palco, ao qual é concedida a possibilidade de exacerbar e enfatizar as atuações. Compreende-se, portanto, “performance” na qualidade de conceito adequado para compreendermos a atuação de vendedores em interação com o público e outros vendedores.

Na mesma medida, o espaço de onde se estabelecem as bancas, inclusive no Mercado de São José, podem ser exemplarmente compreendidos também como palco. Nesse sentido, demanda-se também a identificação dos lugares de “bastidores” dessas atividades, as repercussões em sê-lo, e os elementos sociais através dos quais podem ser caracterizados.

Nesse sentido, estar na parte externa ao mercado exige demonstrar excepcionalidade da oferta que se propõe. Para isso, faz-se uso de performances com a intenção de possíveis interações diretas, entre vendedor e cliente. Logo, de acordo com os comerciantes entrevistados, esse tipo de atuação é significativa, porém não determinante para o desempenho das vendas dos comerciantes do interior do mercado. Nessa acepção, além do aspecto simbólico, o prédio do Mercado de São José também pode ser compreendido enquanto valorizador econômico da atividade comercial. Assim, os efeitos no contexto sociopolítico das relações entre comerciantes são cumulativos na valorização do produto e na realização da atividade econômica, demandando menor apelo à performance, entre os comerciantes do interior do mercado.

Como é possível perceber no gráfico a seguir, quando ao entorno do mercado, mais performático tende a ser o estímulo à venda. Já entre os “estabelecidos”, é denotada maior importância às especificidades do produto vendido: preço ou qualidade.

Gráfico 9 Estratégias de venda adotada pelos vendedores



Fonte: DPPC/2019

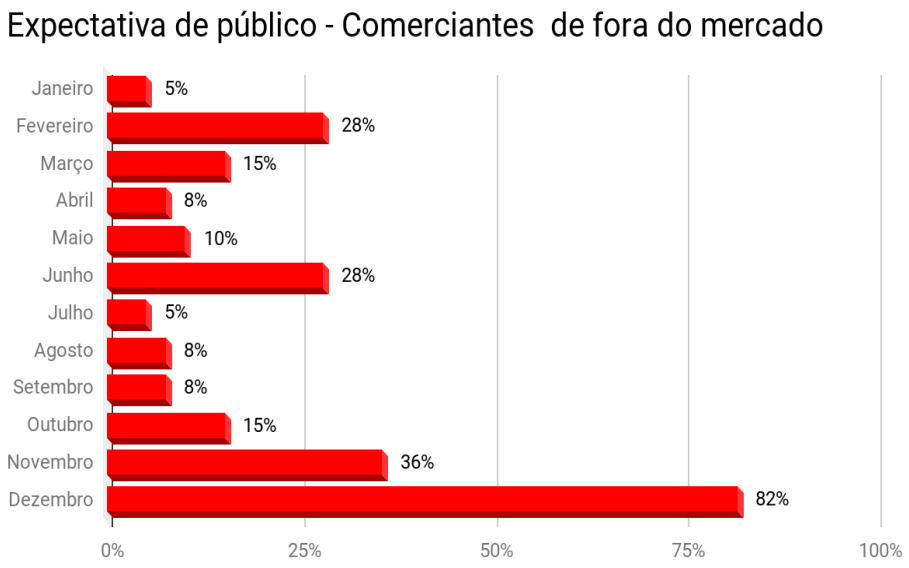
Para 60% dos feirantes “outsiders”, ser simpático é a melhor estratégia para garantir uma boa venda. Ao passo que, no grupo dos que estão no interior, as estratégias são mais diluídas. Há uma maior equivalência entre as principais estratégias atribuídas, sendo trinta e um por cento (31%) relativo à qualidade e vinte e sete por cento (27%) à simpatia, como elemento agregador de capacidade de venda da mercadoria. O gráfico ainda mostra que o apelo para chamar a atenção dos clientes por meio do grito parece ser uma prática mais constante àqueles mais vulneráveis, representado apenas 6% do total dos comerciantes dos arredores, mas não foi citado como estratégia válida a nenhum dos comerciantes de dentro do Mercado de São José. Diversidade e preço, ao contrário do que foi manifesto por parte dos consumidores, não despontam de maneira muito central para esses comerciantes.

Com isso, observa-se que os meios desenvolvidos para o fim da venda também se relacionam com o nível de institucionalização e das garantias socioeconômicas detidas pelo comerciante. Para aqueles que vivem do “comércio de oportunidade”, ser “simpático” para os possíveis clientes exige uma “manha”, uma performance em que o sucesso depende muito mais de traços subjetivos do vendedor

do que o produto pode oferecer – preço e diversidade de produtos também têm as suas relevâncias. Por outro lado, entre os “estabelecidos”, por gozarem de um status já socialmente (re)conhecidos e, portanto, serem referências aos consumidores, a venda é terceirizada à “qualidade” do produto.

Observe-se, por esse turno, a expectativa dos comerciantes sobre a presença de compradores ao longo do ano. Em dois desenhos gráficos, respectivamente um para cada grupo, é possível notar diferenças razoáveis em relação às perspectivas para os meses de fevereiro e dezembro. O segundo mês do ano é apontado como um período de grande circulação de pessoas no centro da cidade. Como veremos nos dados referentes aos outros grupos consultados (usuários e residentes), a alegação é a mesma por conta das festividades carnavalesca. Da mesma forma, está o mês de dezembro, que também apresenta esse mesmo alinhamento sobre a presença de pessoas na área ora analisada.

Gráfico 10 Como os comerciantes de fora do mercado percebem a presença do público ao longo do ano



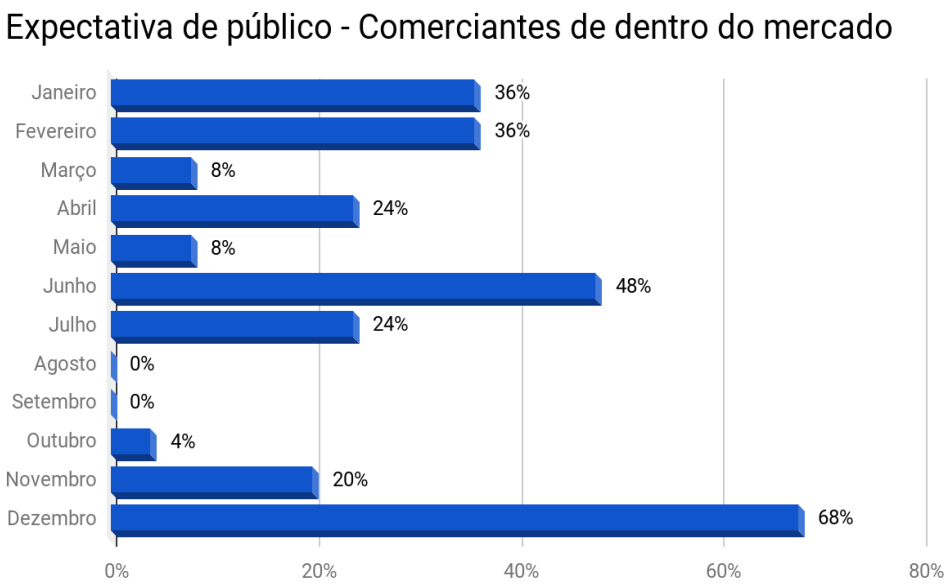
Fonte: DPPC/2019

No gráfico azul a seguir percebe-se significativa influência do calendário religioso e turístico. Em relação ao primeiro aspecto, temos datas como carnaval (fevereiro), período de páscoa (abril), festas dos Santos Antônio, João e Pedro (Junho), e por fim o ciclo natalino (dezembro). A influência do calendário turístico pode

ser percebida principalmente em razão dos meses de janeiro e julho, mantendo tendências positivas em relação a meses como março, maio, agosto setembro e outubro, mas sem apresentar índices como os períodos religiosos.

No gráfico vermelho, percebe-se a tendências na expectativa de consumo muito mais próximas ao calendário comercial regular. Tendo a maioria absoluta dos comerciantes (82% do total) feito referência a dezembro como a principal época comercial. Em segundo lugar (com 36% do total pesquisado) está novembro (mês de pagamento de parcela do 13º salário por parte de algumas empresas). Mesmo guardando a relação majoritária com o calendário financeiro, as outras principais festas da cidade (carnaval e período junino) contam com significativa expectativa de melhora nas atividades comerciais, sendo um aumento muito mais relevante que o mês do dia das mães, geralmente referido pelo comércio em geral como a segunda principal data comercial, depois do natal.

Gráfico 11 Como os comerciantes de dentro do mercado percebem a presença do público ao longo do ano



Fonte: DPPC/2019

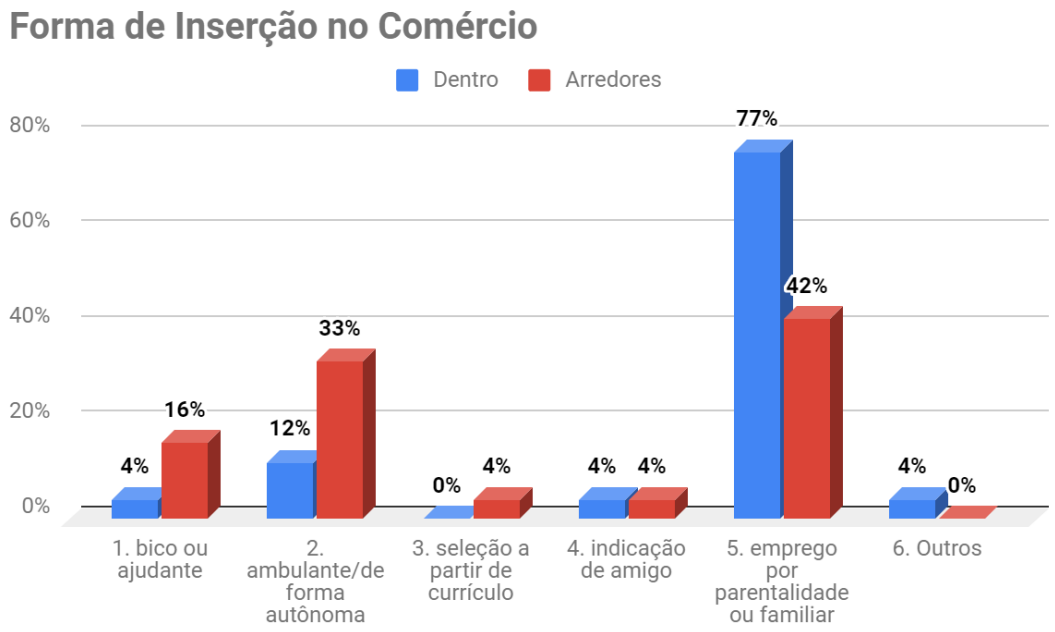
As principais diferenças entre os dois gráficos estão nos meses de janeiro e abril. Por ser compreendido e propagado enquanto um dos principais pontos turísticos da cidade do Recife, a posição onde o estabelecimento se localiza em relação ao prédio parece ser decisiva na atração desse público.Também em decorrência disso,

há no mercado uma grande variedade de lojas especializadas na venda de *souvenirs.* Isso explica o porquê de 36% dos comerciantes do interior do mercado – "estabelecidos" – apontarem o mês janeiro como um período bom para venda. No mesmo período, para os comerciantes do lado de fora do mercado, o percentual é de apenas 5%.

Voltando para o interior do mercado, o mês de abril teve 24% contra 8% (externos) dos respondentes que reconheceram como um momento em que se espera fazer boas vendas. Esse é o período da efervescência das festividades da Semana Santa. E uma das principais tradicionalidades do Mercado é a venda de pescados e derivados, produtos típicos da época.

Seguindo a análise, olharemos agora para as formas de inserção na atividade do comércio. Ao serem questionados o que os levaram ao trabalho no comércio, a maioria das respostas incidiram na perpetuação de uma prática familiar.

Gráfico 12 Como os comerciantes se inseriram na atividade comercial



Fonte: DPPC/2019

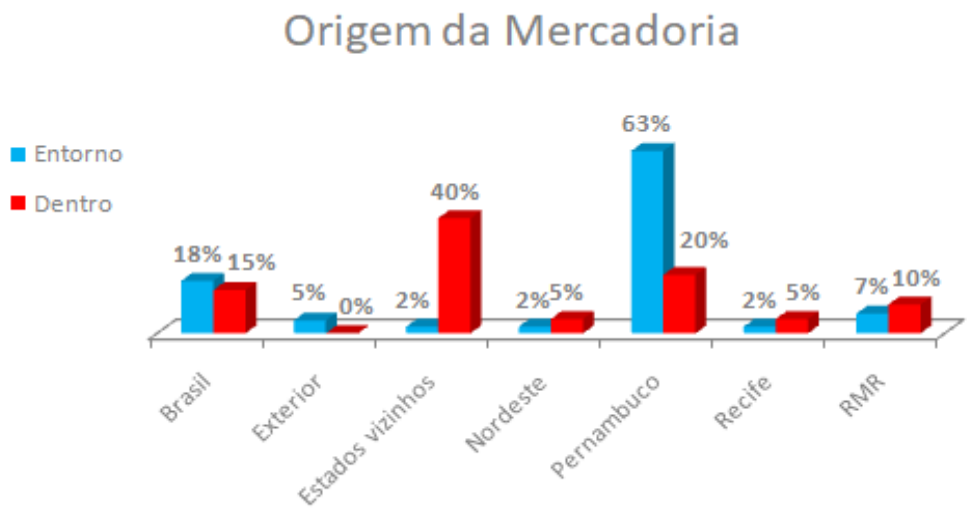
Dentro desse quesito, percebe-se que a tradicionalidade dessa transmissão é mais comum no grupo dos comerciantes que estão dentro do mercado: 77% para 42% dos que estão no entorno. Isso permite inferir que estar dentro do mercado possibilita

uma maior constância na transmissão de ofício. Embora também seja muito recorrente em relação aos comerciantes externos ao Mercado de São José, vários deles apontavam um declínio nas possibilidades econômicas da atividade, o que não é consonante aos vendedores de dentro do mercado.

O entrevistado que chamaremos de “Josué”, evidencia essa trajetória. Segundo ele, seu pai sustentou a família de nove filhos exercendo o ofício de venda e conserto de óculos – o mesmo que realiza atualmente. Porém, ao contrário da geração anterior, o desempenho econômico da atividade é diminuta e a principal renda do domicílio provém dos serviços de empregada doméstica de sua esposa. Assim, Josué explica que os irmãos que também haviam sido ingressados por seu pai como ele foi, abriram mão do pequeno display de óculos e buscaram outras atividades econômica, o que julga ter sido a opção mais acertada. Assim, embora tenham processos de transmissão de atividades, os comerciantes de dentro do mercado tendem a fazê-lo de forma mais sustentável e rentável.

Em relação à origem da mercadoria comercializada também foi uma informação da qual pudemos mensurar distinções significativas a partir da situação de dentro e de fora do mercado de São José. Os dados coletados através dos questionários aplicado junto aos comerciantes apontam diferenças substanciais na origem dos produtos comercializados, sendo predominante a comercialização de uma produção local.

Gráfico 13 Qual a origem da Mercadoria comercializada no contexto do Mercado de São José

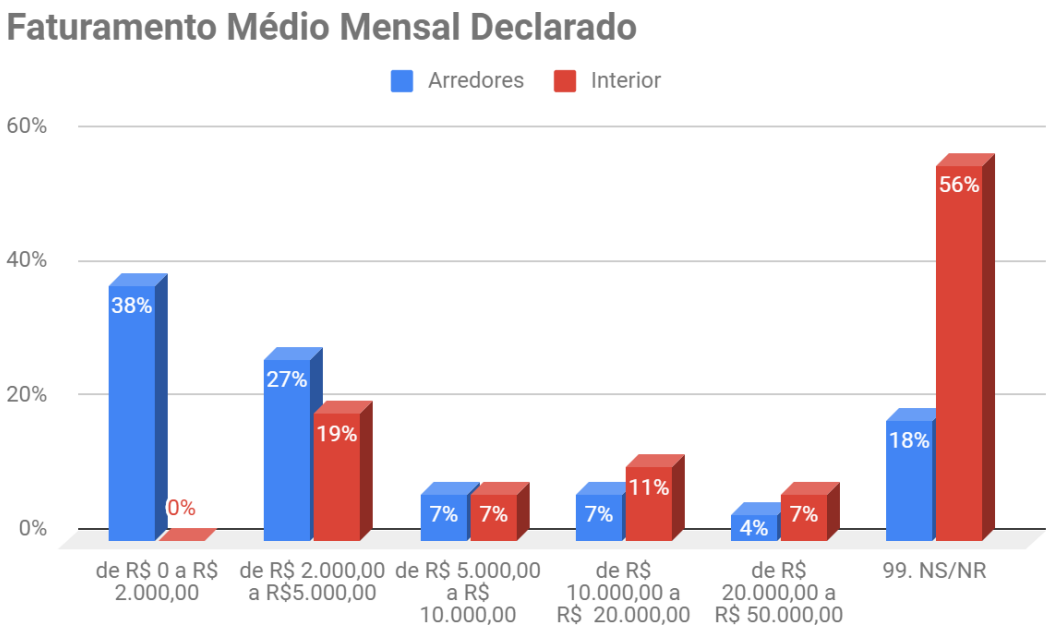


Fonte: DPPC/2019

O destaque é para os 63% dos produtos pernambucanos vendidos pelos comerciantes do entorno do mercado, o que significa dizer que esses comerciantes têm uma importância maior para o aquecimento do sistema produtivo interno ao estado de Pernambuco. Sendo assim, trata-se de uma atividade que gera benesses para arranjos produtivos internos, com geração de renda e atividade econômica de ponta a ponta. Ressalta-se que parte significa desses produtos produzidos internamente são alimentícios, advindos tanto da agricultura ou pecuária, quanto do beneficiamento deles e de suas posteriores manufaturas – como os artigos em couro, por exemplo. Dentro do mercado, a maior recorrência nas vendas é de produtos de estados vizinhos, que aparece como sendo a maior parte do estoque em 40% do total de estabelecimentos pesquisados. Uma quantidade substancial desses é de *souvenires* artesanais, o que reforça a presença dos boxes voltado ao perfil turístico do mercado de São José.

O valor, porém, dessas mercadorias distintas em seus elementos simbólicos, no público-alvo e em todo o arranjo produtivo, não pode ser devidamente mensurado. Embora não se possa atribuir nenhum interesse coletivamente estabelecido, tem-se como dado resultante da pergunta sobre o faturamento médio dos estabelecimentos, por parte dos comerciantes do interior do mercado, uma sistemática recusa por declarar qualquer ordem de valor.

Gráfico 14 Faturamento médio mensal dos comerciantes



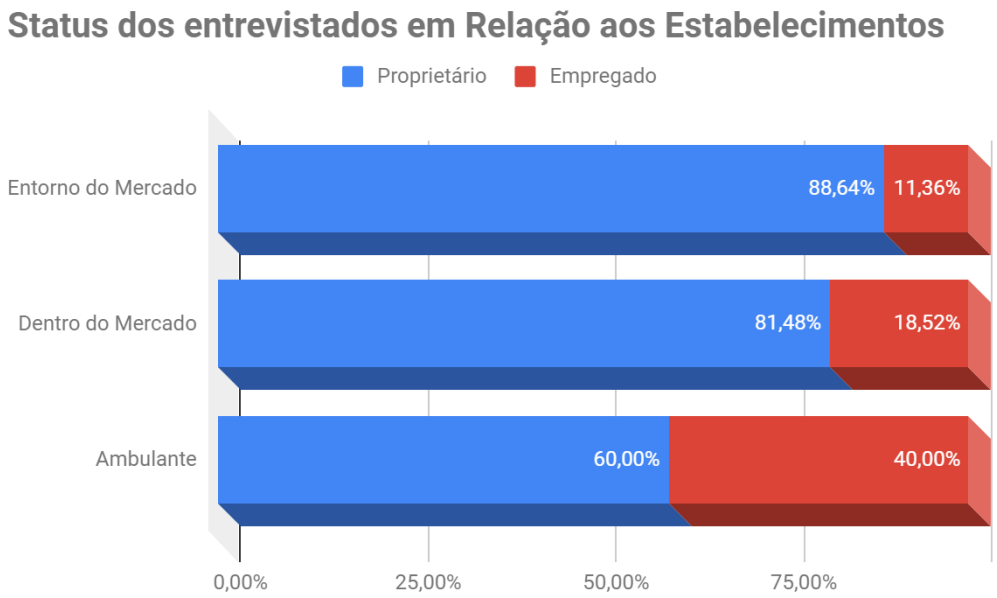
Fonte: DPPC/2019

Ao passo que o percentual dos comerciantes do entorno que se negaram a dar qualquer informação desse tipo não chegou à quinta parte do total, (18%), o percentual do interior do mercado ultrapassou a metade dos entrevistados. Sendo assim, os 56% que preferiram não responder essa pergunta, inviabiliza maiores análises sobre diferenças econômicas, ao mesmo tempo em que aumenta a expectativa de diferenças substanciais no faturamento de ambos os grupos. Essa hipótese também é corroborada com o fato de que as duas primeiras faixas de rendimentos abrigarem 65% dos comerciantes das áreas externas e apenas 19% dos comerciantes internos ao mercado.

Sublinha-se que, para a compreensão da ausência de respostas enquanto uma hipótese sobre a gestão de significativa desigualdade entre comerciantes, avaliamos também em que medida os indivíduos que responderam as questões poderiam ignorar esses dados. Nessa medida, tendo em vista o fato de 81,48% dos entrevistados no interior do mercado se identificaram ou foram identificados como proprietários dos estabelecimentos, podemos descartar a hipótese de uma relação direta entre as respostas sobre faturamento e o desconhecimento das finanças dos estabelecimentos. Em um caminho analítico distinto, ainda se deve cogitar a

possibilidade de relação entre as taxas pagas mensalmente ao poder municipal e a lucratividade que esses comerciantes possam vir a ter. Nessa medida, não responder a um funcionário da administração pública, pode se relacionar com a suspeita de que se trata de algum interesse de fiscalização e sobretaxação dos comerciantes.

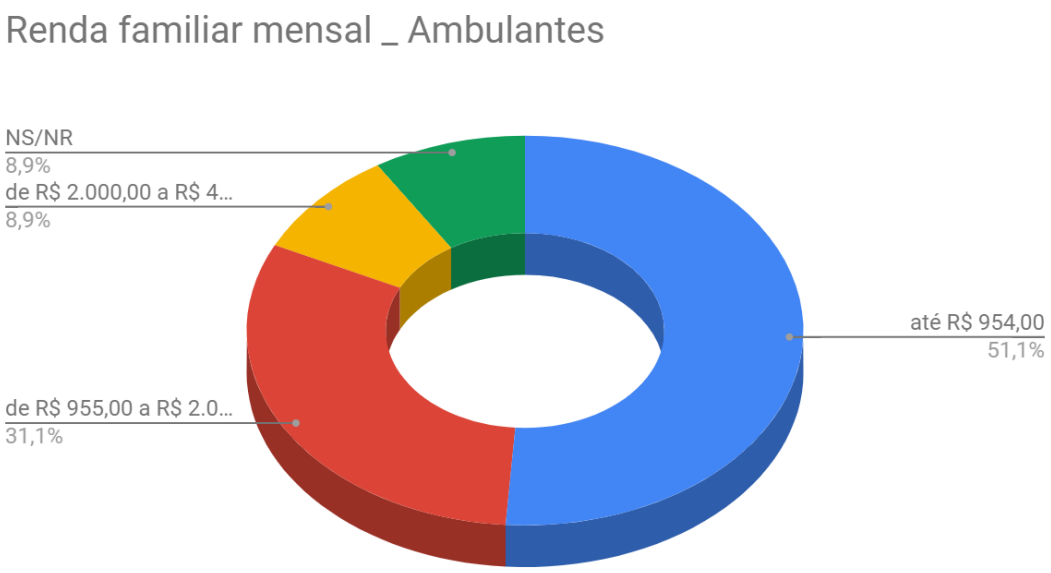
Gráfico 15 Status dos entrevistados em relação ao estabelecimento



Fonte: DPPC/2019

Ainda acerca do gráfico acima, chama atenção o fato de que o grupo de comerciante o qual a menor parte das questões foi respondida pelo proprietário ter sido os ambulantes. Dessa forma, na medida em que é esperado uma atividade autônoma por parte desses vendedores, quase a metade deles era subcontratada por vendedores estabelecidos – de São José e Santo Antônio – para circularem com seus produtos. Como já descrito, o tipo de contrato mais relatado por parte dos ambulantes foi o de repasse do percentual do lucro, não havendo a garantia de renda mínima durante o mês. A recorrência com que esse tipo de acordo foi verificado na ocasião de aplicação dos questionários quando mais da metade (51,1%) dos que responderam à questão, terem declarado a renda familiar como igual ou menor a um salário mínimo.

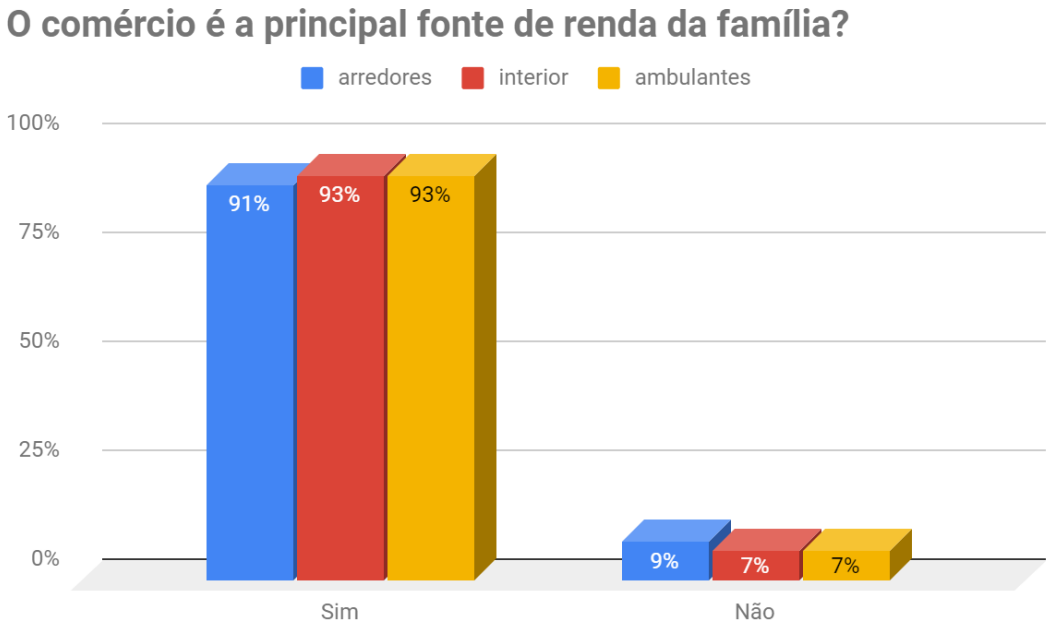
Gráfico 16 Renda Familiar mensal dos ambulantes



Fonte: DPPC/2019

As condições de perpetuação do ciclo de pobreza em que parte significativa dos ambulantes se encontra podem ser confirmadas também a partir do fato constatado que, mesmo com os menores rendimentos e situação mais vulnerável, em relação à violência urbana, riscos financeiros e nível de escolaridade, 93% desses comerciantes ainda declararam que essa atividade é a principal fonte de renda de suas famílias. Portando, estar-se referindo a um subgrupo do comércio de rua que parte significativa se encontra em situação socioeconômica precária e por não contar com nenhum tipo de proteção ou garantias em sua inserção ao mercado, tornam a se submeter a condições de exploração com os rendimentos mais baixos entre os grupos pesquisados.

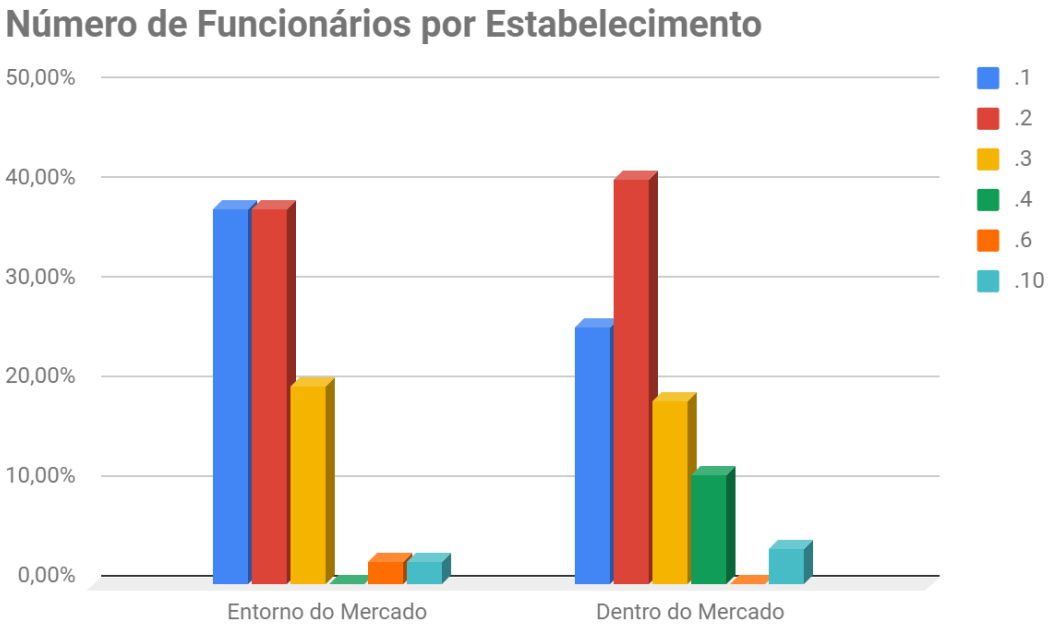
Gráfico 17 O comércio é a principal fonte de renda da família?



Fonte: DPPC/2019

Ainda em termos de produção de oportunidades entre os comerciantes da região do Mercado, temos que a maior parte dos estabelecimentos conta com empregados ou ajudantes. Durante a pesquisa, foi possível ter conhecimento de vendedores de rua que aprenderam o ofício do comércio popular a partir do ingresso como ajudante – embora essa não seja a regra, como já foi apontado

Gráfico 18 Número de Funcionários por estabelecimento



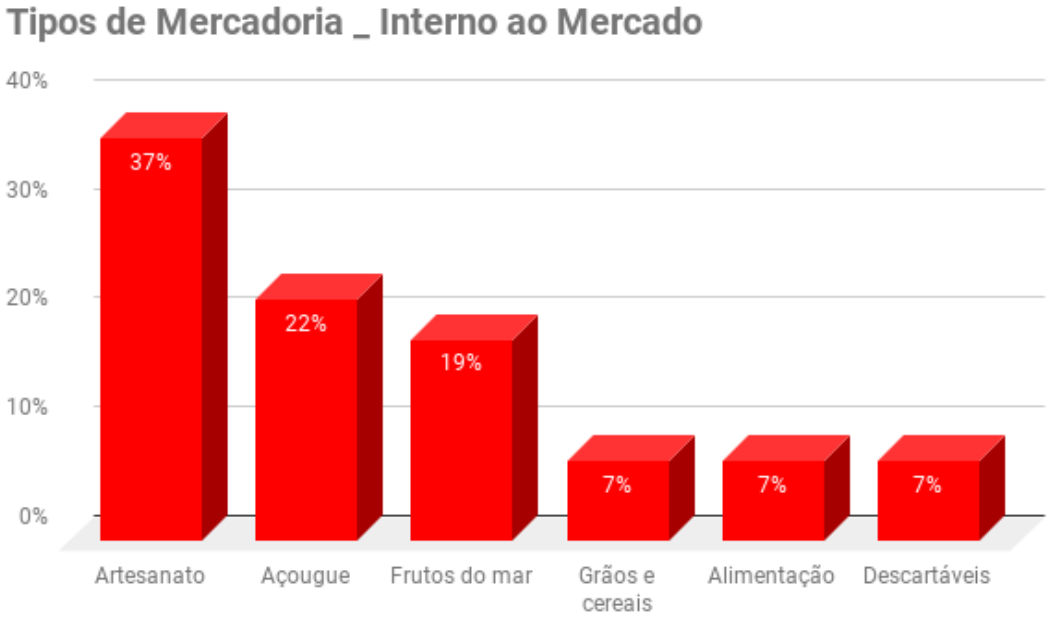
Fonte: DPPC/2019

Em relação à inserção enquanto ambulante, a posição de ajudante parece contar com maiores garantias econômicas, embora o fato de fazer o seu próprio horário, invés de seguir as indicações do patrão, aparecem como um fator relevante na opção por terem se tornado ambulantes.

Gráfico 19 Tipo de mercadoria no comércio externo ao mercado de São José

Fonte: DPPC/2019

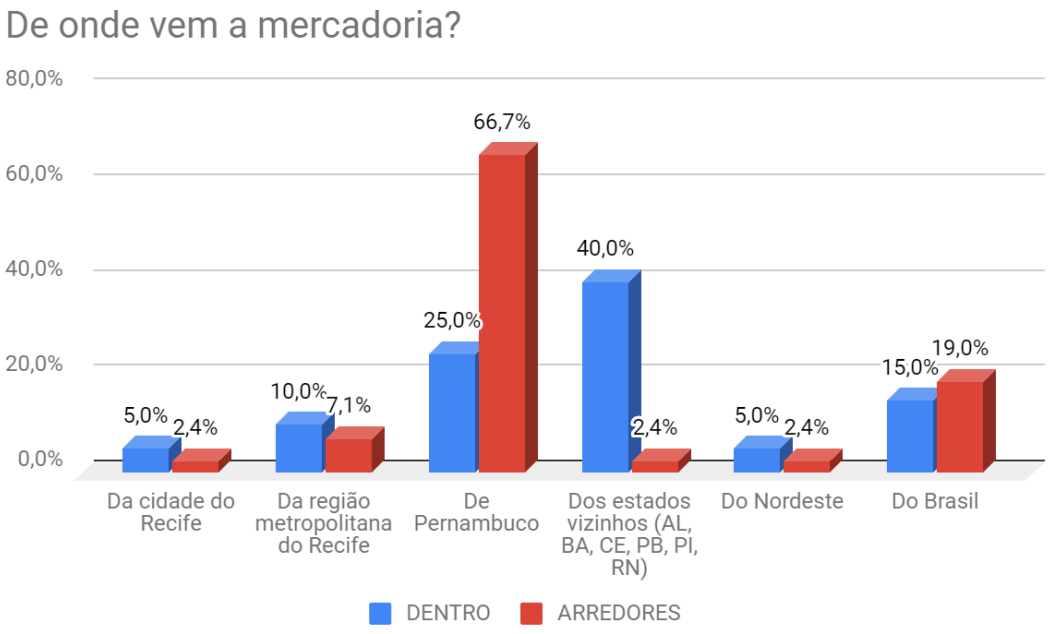
Gráfico 20 Tipo de mercadoria no comércio interno ao mercado de São José



Fonte: DPPC/2019

Como se pode perceber nas últimas duas tabelas, frutas e verduras representavam 34% dos estabelecimentos presentes no entorno do Mercado de São José. Em seguida a esse, destacam-se vestuários. Esses estabelecimentos, embora com exposição de produtos durante todo o ano, apresentam grande sazonalidade ao longo do ano, vendendo fantasias no período pré-carnavalesco, ou roupas juninas a partir do mês de maior. Segundo o levantamento feito, em parte significativa dos casos, a mercadoria é oriunda de confecções na periferia do Recife ou em outras cidades do estado de Pernambuco. Diante das buscas intensas em determinados períodos e pela proximidade entre a Rua da Penha, das Calçadas e Direita a comercialização de confecções pode ser considerada uma das tradições do mercado do Bairro de São José. Ainda, se ressalta a recorrência com que os usuários responderam ser esse o principal interesse em ir aos bairros – quase metade dos entrevistados. Mais uma vez, dada a variedade de produtos ofertados, destaca-se a ideia local de negócio de ocasião.

Gráfico 21 Origem da mercadoria no contexto do Mercado de São José



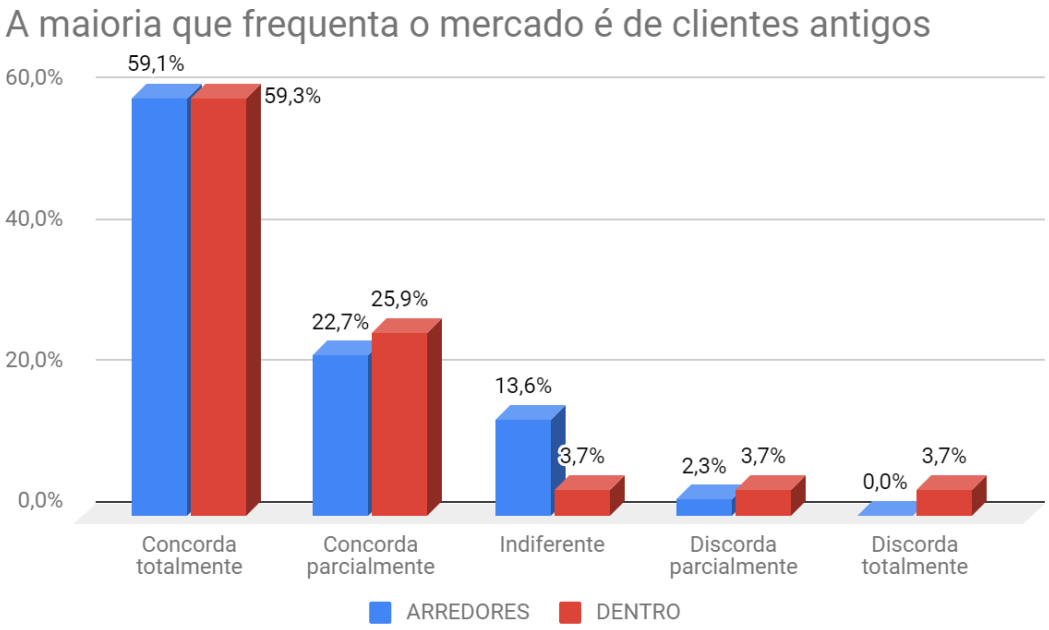
Fonte: DPPC/2019

Nos números isolados dos comerciantes no interior do Mercado, percebemos boa concentração de produtos alimentícios – açougue, frutos do mar, grãos, cereais e alimentos prontos. Mas esse lugar apresenta a peculiaridade de ser um ponto turístico destacado na cidade do Recife e isso estabeleceu tendências específicas no comércio. Por isso, ao longo dos anos, o mercado de São José foi sendo forjado como um espaço de venda de artesanato e produtos regionais. Em razão disso, passou a se relacionar mais diretamente com a cadeia produtiva do turismo. Segundo os comerciantes de artesanato, o Mercado era, inclusive, mais constantemente acessado pelo público turístico que a Casa da Cultura, por exemplo.

Segundo os entrevistados, o fato dessa frequência se relaciona com o “ponto”, porque “todo mundo vem pra cá, ninguém passa perto daqui sem dá uma olhada por aqui não”, nos declarou um vendedor de sandálias e calçados da praça Dom Vital. Como foi visto, para os comerciantes consultados neste lugar, o mês de janeiro é um dos melhores momentos para vendas. Mas não deixa de ter uma interação com a dinâmica dos residentes da cidade, uma vez que tem efervescência de vendas no período da semana santa, por exemplo. Dessa forma, embora destaquem meses específicos quando lhes foi solicitado, os comerciantes do São José e entornos reforçaram por vezes a ideia de que o ritmo de vendas no lugar tende a se manter elevado durante todo o ano.

Uma das razões para isso, segundo os comerciantes, é decorrente do fato de existir uma tradicionalidade na frequência do lugar. É em vista dessa compreensão que 82% dos comerciantes do entorno do mercado e 86% dos localizados no interior do mercado compreendem que seus clientes são habituais e não turistas ou frequentadores de primeiras experiências.

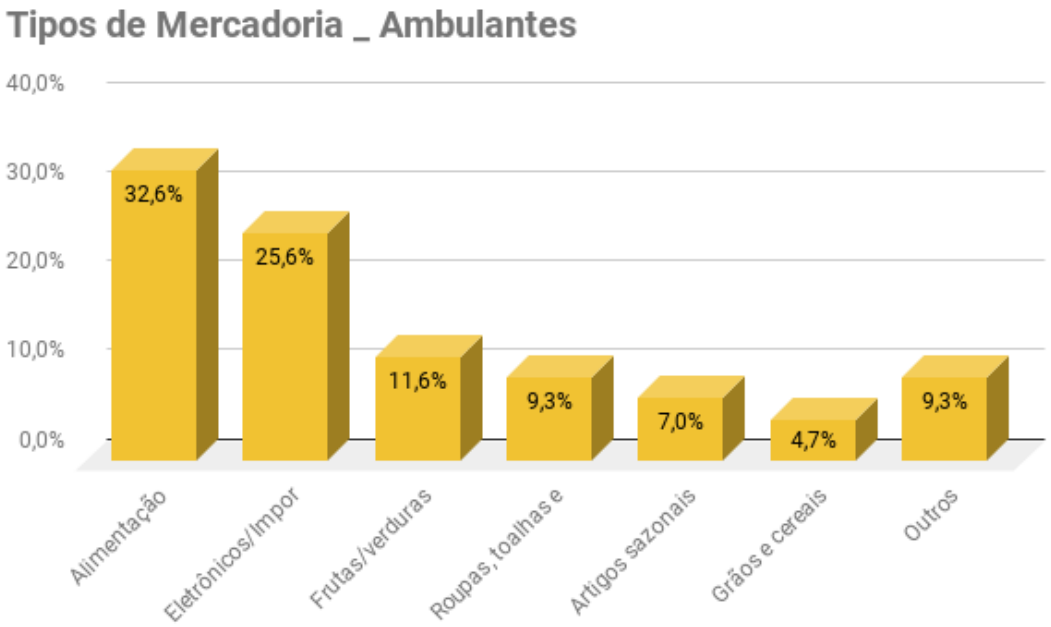
Gráfico 22 Clientes tradicionais do Mercado de São José



Fonte: DPPC/2019

Cabe aos ambulantes, portanto, ofertar ao público consumidor estabelecido e com interesses reconhecíveis, produtos que tangenciam o cerne do que é pretendido. É notável, sobre esse aspecto, que lanches, alimentos industrializados e manufaturados sejam o tipo de mercadoria mais recorrentemente vendida entre esses comerciantes. Especialmente a partir das 10:30 da manhã, surgem carrinhos com chapas e mesmo mesas de buffet para manter os acompanhamentos aquecidos.

Gráfico 23 Tipos de mercadoria comercializadas pelos ambulantes no contexto do Mercado de São José

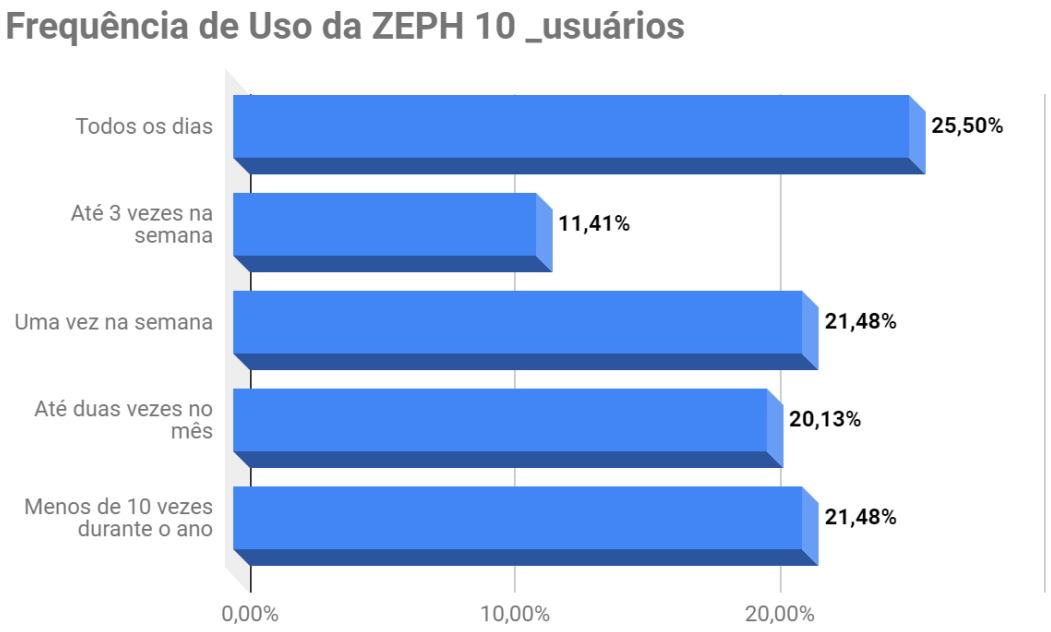


Fonte: DPPC/2019

2.5 Teatralidade, dispersão e o popular

Com valores a partir de cinco reais é possível almoçar nesses lugares. Uma oferta atrativa para um público que tem entre os seus interesses otimizar recursos e acessar os melhores preços possíveis. A lógica dos produtos vendidos pelos ambulantes sempre está circunscrita a “melhores preços possíveis”, e a maior expressão disso são as bancas surgidas com produtos próximos ao vencimento a custos muito pouco usuais. Nesse sentido, um dos interesses da atividade dos ambulantes é justamente criar um certo tipo de dispersão no público, ausentando as pessoas temporariamente de seus interesses principais e abrindo a possibilidade para negócios inicialmente não pretendidos.

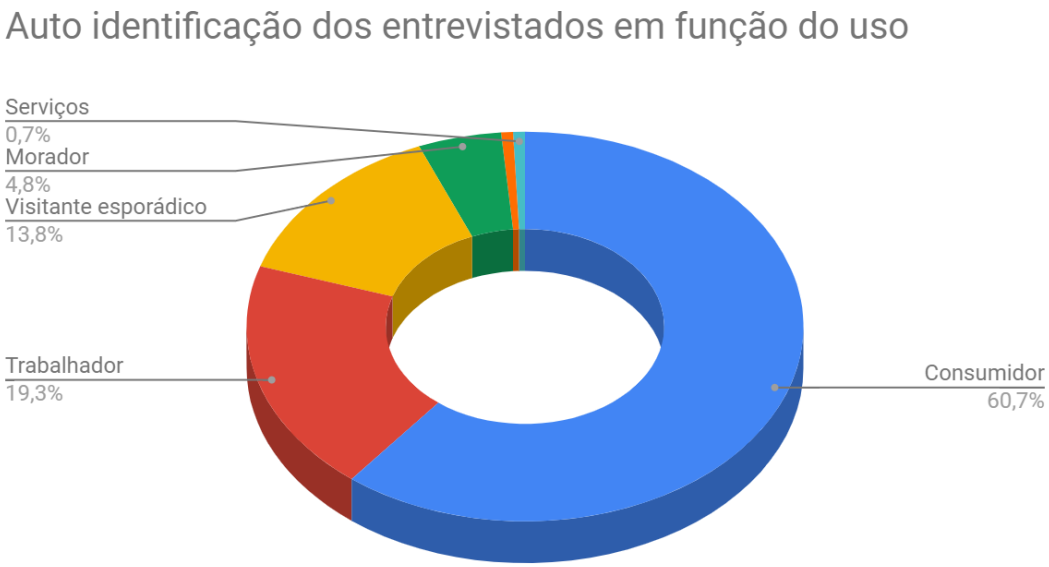
Gráfico 24 Frequência dos usuários na ZEPH 10



Fonte: DPPC/2019

Em boa medida, os usuários dos bairros de São José e Santo Antônio podem ser compreendidos enquanto habituados a esse cenário. Mais da metade deles (58,39%), declararam estar ao menos semanalmente por aquelas ruas, dentre os quais 36,91% se encontram ao menos três vezes ali e um quarto do total entrevistado (25,5%) frequentam diariamente. Entre esses, a condição mais constante é de trabalhadores, os quais, embora se identifiquem dessa forma, não deixam de ser também consumidores do comércio local. Em virtude do percentual somado entre pessoas que se autodeclararam trabalhadores e moradores (24,8% do total entrevistado), é possível compreender que grande parte dos frequentadores diários do lugar são precisamente esses, como se pode verificar no gráfico a seguir.

Gráfico 25 Auto identificação dos entrevistados em função do uso



Fonte: DPPC/2019

Sendo assim, podemos compreender a existência de um percentual de usuários que frequentemente se encontram nos espaços do bairro, os quais podem ser compreendidos como conhecedores do funcionamento dos lugares e das características principais dos espaços. Portanto, pode-se considerar que parte significativa dos usuários abordados na pesquisa quantitativa (os quase 60% que frequentam Santo Antônio e São José ao menos três vezes na semana) também compartilham, junto a moradores e comerciantes, códigos sociais circunscritos ao funcionamento do lugar. Esse conjunto de atores sociais podem ser entendidos como a composição básica da paisagem cultural dos bairros, perpetuando e atualizando práticas sociais em seus fazeres cotidianos.

A partir da compreensão de que esses códigos sociais são compartilhados para além do comércio, é possível aventar a existência de uma cultura do lugar, onde as práticas sociais têm significados e interpretações específicas. Logo, o *modus operandi* das performances de vendedores e as atuações que usuários frequentes podem ter em resposta àqueles, ganham contornos específicos para as pessoas imersas nos conjuntos de conhecimentos locais.

Se isso se aplica aos mecanismos de performance dos vendedores – que podem ser respondidos, contrapostos ou corroborados em suas atuações, por outros

atores locais – também é verdadeiro em relação aos imprevistos e eventos inesperados. Ser um usuário ativo da paisagem social do São José e Santo Antônio, por exemplo, é estar disponível para apreciar a gravação de um videoclipe no Pátio de São Pedro, ou de uma reportagem com cantor popular no Mercado de São José. Mas, sobretudo, é fazê-lo não apenas enquanto expectador, mas por vezes rompendo essas posições engessadas de ator e expectador, para também atuar performaticamente.

Esse potencial fluxo de posições em contextos pouco previsíveis pode ser relacionado com a compreensão de bakhtiniana de “carnaval” (BAKHTIN, 1999). Nesse sentido, trata-se de formas sociais não-modernas, ou que podemos caracterizar enquanto “populares”. Assim, a fragmentação dos lugares sociais e seus respectivos papéis, não é perfeitamente verificável nas práticas observadas no São José e Santo Antônio. Isso significa que em uma performance de venda, um potencial cliente pode intervir, gerando outros significados às ações. Portanto, o controle dos sentidos da ação, via de regra, depende de outras intervenções e ações.

Da mesma forma que em relação às pessoas, também se pode perceber as mudanças de status sociais em relação aos lugares. Nessa medida, a já narrada praça Dom Vital – que naquele momento servia de lugar para descanso de um cavalo, de moradores de rua e também de local para descarte de frutas podres dos vendedores da feira – além de ambiente dos bastidores sociais do São José, também foi registrada, durante a pesquisa, como palco para apresentação ao vivo, locação para inserções em noticiário televisivo e afins. Logo, a partir das ações dos atores sociais, os lugares também transitam entre suas funções e significados, podendo tornar-se palco ou bastidor das e para as performances.

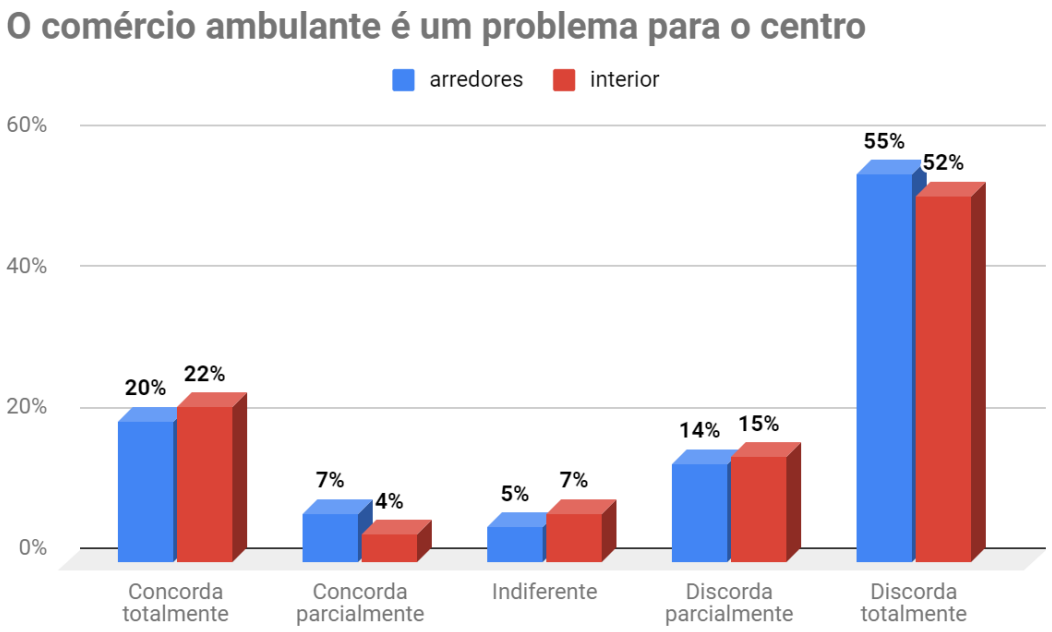
Como é possível denotar a partir do próprio conceito de Bakhtin, o exemplo ideal dessa transição de papéis e situações sociais é justamente o carnaval. Tendo em vista a centralidade dessa festa para a identidade do São José, é mister compreendermos a tradicionalidade do bairro enquanto estabelecida, portanto, a partir da lógica do “popular”, possibilitando a transição de sentidos nas ações e práticas. Por fim, pode-se compreender que tradicionalmente os lugares e fazeres do São José e Santo Antônio guardam uma plasticidade e são habitados por vários sentidos em potencial.

Acerca dessas transições, é notável em narrativas como a de Gilberto Freyre que ilustra essas mudanças entre cenários, lugares e paisagens dos bairros podem marcam diferentes composições ao longo de um único dia ao cair da noite no pátio de São Pedro.:

> A Egreja de São Pedro dos Clérigos domina cathedralescamente todo um pátio. Um pátio onde as casas, algumas somente de andar térreo, outras de dois e três andares e águas furtadas, conservam certo ar mourisco de recato, que era outrora o ar de todo o bairro. Quase todos os telhados terminam nesse casario irregular, em beiral arrebitado: e nas portas e janellas o xadrez dos postigos como que nos transporta ao Recife dos nossos bisavós – ingênuo, mourisco, virgem de haussmanismo. À noite há aqui uma meia luz de romance; e nesta meia luz de romance a Egreja de São Pedro dos Clérigos toma um ar de cathedral peruana ou boliviana, dominando matriarchalmente a sua 'plaza'. Uma 'plaza' de pouco movimento. Depois das nove da noite é um dos lugares no Recife em que se pode estar mais só. Emquanto a dois passos, no pateo do Carmo, há movimento, tumulto, estridências de gritos de meninos vendendo midubim, risadas de mulheres, ruídos de orchestra, no de São Pedro se experimenta a sensação de estar no meio duma cidade que morreu. (FREYRE, *apud* CABRAL, 2019: 04)

Voltando o nosso olhar para a forma como os ambulantes e suas práticas são percebidas pelo conjunto aqui analisado, 22% dos comerciantes "estabelecidos" concordaram com a afirmação de que "o comércio ambulante é um problema para o centro". Da mesma forma, 20% dos que estão no entorno do mercado, corroboraram com a afirmativa. Todavia, como mostra o gráfico, a maioria dos dois grupos, em torno de 50%, discordaram completamente da citada afirmação.

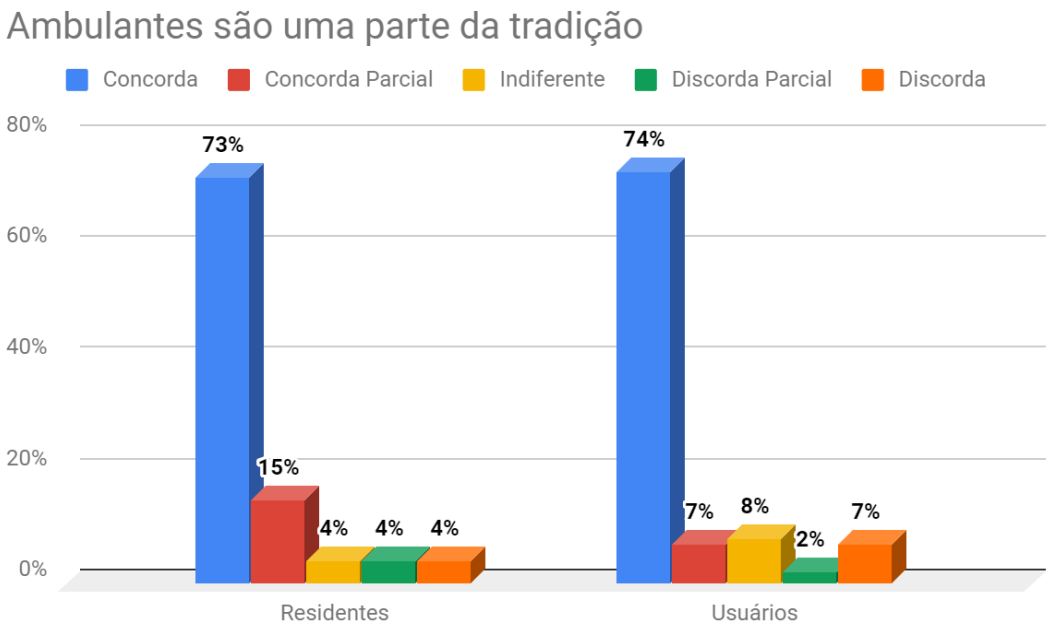
Gráfico 26 Como o comércio ambulante é percebido pelos comerciantes



Fonte: DPPC/2019

Mantendo o foco na presença dos ambulantes, mas trazendo para análise a opinião dos outros grupos sociais envolvidos na pesquisa, é possível ver um padrão nas respostas sobre a questão em voga. Vejamos como a próxima imagem gráfica, em diálogo com a anterior, denota à tradicionalidade do comércio na ZEPH 10 e 14 a presença dos ambulantes.

Gráfico 27 Como o comércio ambulante é percebido pelos usuários e residentes

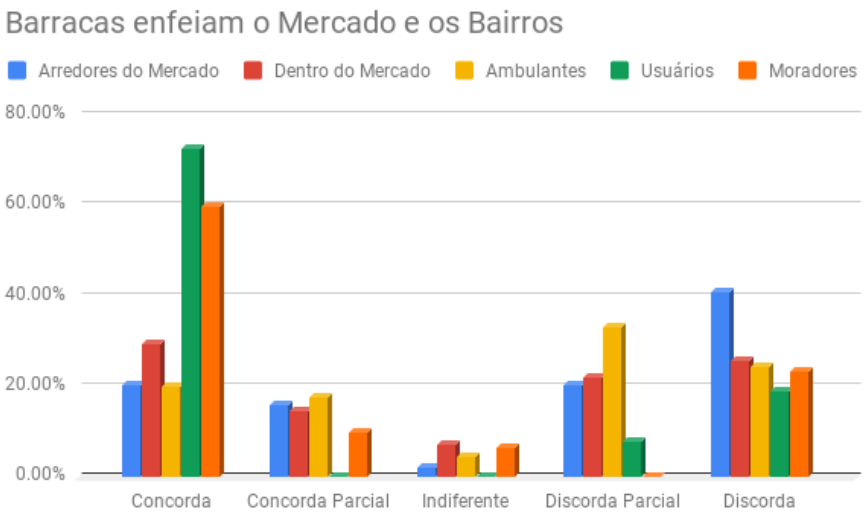


Fonte: DPPC/2019

Sobre a sentença “os ambulantes são uma parte da tradição dos bairros Santo Antônio e São José” houve uma concordância massiva. Como se pode ver, há uma expressiva concordância total com a frase, despontando como a absoluta maior parte das respostas. Além disso, somente 12% dos moradores do São José não concordaram com a o fato de o comércio ambulante ser um elemento que caracteriza os bairros onde vivem. Entre os usuários, esse número é de 17%, o que corrobora com a hipótese de que o tipo social “vendedores ambulantes” pode ser considerada uma referência cultural do lugar, se relacionando não apenas com elementos econômicos, mas também uma memória de o que constitui o espaço.

Para os vários agrupamentos sociológicos que compõem a paisagem social da ZEPH 10 e 14, o problema relativo ao ordenamento urbano não parece estar restrito à existência e circulação dos vendedores ambulantes, mas à falta de padronização e regulação da atuação desses indivíduos. Uma evidência disso é possível de ser visualizada a partir do posicionamento dos nossos interlocutores sobre a frase “tabuleiros e lonas atrapalham a beleza do Santo Antônio e São José”, sistematizada pelo gráfico abaixo.

Gráfico 28 Relação entre a beleza do Mercado de Saõ José e a presença do ambulantes



Fonte: DPPC/2019

Dois tipos sociais que eram submetidos a um processo semelhante na ocasião da coleta de dados, vendedores ambulantes e vendedores dos arredores do mercado, em sua maioria, discordaram da sentença. É importante notar que embora a maioria das respostas dos comerciantes internos ao mercado seja de total concordância com a frase, também há um número significativo de pessoas que discordavam parcial ou totalmente da sentença. Uma das possibilidades para que isso aconteça pode estar relaciona com o entendimento de que a repulsa a ambulantes prejudica a imagem do comércio como um todo perante a sociedade, ou seja, um enlace corporativo dos comerciantes.

Outra possibilidade pode ser relacionada com a construção de uma estética local. Nesse caso, na medida em que os indivíduos tendem a ser mais assíduos e a frequentarem há mais tempo o lugar, maior a tendência de compreenderem as improvisações desse tipo de comércio enquanto um evento prescrito à paisagem dos bairros. Porém, essa hipótese não se confirmou, posto que, embora haja uma redução na rejeição de moradores para usuários, a condição de comerciante parece ser mais decisiva para a tolerância com a estética pragmática implementada pelo comércio.

Nesse sentido, o gráfico mostra que a opinião dos comerciantes tende a ter uma distribuição mais aproximada, em especial em relação à situação de ambulantes e comerciantes do entorno do mercado – que passavam por processos de restrição e

regulação comparáveis. Perante isso, pode-se compreender algo como uma “ética pragmática do comércio”, no reconhecimento da necessidade de permanência dos ambulantes, feirantes e demais vendedores periféricos do Mercado de São José na paisagem dos bairros de Santo Antônio e São José. Uma das possibilidades de classificarmos isso seria como comportamento corporativista em busca de uma “defesa de classe”.

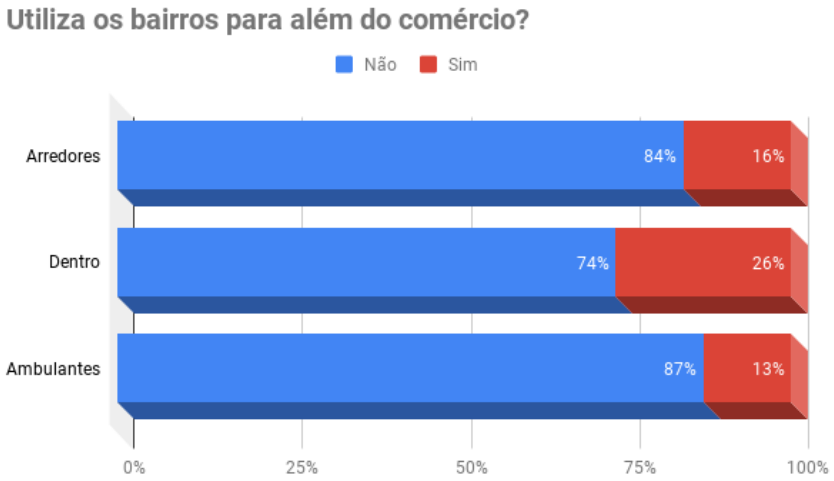
Por outro lado, usuários e moradores, mesmo que concordem com a tradicionalidade do comércio ambulante – mais de 70% dos dois grupos concordaram (total ou parcialmente) – reagem aos prejuízos à paisagem do lugar e à atuação não regulada dos comércios não-edificados. Assim, como foi visto no gráfico anterior, esses tipos sociais acham que o ordenamento e padronização das barracas, tabuleiros e lonas poderiam trazer ganhos para o lugar, harmonizando a necessidade prática dos comerciantes, as tradições do comércio ambulante e as características estéticas dos bairros.

2.6 Referências culturais, relações e usos

Partiremos agora para as observações relacionadas às significâncias, percepções e afetividades dos “estabelecidos”, “outsiders” e “saberé” no que se refere ao lugar Mercado de São José e à forma como ele se apresenta atualmente.

Nesse sentido, o primeiro ponto examinado é sobre os usos possíveis e praticados nas regiões das ZEPH 10 e 14 e seus entornos. A pergunta, portanto, foi: Você utiliza os bairros de São José e Santo Antônio para além da atividade comercial? A isso os comerciantes entrevistados responderam:

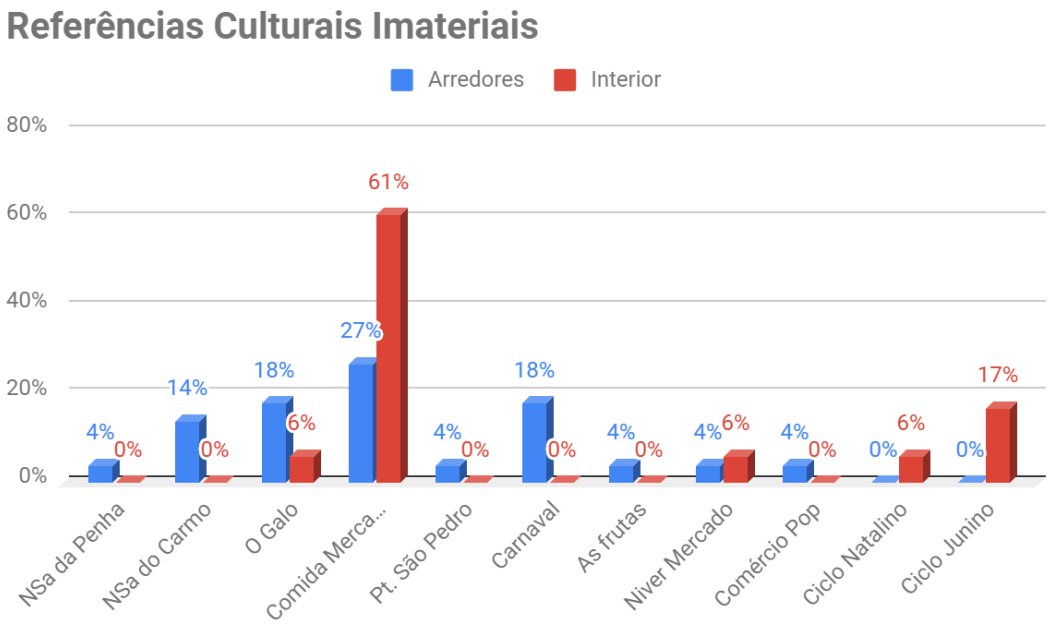
Gráfico 29 Uso da ZEPH 10 e 14 para além do comércio



Fonte: DPPC/2019

Os dados retratam que, nos três grupos, predominou o não uso dos bairros para atividades diferentes. Via de regra, as negativas eram seguidas de explanações que, por um lado, ressaltavam o esvaziamento rápido da região central, após o término do expediente de comércio e, por outro, a preferência por lazer, diversão e participação em comunidades religiosas em lugares próximos à residência em detrimento ao centro da cidade. Essas respostas e justificativas corroboram com a realidade apontada por outros grupos sociais entrevistados, quando fizeram referência a ausência de espaços de lazer e moradia nos bairros de Santo Antônio e São José. De forma objetiva, isso acaba por restringir os espaços das ZEPH 10 e 14 às práticas comerciais. Ou seja, a atividade comercial, distante do uso residencial, tende a inviabilizar outros usos complementares.

Gráfico 30 As principias referências culturais imateriais apontadas pelos comerciantes



Fonte: DPPC/2019

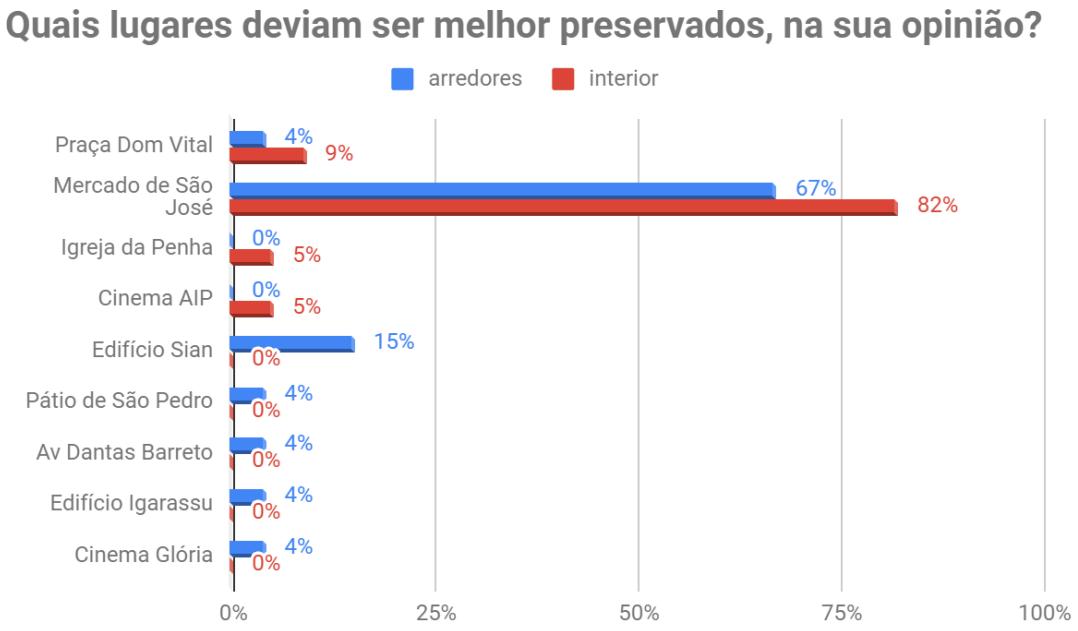
Mesmo assim, o lugar ainda guarda algumas referências culturais que conseguem conviver com a desertificação social em períodos não-comerciais. Dentre as citadas, a de maior destaque se relaciona com a culinária popular que caracteriza a dieta das pessoas do mercado. Desde o “mingau de cachorro” até a buchada, passando por feijão com osso de patinho, os bairros de Santo Antônio e São José contam com uma ampla oferta de pratos tradicionais não apenas no Mercado de São José, mas também em becos, como o do Marroquim, que abriga uma gama de restaurantes populares onde os trabalhadores sentam lado-a-lado em meio à gritaria dos funcionários no atendimento de seus clientes.

As festas religiosas também foram citadas, em especial a de Nossa Senhora do Carmo e a Bênção de São Félix, realizada na Basílica da Penha, às sextas-feiras. Além disso, os ciclos carnavalesco, junino e natalino também despontaram enquanto elemento destacável da cultura do lugar.

Quando a pergunta se relacionou a lugares e prédios que deveriam ser melhor preservados, os comerciantes da região do mercado tenderam a fazer referência aos elementos presentes naquela paisagem, o que denota a participação dos edifícios nas memórias afetivas desse grupo social. Um caso que pode ser destacado é o do Edifício Sian, o qual, segundo alguns entrevistados, foi uma padaria e seu proprietário,

um português que retornou para seu país de origem, tinha ótimo relacionamento com os comerciantes de rua – inclusive, os permitia guardar suas mercadorias e tabuleiros dentro do estabelecimento ao fim de cada dia. Com a venda do lugar para um comerciante asiático, o acordo foi desfeito e atualmente o lugar funciona como uma loja de flores artificiais.

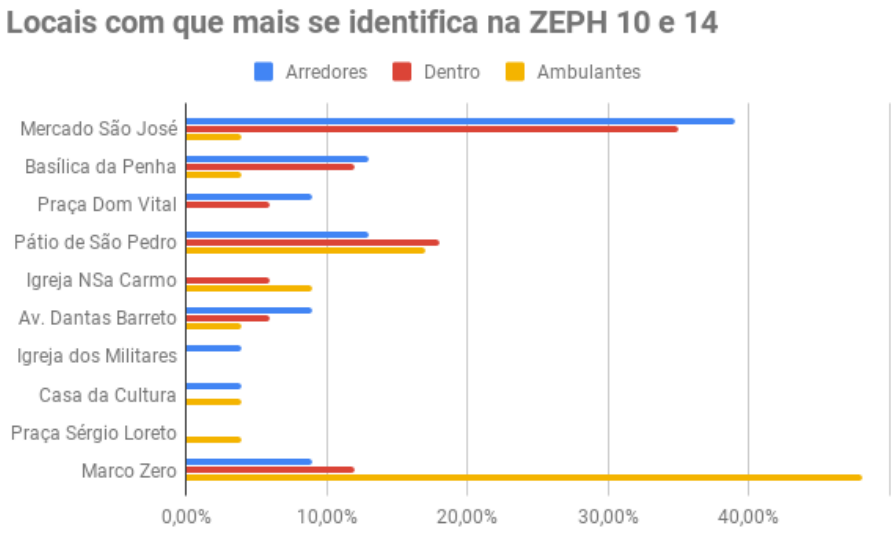
Gráfico 31 Quais lugares deveria ser melhor cuidado na opinião do comerciantes



Fonte: DPPC/2019

Sobre a afetividade relacionada a lugares dos Bairros de Santo Antônio e São José, a partir de um questionamento não induzido, as pessoas entrevistadas puseram luzes sobre alguns elementos interessantes em relação à compreensão do espaço social do centro. Assim, os interlocutores comerciantes entrevistados indicaram dez lugares diferentes, como apresentado a seguir:

Gráfico 32 Locais que mais se identificam na ZEPH 10 e 14 de acordo com os comerciantes



Fonte: DPPC/2019

Cruzando essa informação com o uso dos bairros, faz sentido que o estabelecimento de laços afetivos e a identificação pessoal com os espaços se relacionem amplamente com a atividade econômica, valor fundamental do bairro para os comerciantes. Aplicando essa noção aos vendedores circunscritos ao espaço social do Mercado, temos que a maioria das práticas se relacionam com o mercado de São José, a igreja da Penha e a Praça Dom Vital, sendo esses locais os de maior relevância no conjunto de referências culturais dos bairros. Ou seja, haja vista a inexistência de qualquer programa sistemático de educação patrimonial, os indivíduos tenderão a se relacionar exclusivamente com as experiências cotidianas e o que conhecem de maneira direta e contínua. Nessa medida, “conhecer sobre” e “gostar de” poderiam ser compreendidos como elementos complementares ou, ao menos, interdependentes.

De forma semelhante, tem-se também uma constatação acerca da territorialidade expressa por parte dos ambulantes. Por seu turno, os limites dos bairros são dados a partir da vivência prática dos vários espaços e não dos seus correspondentes administrativos e históricos. Nessa medida, o que reconhecem enquanto fronteiras dos bairros de Santo Antônio e São José, adentra também ao território do bairro do Recife e, como consequência, resultam no fato de o Marco Zero ser o lugar das ZEPH 10 e 14 com o qual têm mais afetividade.

Por razões distintas, o Pátio de São Pedro é o lugar desses bairros mais regularmente citado por todos os grupos pesquisado. Mesmo sem contar com um grande percentual em cada um dos grupos, o destaque a esse espaço deve ser dado enquanto a amplitude da sua relevância aos vários grupos sociais pesquisados. Essa constatação significa afirmar que, na qualidade de lugar de administração pública direta, é mister que se estabeleça formas colegiadas de gestão, com observância às várias significâncias.

No conjunto dos comerciantes – dentro, no entorno do mercado e ambulantes – observou-se um alinhamento nas respostas referente à importância da prática do comércio para a dinâmica social da ZEPH 10. Esse direcionamento também se fez presente na compreensão de que os ambulantes integram a tradicionalidade do comércio. Contudo, percebemos que o grau de desinstitucionalização desse grupo prejudica o seu ofício, mantém os fazedores em situação marginal e não integra grupos estratégicos para a preservação do patrimônio, na medida em que são mantidos desconhecedores do patrimônio cultural reconhecido no lugar.

A informalidade dos ambulantes também se relaciona com o grau de subalternidade econômica na qual são estruturalmente mantidos. A condição de vulnerabilidade social está diretamente ligada ao nível de articulação sociopolítica da categoria, da falta de entendimento da relevância da atividade no lugar onde a desempenham e aos desafios encontrados na garantia de recursos razoáveis para a manutenção material dos vendedores e suas famílias.

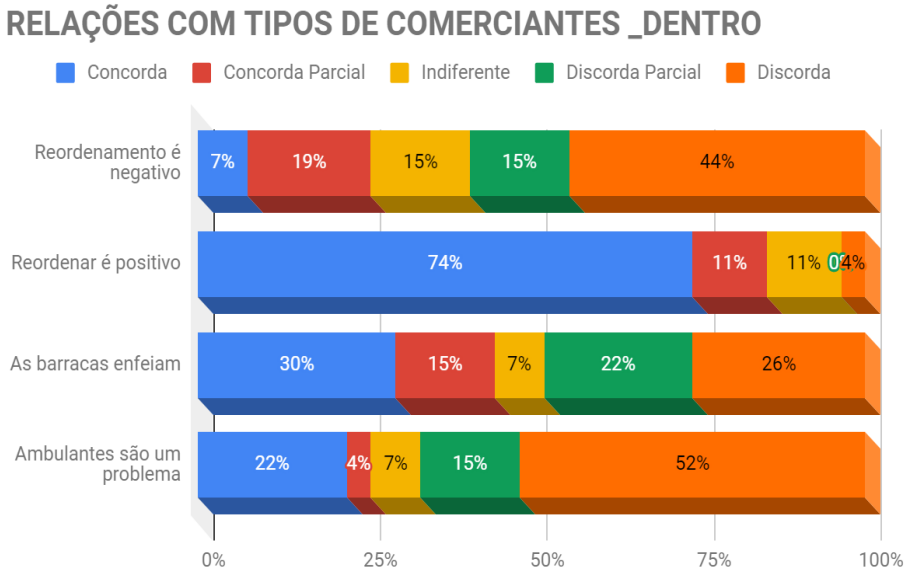
As práticas que desempenham também se relacionam com essa vulnerabilidade, na medida em que dependem da performance para a realização das vendas.Na interação direta entre vendedor e cliente comprador, as estratégias são criativamente desenvolvidas por cada um, a partir da própria imersão deles no lugar e nas relações com outros vendedores que lhes passam alguns conhecimentos. É a partir dessas experiências que são desenvolvidos bordões, sons e abordagens que apelam para simpatia ou comicidade, tudo isso para que possam garantir boas vendas.

Já entres os grupos mais institucionalizados, que contam com reconhecimento político, social e cultural, as garantias de boa vendagem se relacionam com o produto e o fato de o Mercado ser socialmente reconhecido enquanto uma referência para esse comércio. Como uma vendedora do mercado afirmou: “algumas coisas aqui se

vendem sozinhas. As pessoas já vêm comprar certas, porque sabe que tem aqui e que o preço é esse mesmo". Nesse caso, a objetificação da venda centra mais no produto, na reputação do lugar e menos no vendedor, o qual se estabelece enquanto um interlocutor secundário.

Em relação às respostas dadas acerca das intervenções e compreensões das referências culturais e patrimônio cultural do lugar, temos a seguir a compilação dessas para uma análise a partir dos grupos sociais.

Gráfico 33 Relações com tipo comerciais de acordo com os comerciantes de dentro do Mercado de São José



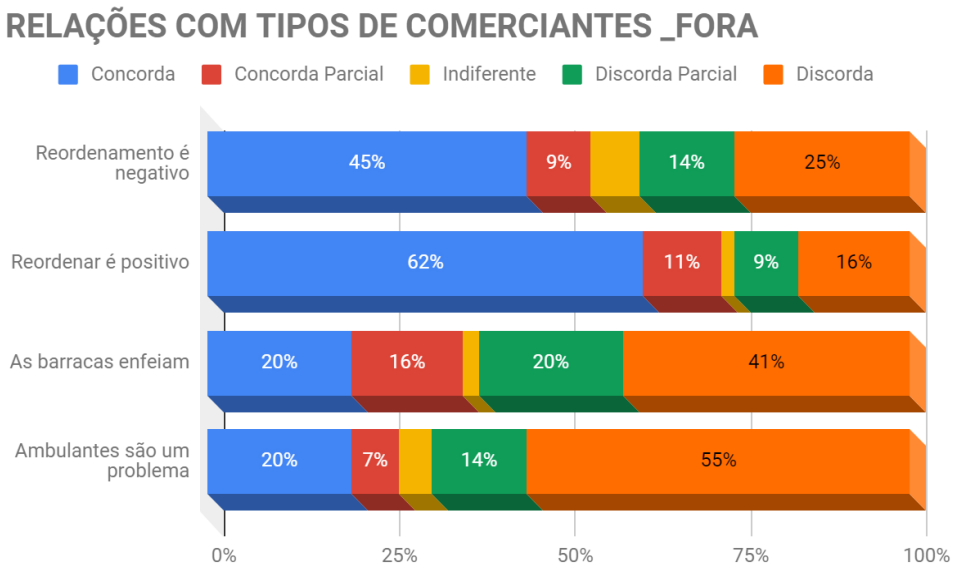
Fonte: DPPC/2019

Entre os comerciantes do interior do mercado, colocavam-se entusiasmados com a possibilidade de, a partir do reordenamento, que o mercado passasse a atrair mais turistas, público mais disposto a adquirir os produtos com preços mais elevados. Em geral, concordavam que a falta de padronização das barracas atrapalhava atividades contemplativas no lugar, mas em sua maioria se mostravam preocupados com a retirada dos feirantes e dos boxes do entorno do mercado.

Já os comerciantes do entorno, concordavam com a necessidade de reordenar o espaço como um todo, mas relutavam em aderir que seriam as barracas o elemento de poluição visual do espaço. O faziam destacando que nas condições em que essas se encontravam, sim, era necessário, portanto, padronizar as barracas, mas não as eliminar do lugar onde se encontravam. Nesse sentido, reforçavam que não eram os

ambulantes, o problema, mas a falta de uma regulação apropriada por parte do poder municipal.

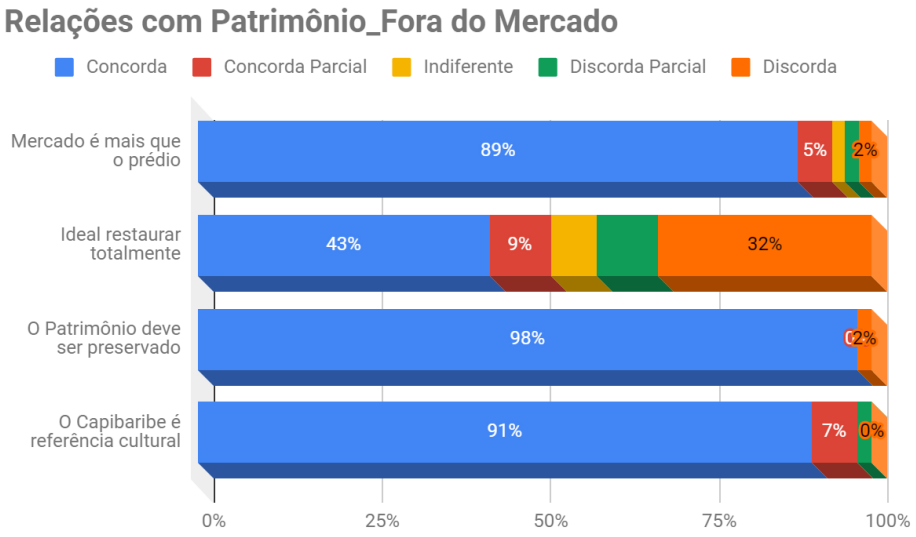
Gráfico 34 Relações com tipo comerciais de acordo com os comerciantes de fora do Mercado de São José



Fonte: DPPC/2019

Em relação ao reconhecimento do patrimônio cultural no lugar onde trabalham, os comerciantes do entorno do mercado compreendiam a feira como partícipe do patrimônio cultural reconhecido e entendiam que a regulamentação dela seria parte também da gestão adequada do patrimônio. Nessa medida, registravam a contemporaneidade do Mercado de São José a partir da ideia de que ele não deveria ser restaurado nos parâmetros do século XIX, mas também estar atento aos elementos mais contemporâneos que a ele se relacionam.

Gráfico 35 Relações com o patrimônio de acordo com os comerciantes de fora do Mercado de São José

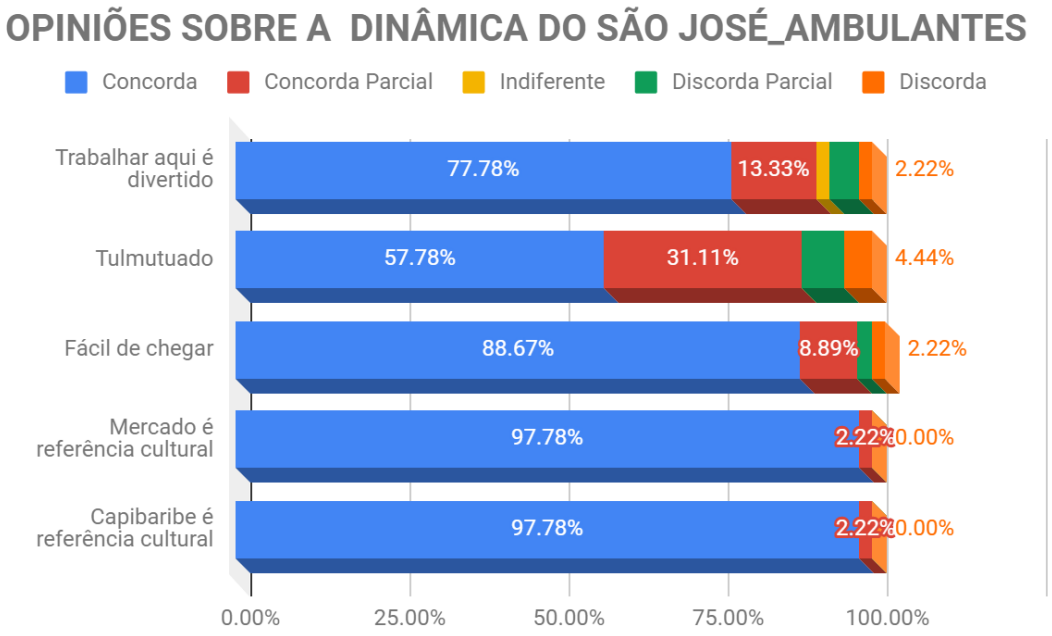


Fonte: DPPC/2019

Esses vendedores também registravam a pertinência do Capibaribe e suas águas para o São José e Santo Antônio, desde a existência da "Galinha D'água", um bloco carnavalesco simultâneo ao Galo da Madrugada, porém no Capibaribe, até a atividade pesqueira que ainda se relaciona com o mercado e com as atividades comerciais de vendedores de rua – vendedores de ostra, caldinhos, de siris e peixes – e de alguns restaurantes dos bairros.

Em relação aos ambulantes, também concordavam com a necessidade de um reordenamento e reorganização da atividade comercial de rua, porém o faziam reforçando a necessidade de manutenção de espaços e da possibilidade de poderem comercializar. Ainda compreendem tanto o Mercado quanto o Capibaribe como referências culturais para ambos os bairros e que tanto eles, quanto a centralidade para o sistema público de transporte tornava o lugar um ponto de venda necessário para eles.

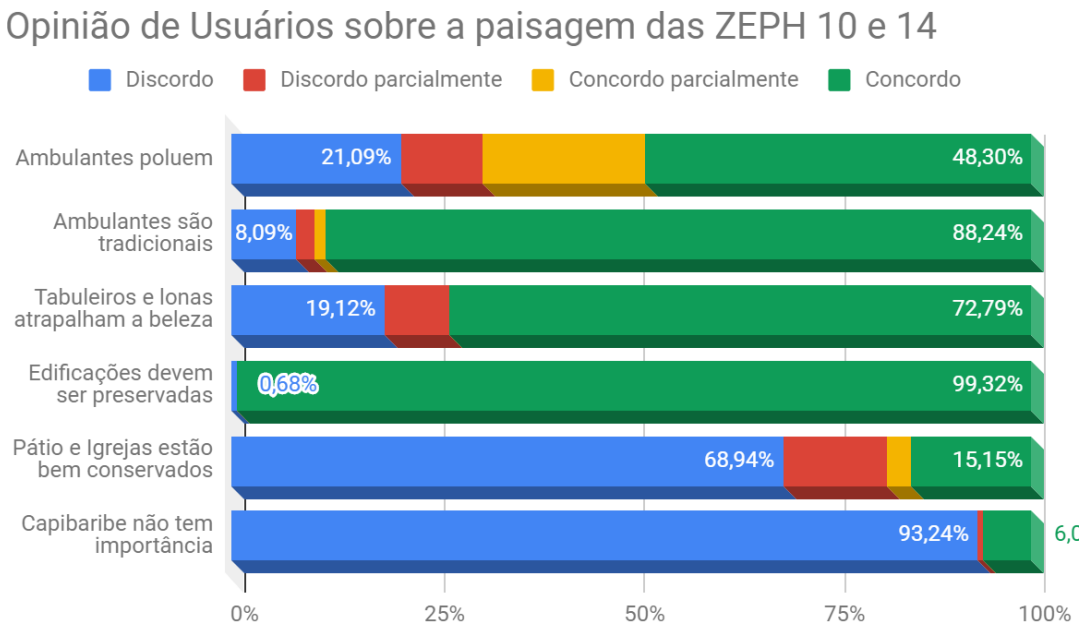
Gráfico 36 Opiniões sobre a dinâmica do Mercado de São José de acordo com os ambulantes



Fonte: DPPC/2019

Por fim, os usuários entrevistados também reconheciam que a atividade dos ambulantes tinha efeito negativo em relação às belezas do lugar. Ao mesmo tempo, identificaram a atividade desses vendedores como uma tradicionalidade que caracteriza ambos os bairros. Nesse sentido, proibir a circulação e retirar os ambulantes do lugar seria, em si, uma forma de descaracterização da paisagem social de Santo Antônio e São José. Ainda, em grande parte, entendem que o estado de preservação do patrimônio reconhecido se encontra longe do ideal e que o rio Capibaribe também deve ser reconhecido enquanto parte do patrimônio cultural dos bairros.

Gráfico 37 Opinião dos usuários sobre a paisagem das ZEPH 10 e 14



Fonte: DPPC/2019

3 MORADORES, MEMÓRIA SOCIAL E IDENTIDADE

Para o grupo de moradores, foram utilizadas metodologias de coleta de dados tanto quantitativas, quanto qualitativas. A partir das entrevistas semi-estruturadas com moradores se fez uso de instrumentos metodológicos para atribuição de significados e reconhecimento dos lugares que se apresentam como referência cultural da ZEPH 10. Na mesma medida, também foram utilizadas imagens anteriormente selecionadas dos lugares para que as pessoas entrevistadas pudessem narrar as suas memórias sobre esses espaços e outros que viessem a se relacionar com a imagem - o que abrangeu lugares, por vezes, além das fronteiras das ZEPH 10 e 14. A isso, podemos devidamente compreender enquanto "referências culturais" dos lugares, o que envolve todo um conjunto social e urbano em suas especificidades, complementaridades e diferenças, marcando social e culturalmente o espaço da cidade.

Mediante a essa pesquisa de campo, pudemos perceber que além das pessoas que residem no polígono das ZEPH 10 e 14, moradores de outras localidades imediatamente do entorno também se relacionam diretamente com a memória social de sítios. O fato da manutenção dessas memórias se relaciona diretamente com a saída dos antigos moradores do perímetro das ZEPH, os quais buscaram manter suas residências ao máximo aproximadas dos lugares onde suas famílias se encontravam anteriormente estabelecidas. Alguns dos elementos destacados como razões para essas mudanças foram: as reformas urbanas empreendidas na ZEPH 10, o aumento do uso comercial, o tipo de comércio estabelecido e a consequente elevação no preço dos aluguéis dos imóveis. Uma entrevista bastante representativa desse processo, foi da qual denominamos "Moradora 1":

> "aí saíram de lá [uma das ruas que deixaram de existir por conta da atual avenida Dantas Barreto] porque derrubaram tudo. (...) a gente teve um aviso. Há muito tempo foi avisado, né? Mas a gente morava em casa alugada. Aí a gente foi morar numa casa do mesmo proprietário que ficava ali na Rua do Forte. Sabe onde é a Rua do Forte? Pronto, a gente foi morar lá. Aí como era um primeiro andar, aí ficava ruim pra minha tia, que tinha problema de dor nas pernas. Aí quando a gente saiu de lá, na rua do Forte, a gente veio... a gente veio pra onde? Pra aqui pra Rua do Peixoto. Essa rua aqui que passa os ônibus [paralela à Rua do Ramos]. Aí lá a gente morou quase 30 anos. Aí de lá a gente foi pra Concórdia que minha tia faleceu, a gente foi pra Concórdia... minha mãe veio do interior morar comigo e o meu irmão... ele já trabalhava, porque ele começou a trabalhar, tinha 14 anos de idade... no comércio, estudava de manhã e trabalhava de tarde. O gerente de uma loja era vizinho nosso, de uma camisaria, a

> Camisaria Especial que tinha lá na Rua Nova. Era vizinho nosso... aí pediu à minha tia e foi trabalhar lá; depois do colégio."

Como caso exemplar desse processo de afastamento dos lugares das referências culturais, temos os atuais moradores da Rua do Ramos. Esse grupo social é majoritariamente constituído por famílias que há mais de duas gerações moram nas imediações das ruas das Águas Verdes, do Forte, Vidal de Negreiros e também das extintas vias que deram lugar à Av Dantas Barreto.

Fazer parte desses lugares era não apenas compartilhar espaços de grande relevância para a cidade, como também conhecimentos dos grupos sociais e suas referências para o lugar. Nesse sentido, há cerca de 40 anos, época em que Badia era propagada a "Rainha do Carnaval" do Recife, alguns dos atuais moradores da Rua do Ramos, com a bênção da dama do carnaval, fundaram o bloco carnavalesco Pierrot de São José e "retiraram do museu" a Troça Verdureira de São José. Ambos os blocos se mantêm ativos até o presente momento, embora as organizadoras ressaltem o aumento gradativo das dificuldades.

Dessa forma, a partir da pesquisa qualitativa, foi apurado que na percepção dos moradores a condição sociocultural da Rua do Ramos é fruto de uma série de eventos não coordenados que tiveram enquanto consequências um lugar restritivamente residencial e relações comunitárias relevantes, na mesma medida que incomuns para o contexto contemporâneo do São José. O arranjo social ali presente, embora não encontrado de maneira assídua atualmente, evidenciam a manutenção da memória social do lugar enquanto central para a sua população. Nessa medida, foi possível constatar a partir da história oral dos moradores, conhecimentos tradicionais sobre o lugar, suas festas, cotidiano e pessoas diretamente envolvidas em sua manutenção.

Logo, a partir das entrevistas com moradores, foi apurado pela equipe de campo, que como resultado de modificações irregulares em imóveis localizados nas extremidades da rua, o acesso a ela passou a ser impossível a automóveis, haja vista a viela ter se tornado demasiado estreita. Ainda segundo eles, essas modificações datam de um período entorno da década de 1950. Como resultado, a Rua do Ramos passou a ser menos interessante para atividades comerciais, na mesma medida que a restrição ao trânsito de veículos se apresentou enquanto um atrativo para pessoas habituadas a morar no São José e ao modo de vida tradicional do centro - com tendência menor de propriedade de veículos, por exemplo. Tendo em vista que a rua

continuou à disposição dos moradores, usos tradicionais de espaços públicos como centro da sociabilidade ainda fazem parte da paisagem local. A rua é, portanto, o lugar de brincadeira das crianças, onde se pode enfeitar para os ciclos festivos e onde acontecem as festas para além das unidades familiares e lugar de ensaios de banda de bloco lírico.

Por fim, os moradores ainda informaram que esse espaço tornou-se mais seguro a partir da autorização do poder público de instalação de dois portões, na década de 2000. Nessa medida, a noite na Rua do Ramos também se tornou restritiva ao público que se recusa a identificar ou que não tem interesse específico na comunidade do lugar, o que viabilizou o retorno dos ensaios e reuniões noturnas ao espaço público. Logo, a partir das etnografias, entrevistas e questionários acerca dos aspectos sociocultural das ZEPH 10 e 14, pode-se compreender esse local enquanto o último reduto registrado da vida do São José da forma como os moradores mais antigos retrataram em suas narrativas. Na mesma perspectiva, moradores da Rua do Ramos diretamente envolvidos com agremiações carnavalescas e outras expressões culturais, sublinham as diferenças qualitativas entre seus arranjos culturais e outros, posto que lá ainda são resultantes de interações comunitárias intergeracionais e não apenas pessoas jurídicas que empreendem no período carnavalesco.

Exemplo das diferenças entre os blocos carnavalescos do lugar e outros, são os enlaces entre a memória do lugar, as pessoas e as expressões culturais, sintetizável a partir da história da “Troça Carnavalesca Verdureiras do São José”. Segundo uma das moradoras que atualmente faz parte da organização do bloco, o retorno das Verdureiras ao carnaval foi um pedido de Badia à sua mãe, a qual era afilhada da ialorixá do Pátio do Terço. Segundo ela, “Badia pediu pra mamãe tirar o estandarte das Verdureiras do museu e mamãe prometeu pra ela que iria tirar”. Assim é feito até os dias atuais, como uma forma da família manter uma promessa feita pela matriarca à “Dama do Carnaval do São José”, título que a memória de Badia ostenta até os dias atuais entre os moradores da Rua do Ramos.

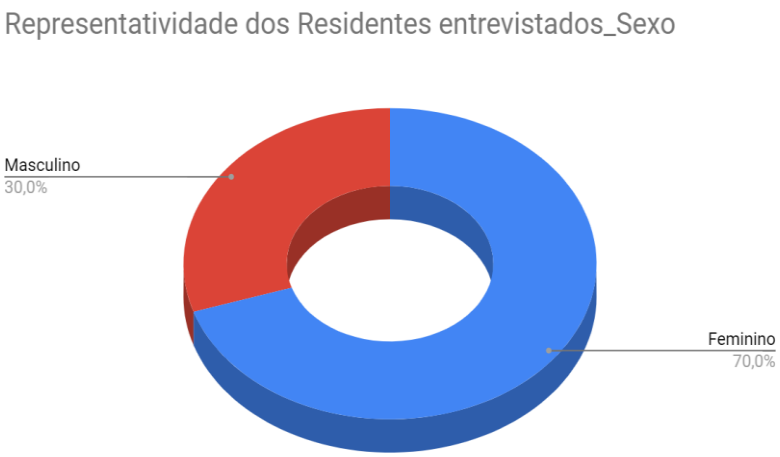
Tendo em vista a necessidade do registro de espaços que vão além das fronteiras das ZEPH 10 e 14 como forma de garantir as referências culturais do lugar, vamos pontuar também algumas informações sobre o perfil socioeconômico do grupo em análise. Como primeiro elemento analisado, temos aspectos quantificados a partir das respostas obtidas através do uso de questionários tipo *survey*. As consultas foram

feitas durantes os dias de segunda a sexta no período da manhã de da tarde na própria residência da pessoa entrevistada.

3.1 Perfil Socioeconômico dos Moradores Entrevistados

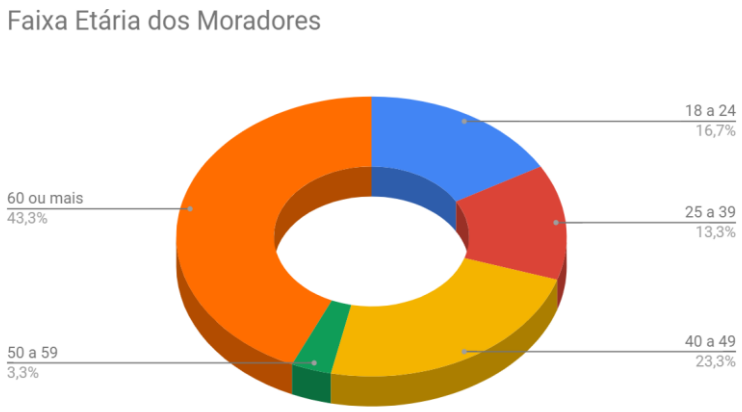
Entre as pessoas que responderam o questionário, 70% é mulher e 30% homem. A faixa etária mais predominante foi de pessoas acima dos 60 anos. Devemos considerar que isso pode ter uma grande interferência pelo horário de aplicação da pesquisa - usualmente realizado em horário comercial. Pode decorrer disso que muitas das residências estavam fechadas, supondo-se que os residentes estivessem trabalhando.

Gráfico 38 Representatividade dos residentes de acordo com o sexo



Fonte: DPPC/2019

Gráfico 39 Faixa etária dos moradores

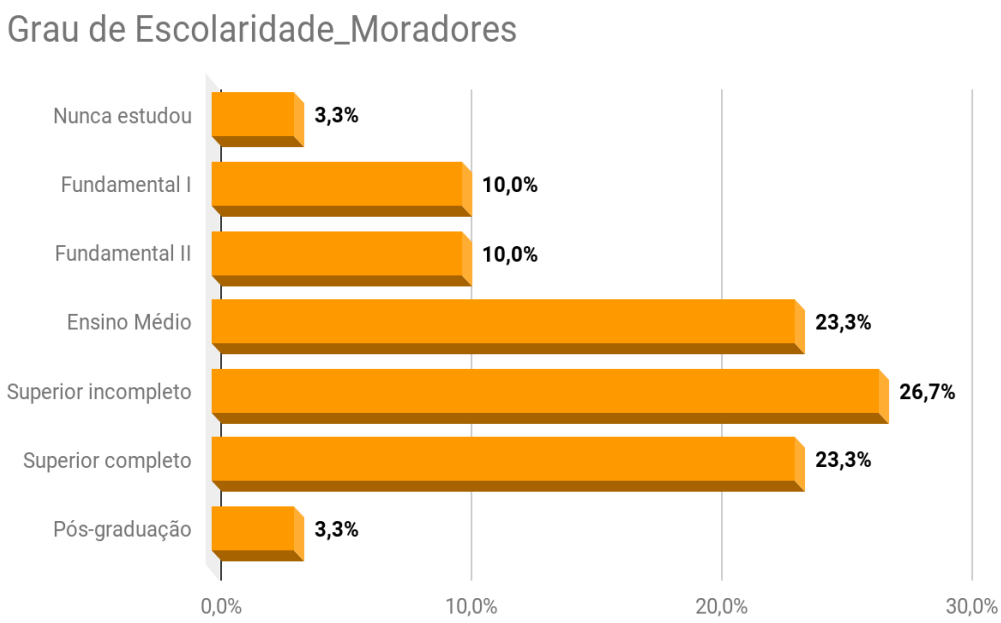


Fonte: DPPC/2019

No que se refere ao grau de escolaridade, percebe-se que 43% cursaram até o ensino médio, desse, 23% chegaram a completar essa etapa. E mais de 50% está cursando ou já concluiu um curso superior, sendo esses um pouco mais da quarta parte de todos os entrevistados (26,7%) afirmou ter concluído essa etapa. Aqui temos uma relação entre escolaridade e geração diferente dos outros grupos analisados. Mesmo tendo uma predominância para as idades entre 40 e mais de 60 anos, o tempo de escolaridade parece ter acompanhado essa faixa etária. Nos grupos dos comerciantes, por exemplo, essa relação é decrescente, ou seja, quanto mais pessoas de gerações mais antigas, menos frequência ao ensino superior.

Ainda sobre esses dados referente à escolaridade dos residentes, infere-se uma desigualdade social intensa de quase meio a meio entre os que acessaram o ensino superior e os que não o fizeram, como mostra o gráfico abaixo. Indicando que no bairro de São José é composto por situações sociais significativamente distintas e o indicativo de pluralidade, em termos de classes sociais que habitam o lugar.

Gráfico 40 Grau de Escolaridade dos moradores

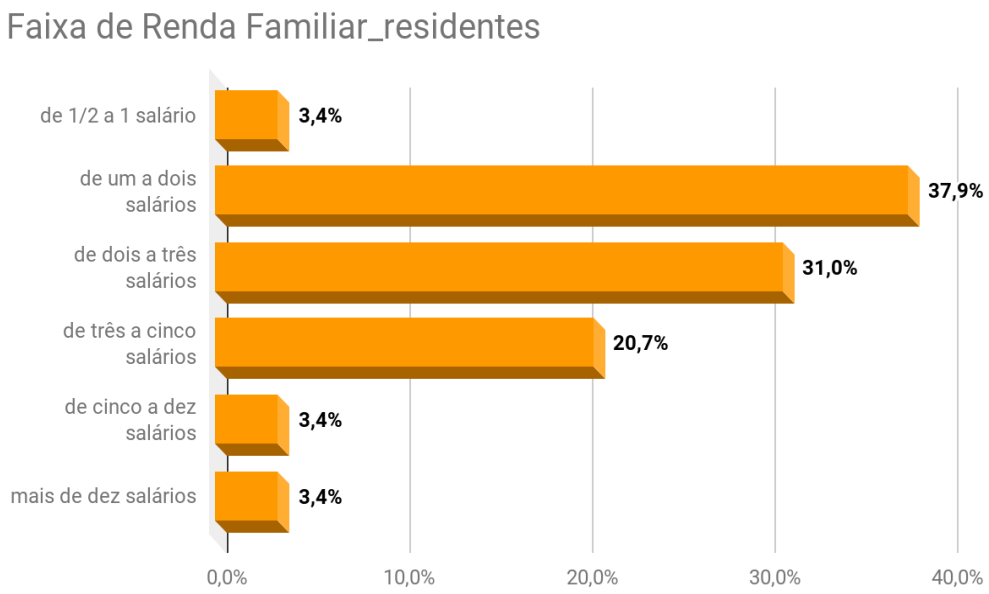


Fonte: DPPC/2019

A faixa de renda familiar dos moradores tem maior concentração entre um e três salários mínimo. Sendo que quase 38% figura na coluna de um a dois salários. É um retrato muito parecido com o dos usuários[9]. Isso segue a tendência de ocupação dos bairros de Santo Antônio e São José, quando desde o final do século XIX passou a ser local de moradia de parte da população mais pobre bem como ex libertos (DPPC, 2020: 21 e 22).

[9] Aproximadamente 37% dos usuários entrevistados afirmaram que a renda familiar é de um a dois salários.

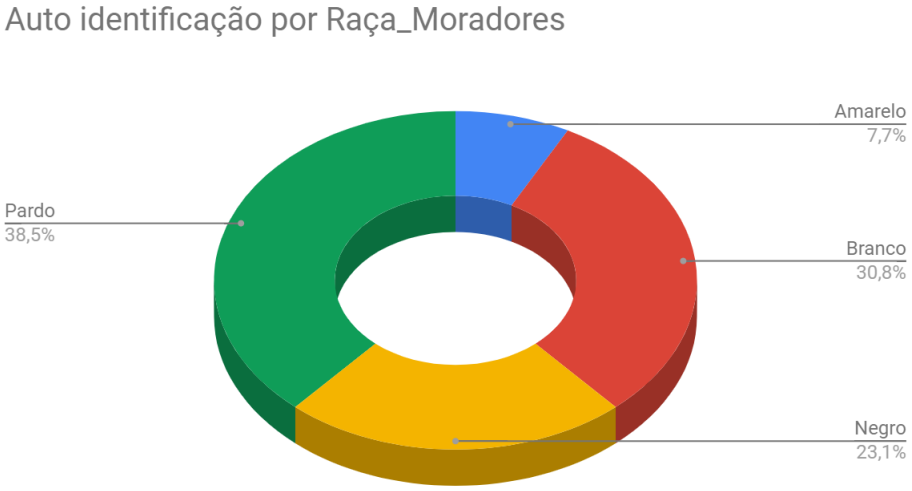
Gráfico 41 Faixa de renda familiar dos residentes



Fonte: DPPC/2019

Relativo à autodenominação da cor da pele, cerca de 38% denominaram-se pardo e 23% negros. Quando relacionada essa informação com a renda familiar, observa-se uma tendência nacional: negros e pardos têm menor poder de renda do que brancos.

Gráfico 42 Auto identificação dos moradores de acordo com a cor da pele



Fonte: DPPC/2019

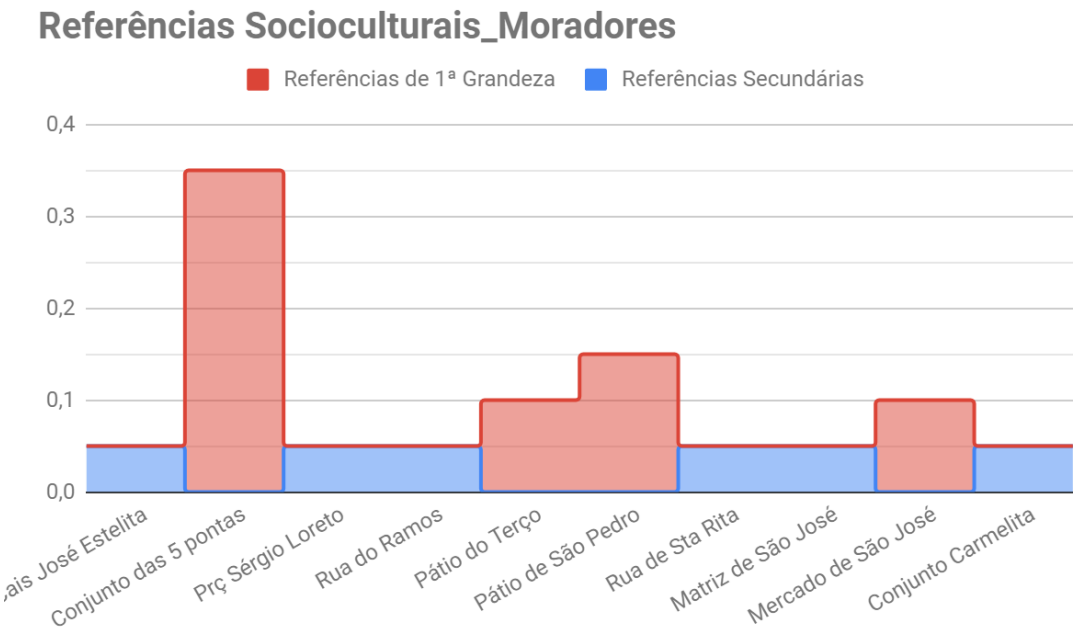
Nos parâmetros mais quantitativos, pode-se sintetizar a população residente que respondeu aos questionários enquanto integrantes da classe D (de acordo com IBGE a classe D tem uma renda de 2 a 4 salários mínimos), é, em sua maioria parda ou negra e frequentou o ensino superior. Contudo, é importante enfatizar que a coleta de dados para esta análise não consultou diretamente a comunidade do Papelão - situada às margens do Rio Capibaribe por trás da estação Central de Metrô da cidade do Recife, nem o Conjunto Habitacional Travessa do Gusmão. Ambos estão situados no bairro de São José e formam uma parte periférica de muita vulnerabilidade social, principalmente a Comunidade do Papelão que tem uma parte das residências em forma de palafitas. Apesar disso tudo, em nenhum dos instrumentos de coleta de dados com os 3 grupos consultados foi feito alusão aos dois lugares. Mas alguns ambulantes e usuários afirmaram residirem na região.

3.2 Paisagem e Referências Culturais para os Moradores

Na sequência será discorrida uma análise a partir das entrevistas feitas com alguns moradores da ZEPH 10 tendo por foco as principais relações de significância desses com o lugar que vivem. Como será visto, há um entrelaçamento entre a história recente dos bairros Santo Antônio e São José com a história de vida das pessoas entrevistadas. O texto também tem por objetivo relacionar o grupo de residentes com os outros interlocutores – usuários e comerciantes.

Um ponto que diferencia o grupo ora analisado com os outros dois – comerciantes e usuários, é quanto à relação afetiva com os espaços. Recordando que tanto para os comerciantes como para os usuários, o corredor entre o mercado de São José e a Praça do Carmo é onde está a maior concentração de referências culturais escolhidas por esses grupos. Já para os residentes despontaram como referências a região do Forte e da Praça das Cinco Pontas e seu aglomerado conectando ao Pátio do Terço pela Rua Vidal de Negreiros. Entretanto, assim como nos outros grupos, o Pátio de São Pedro tem notoriedade. Da mesma forma, o Mercado de São José.

Gráfico 43 Referências Socioculturais apontadas pelos moradores



Fonte: DPPC/2019

Como veremos a seguir a partir das análises qualitativas, o conjunto das Cinco Pontas tem uma centralidade no histórico de convivência das pessoas com a região histórica em análise. É importante ressaltar que 65% das moradias consultadas estão no entorno do forte - nas ruas: Vidal de Negreiro, Do Forte, Do Dique, Frei Henrique, Imperial e Avenida Sul, como posto na imagem que segue.

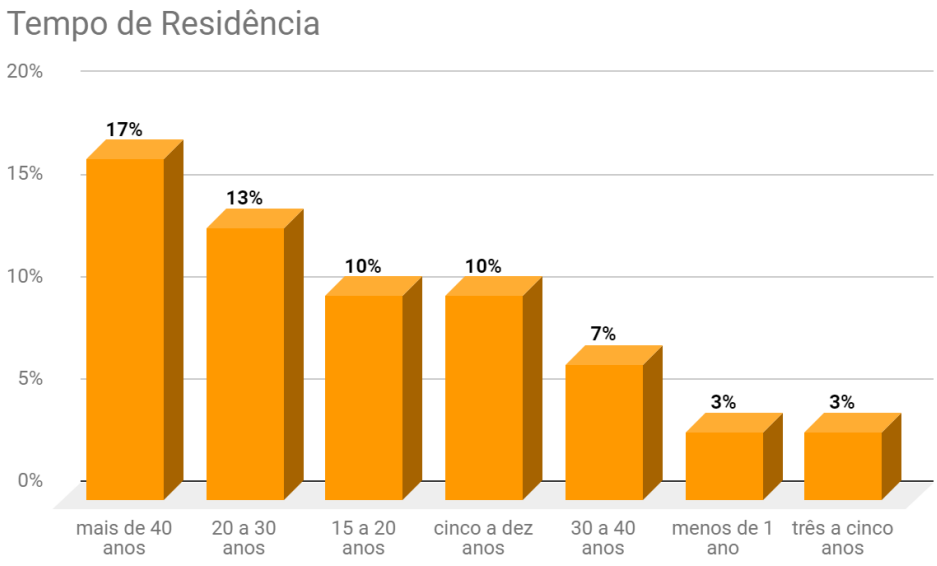
Figura 1 Local de moradia dos residentes entrevistados da ZEPH 10

Fonte: DPPC

Estudos históricos sobre do Bairro de São José mostram que até meados do século XX predominava o uso residencial dos imóveis. Segundo o recenseamento do Recife de 1923, publicado pelo Departamento de Saúde e Assistência do Estado de Pernambuco (PERNAMBUCO, 1924), dos imóveis do bairro de São José, 90% eram destinados à moradia. Já em 2017, de acordo com um levantamento feito pela DPPC (2020:117), esse número caiu para menos de 5%. É importante ressaltar que essas ruas que até hoje têm edificações cujo uso é residencial, trouxeram esse legado da predominância deste uso desde as primeiras ocupações na região em análise[10].

O gráfico abaixo mostra a distribuição do tempo de residência por moradores que responderam o questionário. Há, portanto uma proporcionalidade entre os mais longevos e a maior proporção de respostas. Nesse sentido, 17% mora há 40 anos ou mais, seguido de 13% que moram entre 30 e 20 anos.

Gráfico 44 Tempo que residem na ZEPH 10



Fonte: DPPC/2019

É válido destacar que mais da metade dos residentes que responderam a pesquisa afirmaram que moram no local porque a casa é herdada. O segundo motivo apontado foi a proximidade do trabalho representado por 16%.

[10] Para informações mais detalhadas sobre a ocupação dos bairros de Santo Antônio e São José, consultar no Plano de Preservação do Patrimônio Cultural do Recife a seção “Sítio histórico de Santo Antônio e São José ZEPH 10 e 14”.

Esse desejo de estar perto de “tudo” que o centro oferece ainda é uma condição apontada como um grande benefício para quem mora, assim como a vasta oferta de transporte público. São questões que relacionam os dois perfis de moradores, já que os que moram a partir dos anos 2000 reforçaram as vantagens. 23% dos moradores entrevistados afirmaram que o comércio é uma das principais qualidades para quem mora no centro.

> “Daqui eu me desloco pra um canto só (sozinha). Se, por exemplo, eu for pra um hospital, eu pego um ônibus só. Se eu tô precisando de alguma coisa, tem o mercado aí o Mercado de São José. Tecido... tudo. Tem tudo. O comércio”. (Moradora 4)

Se por um lado morar no centro, em uma região predominantemente comercial, de acordo com os moradores, têm suas vantagens, por outro lado, é apontado um desequilíbrio na forma como o comércio é distribuído e a proporção desse uso para o residencial. Por isso, a falta de residências é alegada como um dos motivos de desassossego e até mesmo uma das justificativas para o desejo de se mudar para um bairro mais residencial, pois implica em uma sensação de insegurança. Foram muito presentes relatos sobre a dificuldade imposta por esse condicionante e como isso dificulta a vida para quem mora no bairro.

> “E por ser muito deserto, as pessoas reclamam bastante, né? Porque além de ser deserto, porque durante o dia é maravilhoso, mas à noite fica deserto porque não tem vida, né? Porque não tem comércio. No que não tem comércio, não tem vida. Aí a escuridão fica uma coisa perigosa, né?” (Morador 7)

Voltando a olhar para os números que retratam os moradores, 29% das pessoas alegaram que o Forte ou a Praça das Cinco pontas é o lugar que mais gostam. Muitos dos moradores também apontam esses espaços como o mais importante historicamente. Por outro lado, mesmo reconhecendo a importância do lugar, 61% alegarem não os usarem por conta da violência ou falta de segurança. Um dos fatores apontados é “a falta de pessoas, aqui é um deserto nos finais de semana”, como afirmou uma pessoa entrevistada. Essa narrativa vem de pessoas que residem ali desde a década de 1970, quando ainda havia uma grande concentração de moradores (DPPC, 2020: 117).

Como visto desde a segunda metade do século XX a região em análise vem passando por mudanças abruptas em relação ao tipo de uso das edificações. E nesse

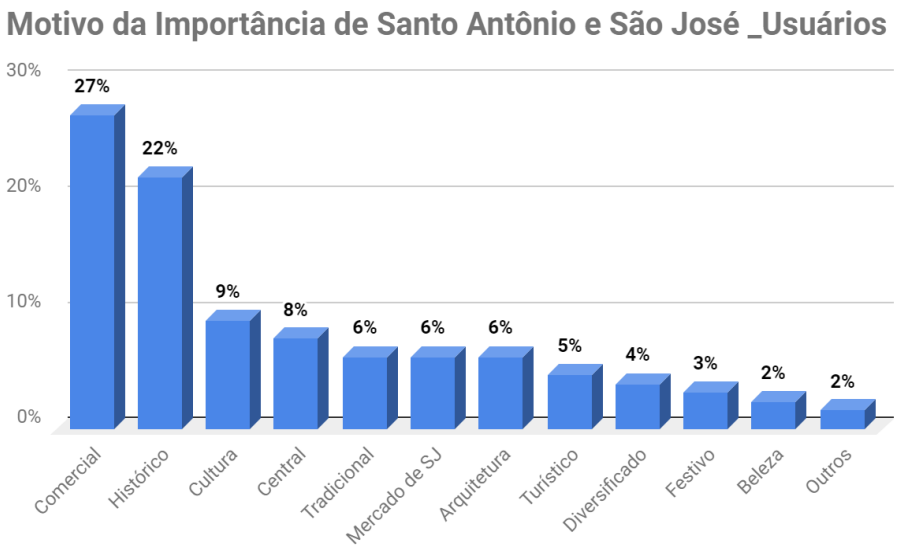
sentido é importante considerar a impressão de pessoas que acompanharam esse processo de mudança nos últimos 40 anos.

É de se inferir que os bairros de Santo Antonio e São José não só passaram por grandes transformações físicas (DPPC, 2020), mas também de atribuição de significado. Por isso, neste momento, o que estamos buscando perceber é como esses lugares que olhamos analiticamente são percebidos pelas pessoas e quais as referências são feitas em relação à representatividade cultural da cidade do Recife.

Com a finalidade de tornar essa questão mais delineável, buscaremos estabelecer distinções entre as respostas estabelecidas por parte dos moradores e entre o grupo de usuários. A primeira dessas se dá em relação à reposta sobre a principal importância dos dois bairros para a cidade do Recife na percepção dos entrevistados.

Para a maioria dessas pessoas, os dois bairros são importantes para a cidade do Recife pelo seu potencial comercial. Isso foi o que 27% afirmaram. Seguido de 22% do valor histórico, depois cultural com 9%. A pergunta foi de livre demanda e em seguida classificada em doze respostas, o que representa um gráfico bem achatada evidenciando, com isso, que os lugares compreendidos por esse gráfico têm uma considerável diversidade de representação para a população que fazem uso deles. Contudo, como mostra a imagem, a referência como lugar de moradia não aparece.

Gráfico 45 Motivo de importância dos bairros de Santo Antônio e São José de acordo com os usuários



Fonte: DPPC/2019

Um aspecto importante de se analisar no gráfico é as diferentes formas/usos que há entre os elementos que os dois bairros representam em termos de singularidade para a cidade do Recife. Podemos observar que para uma parte dos consultados a ZEPH 10 é destacada por aspectos mais práticos, tais como: comercial, central, diversificado, que juntos representam 39%. Já outra parte significativa (52%) releva os aspectos que podem ser diretamente relacionados ao Patrimônio Cultural reconhecido, como elemento principal de representação do lugar, a partir de expressões do tipo: “histórico”, “cultural”, “tradicional”, “arquitetura”, “mercado de São José” e “festivo”.

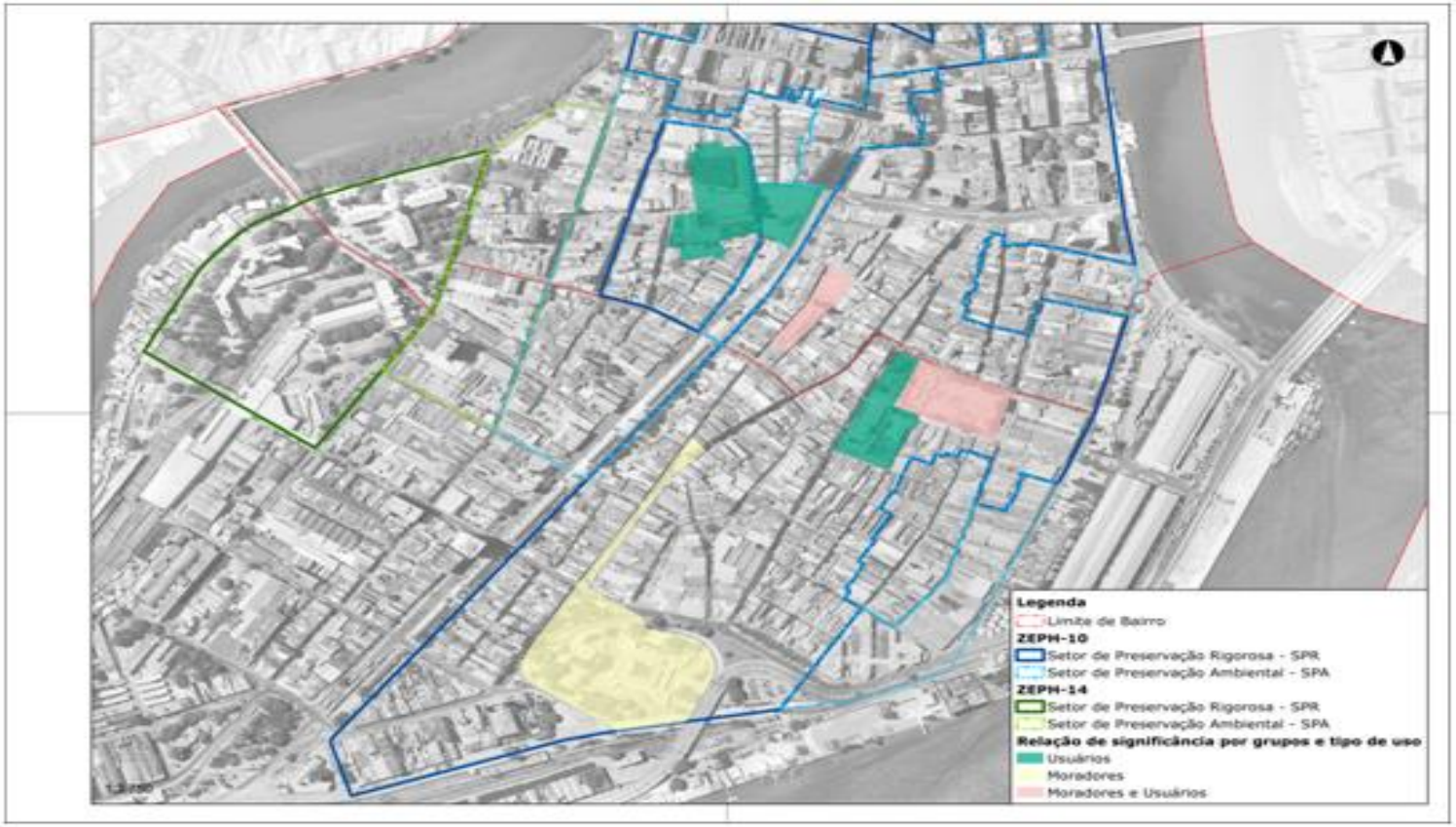
Nesse sentido, de acordo com as respostas dos usuários, as ZEPH 10 e 14 são lugares de grande valor em relação a referências culturais, mas essa percepção evidencia lacunas importantes de serem analisadas que se juntarão à já mencionada questão da “desertificação” por falta de moradores, como apontado por uma das entrevistadas.

Uma dessas lacunas relaciona-se à centralidade do Forte das Cinco Pontas - que foi reconhecido como a mais importante referência cultural por parte dos moradores, mas não chegou a ser sequer citado pelos vários tipos de comerciantes e usuários. Em que se pese, estamos falando de um das mais antigas edificações da nossa cidade e lugar aproximado da referida porta Sul da Ilha de Antônio Vaz, perece haver uma relação apartada de significância entre o uso residencial e os demais, haja vista a representação distinta que fazem do lugar e de seus significados

A lacuna outra diz respeito à opinião dos usuários sobre a importância dos dois bairros para a cidade, já apresentada no último gráfico. São identificados como de grande valor em relação à referência cultural da cidade mesmo que alguma delas não tenham sido reconhecida enquanto patrimônio, como é o caso do Forte. Mas o que se deseja chamar atenção nesse momento é a predominância de aspectos arquitetônico em detrimento à natureza de bens não edificantes.

Ao se comparar a opinião dos usuários com os moradores, observa-se uma linearidade mais voltada para o lado sul de São José no que se refere às referências culturais de acordo com esses últimos. Prepondera, portanto, o conjunto centralizado pelo Forte das Cinco Pontas conectado ao Pátio do Terço pela Rua Vidal de Negreiros. Já para os usuários, o corredor entre o mercado de São José e a Praça do Carmo é onde está a maior concentração de referências culturais. Comum aos dois grupos estão o Pátio de São Pedro e o Mercado de São José.

Figura 2 Principais referências culturais apontadas pelos moradores e pelos usuários



Fonte: DPPC

Como será vista ao longo do texto, esta distinção em termos de importância do lugar na história de vida das pessoas está diretamente relacionada ao uso desses espaços. Isso fica bem marcado quando se compara o Pátio do Terço ao Pátio de São Pedro, por exemplo. Para este último, tem-se sua significância em boa parte relacionada às intervenções proferidas com intuito de forjá-lo em um complexo turístico, que ressignificou seu uso e, consequentemente, a relação da população com a localidade. A partir da década de 1970 esse pátio passou a concentrar algumas das festividades tradicionais do bairro, transformando-o em um importante equipamento cultural. Mas antes era um reduto de sujeira e local de moradia para pessoas pobres e marginalizadas (Nascimento, 2011). Na história de vida da Moradora 4 encontramos elementos que confirmam isso quando relembra o período de moradia em casa de Cômodo durante a infância na Rua do Fogo - uma das saídas desse Pátio.

> "Nesse tempo tinha casa de mulheres, de prostituição. Nesse tempo era tudo escondido, né. Elas entravam bem ligeiro e o homem ia atrás. A gente ficava na varanda olhando. Ai minha mãe: o que que você tá fazendo ai ?. Porque era família, né, dividia uma casa só para duas famílias. Um banheiro só para tudinho. (...) Ai quando começou nos anos 70 ai é que começou o Pátio de São Pedro. Tinhas uns barzinhos". (Moradora 4).

Nesse mesmo tempo, o Pátio do Terço ainda era um lugar de boas referências para os residentes do bairro de São José e de outros bairros, porque, segundo a narrativa das moradoras, ali era um lugar bom para morar, com bastante casas residenciais, cinema, padaria e festas populares. Isso era atrativo para pessoas de bairros próximos, principalmente para frequentar o Cinema Ideal. As intervenções de 1970 de alguma forma implicou em uma inversão entre o posicionamento de ser palco e bastidores.

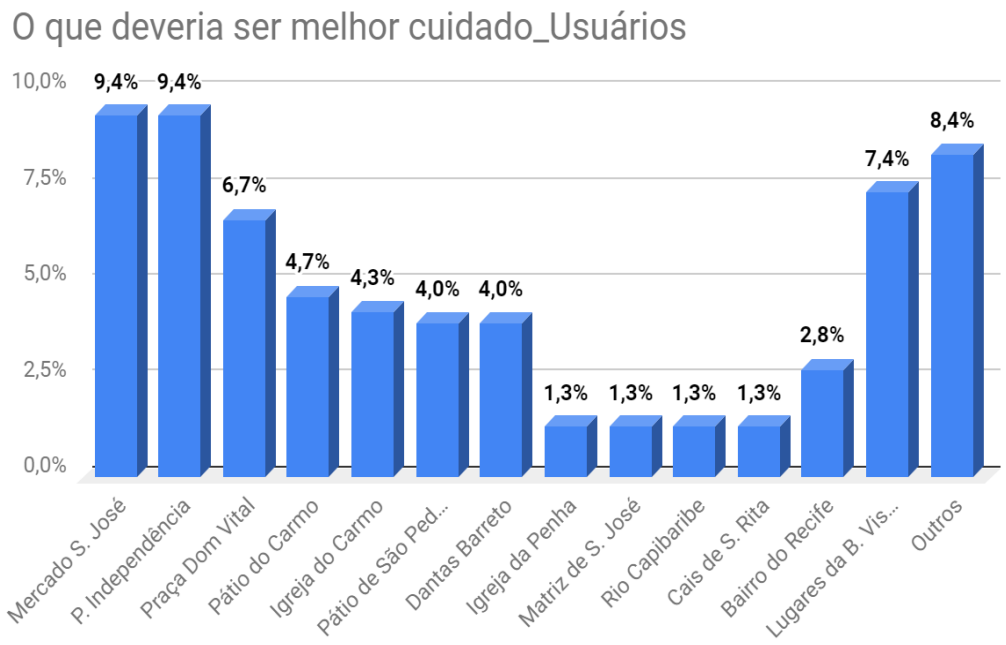
O Pátio do Terço era preenchido em referências culturais e afetivas por parte dos moradores, que até hoje têm propriedade da história do lugar inclusive para reclamar alguns desvirtuação de referências do Terço para favorecer o projeto São Pedro. Foi o que se queixou um das pessoas que respondeu o questionário ao falar da importância do poeta Solano Trindade, ex morador do Pátio do Terço e seu vizinho durante muitos anos. De acordo com relatos anotado durante a aplicação do instrumento, o Morador assim reclamou: "a estátua de Solano Trindade era para tá aqui no Terço, não no São Pedro. Ele morou a vida toda aqui, e não lá! Porque a

estátua tá lá? Eu lembro dele declamando poemas aqui!". Levando isso em consideração, percebe-se que o pátio relevante para os moradores teve sua história eclipsada para dar luz ao outro transformado em palco, que outrora estava às margens, fora da cena.

A proferida narrativa sobre o poeta Solano Trindade possibilita ainda um importante indicativo de que a preservação patrimonial deve ser projetada a partir da relação cultural que as pessoas têm com os bens. E quanto mais elementos desta relação forem preservados, será maior a garantia de perpetuação das singularidades que compõem a história do lugar. Deve-se enfatizar também que os saberes, os conhecimentos e as nuances são guardadas e asseguradas em maior detalhes por quem mais próximo está dos fatos. É o que se pode denotar do retrato da significância posto na imagem acima, em que fica evidente a demarcação dos espaços pela presença ou não de imóveis com uso residencial, no caso, o entorno do Forte das Cinco Pontas e as proximidades do Pátio do Terço. Mediante isso, o presente relatório pode apontar que o uso residencial deve ser considerado em boa medida como um importante fator de uma preservação orgânica que vai além das estruturas arquitetônicas.

Ainda com relação à forma como os usuários percebem os aspectos culturais, ao serem perguntados sobre o que carece de cuidado na ZEPH 10, mais uma vez o gráfico decalca o mesmo desenho das outras respostas quando foi solicitado que apontassem espaços do Santo Antônio e São José, seja em relação a apreço ou importância. Esse desenho limita-se ao eixo comercial entre a Praça do Carmo e o Mercado de São José.

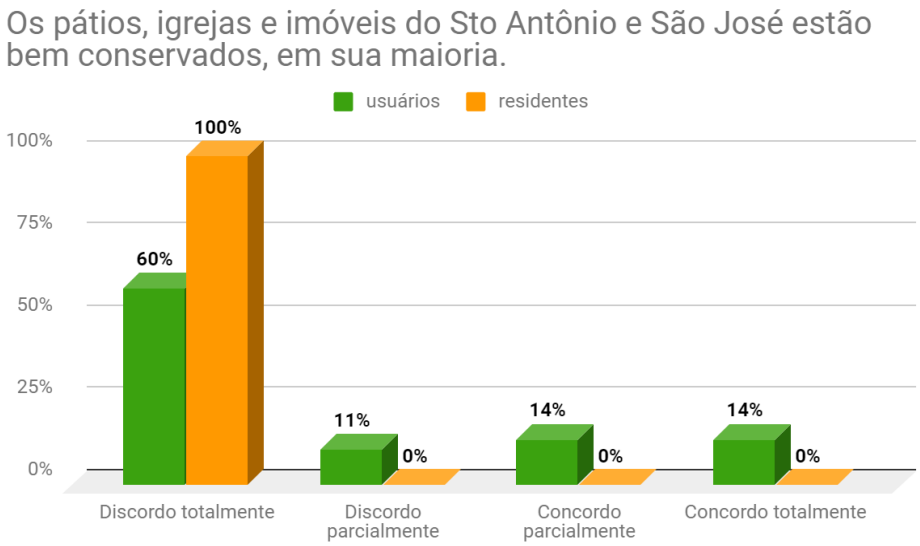
Gráfico 46 Patrimônio ou referência que deveria ser melhor cuidado na opinião dos usuários



Fonte: DPPC/2019

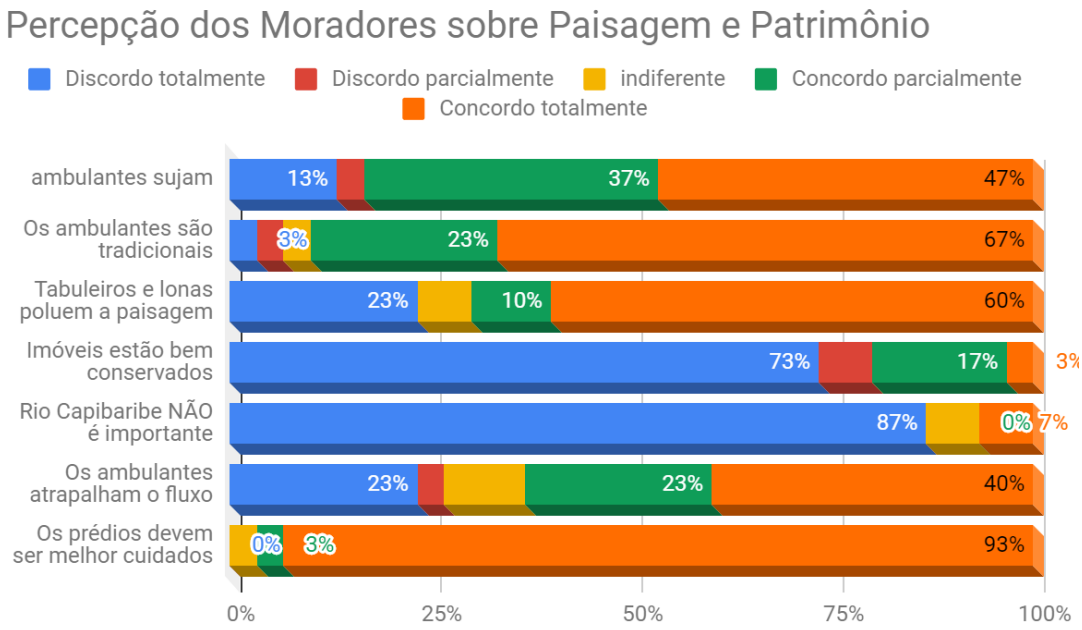
Como se tratou de uma questão para respostas espontâneas , então o gráfico tem esse achatamento entre 17 respostas diferentes. Entre elas, a Praça Maciel Pinheiro e a escola Pedro Augusto (inserido em Lugares da Boa Vista), que estão fora das zonas em análise. Pontua-se que o ponto do partida foi o princípio da significância que as pessoas têm e não o oficial e já preservado, por isso, entre as respostas, vê-se esse extrapolamento das nomenclaturas oficiais.

Gráfico 47 Percepção dos residentes e usuários sobre a conservação do Santo Antônio e o São José



Fonte: DPPC/2019

Gráfico 48 Percepção dos moradores sobre a paisagem e patrimônio

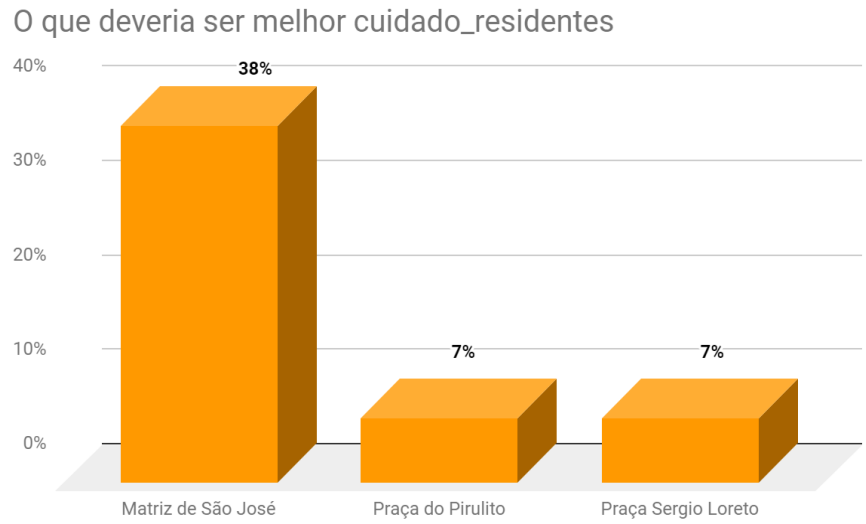


Fonte: DPPC/2019

Ainda no comparativo entre as significâncias do grupo residente e usuários Com relação à forma como são percebidos os elementos que compõem os espaços

públicos nas Zonas Especiais em análise, a partir de livre demanda, os moradores, em sua maioria, apontaram a Matriz de São José como o elemento que precisa ser melhor cuidado. Essa recebeu 38% das recomendações.

Gráfico 49 O que deveria ser melhor cuidado na opinião dos moradores



Fonte: DPPC/2019

Ainda sobre os aspectos negativos acentuados pelos residentes consultados, é possível perceber como o Forte e as adjacências centralizam as perspectivas dos moradores. A igreja de São José alavancou 38%. Se somado com os 3% da Praça Frei Caneca, 3% da praça das Cinco Pontas e 3% do Forte, chegaremos ao total de 47%. Denota-se, com isso, que a proximidade refletida do convívio cotidiano com os espaços e elementos patrimonializados são atributivos para a importância de significação cultural.

Para ajudar nesse compreensão, deve-se rememorar que nos elementos elencados pelos outros grupos entrevistados - usuários e comerciantes - o Forte e nem suas adjacências foi citado em nenhuma das possibilidades de respostas: lugar que mais gosta, lugar com maior importância histórica, lugar que precisa de mais cuidado.

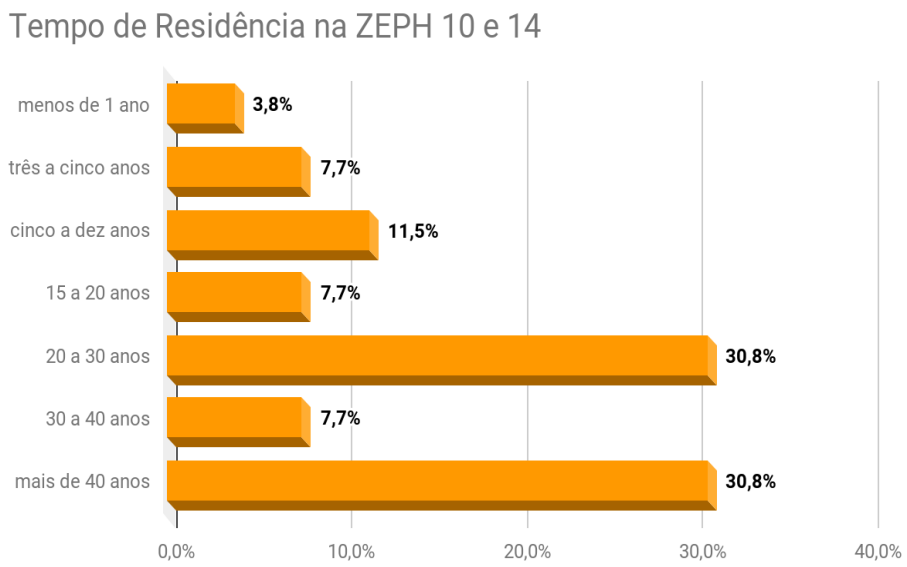
Uma denotação possível disso é mesmo que se esteja falando da mesma ZEPH, o ponto de vista em relação ao patrimônio está diretamente relacionado ao

uso. Isso porque, como visto, para os usuários os elementos que precisam de cuidados mais urgentes são o Mercado de São José e a Praça da Independência. Noutro sentido, estão os que residem no lugar ao elegerem a Matriz de São José como o bem mais necessitado de cuidados.

3.3 Por que morar no Centro?

Durante a pesquisa com os Moradores foram identificados dois perfis: aqueles que estão no bairro há pelo menos 4 décadas e os que passaram a residir a partir dos anos 2000. Cada grupo guarda suas peculiaridades e nessas há um pouco da história dos bairros do Santo Antônio e São José.

A figura abaixo mostra a percentual das pessoas entrevistadas cruzado com o tempo de moradia na ZEPH 10 e 14. Nela observa-se que quase 40% moram ao menos 30 anos e as que moram a 40 anos ou mais, passa dos 30%.



Mais de 30% dos residentes consultados moram no São José a mais de 30 anos. Boa parte dessas pessoas tem sua história vinda de alguma cidade do interior. E a mobilidade para a capital é pautada por questões laborais. Por trás das narrativas há sempre uma busca por trabalho.

> “Minha mãe era de Toritama. Aí minha mãe veio porque aqui tinha chance dela costurar pra fora, entendeu?” (Moradora04)
> “Minha tia, que morava lá no interior - em São Bento do Una - casou. E veio embora pra cá porque o marido dela trabalhava no quartel” (Moradora01).

Ao se estabelecerem na cidade essas pessoas criaram uma rede de acolhimento para outros familiares que estavam em busca de condições melhores. Essa é inclusive uma característica marcante do processo de mobilidade populacional em cidade brasileiras, o movimento que ficou conhecido como o êxodo rural e faz parte da formação populacional dessas cidades.

A Moradora 4, por exemplo, diz que sua mãe se sentiu mais segura em vim para Recife porque um irmão dela – tio da Moradora 4 – residia no Pátio de São Pedro. À época ele era sapateiro.

Tem uma narrativa parecida a Moradora 1 ao contar com o apoio de tia. Sendo que, além das questões laborais, aqui é pontuado a necessidade de uma melhor mobilidade. Tanto a mãe quanto ela já se deslocavam para o centro – ela para estudar, a mãe para trabalhar. Por isso, a escolha por morar no centro diz respeito à comodidade de estar "perto de tudo" e a praticidade.

> "Minha mãe nunca gostou que a gente morasse em um lugar que tivesse que apanhar um transporte. Porque ela dizia que tinha a maior pena do povo que trabalhava e vinha naqueles ônibus apertados e vinha em pé. E achava muito difícil a pessoa se locomover pra comprar alguma coisa. Ah! Praticidade!" (Moradora04)

3.4 As Condições de Moradia

Esse contexto da história de moradia do bairro São José está entre as décadas de 1930 e 1940, quando a região já estava consolidada como lugar de habitação de parte da população mais pobre. Antes, porém, até o final do século XIX, a parte central da cidade era local de residência da burguesia. É nessa época que começa a interiorização desses mais ricos para os bairros a oeste, seguindo as margens do Rio Capibaribe, e deixando para trás suas grandes casas (DPPC, 2020: 21 e 22).

Os imóveis antes ocupados por essas famílias passaram ter seu uso dividido em comércios e casas compartilhadas. Mas as propriedades, em sua maioria, continuaram em posse dos moradores antigos, que as alugavam ou para comércio ou para os trabalhadores que passaram a residir e trabalhar no local.

Toda essa história de ocupação e uso tradicional das edificações em questão está explícito nas narrativas das Moradoras 1, Moradora 3 e Moradora 4, mas também nos relatos de comerciantes até então estabelecidos no entorno do edifício Sian.

Morar de aluguel é um dos traços que transversa essas histórias. Outro ponto comum foi que os proprietários das casas tinham vários imóveis dentro do bairro, o que, de acordo como os relatos, em alguma medida facilitou mobilidade dentro do bairro quando foi necessário. À época da desapropriação para as intervenções urbanísticas iniciadas na década de 1930 com a construção da Avenida Dantas Barreto é um exemplo disso como conta a Moradora 1: "aí saíram de lá [onde hoje é a Dantas] porque derrubaram tudo. (...) a gente teve um aviso. Há muito tempo foi avisado, né? Mas a gente morava em casa alugada. Aí a gente foi morar numa casa do mesmo proprietário que ficava ali na rua do Forte". (Moradora 01).

A moradora 04 também fala do trânsito entre casa do mesmo proprietário, mas na história dela tem a peculiaridade de ter sempre morado em "casa de cômodos" que era uma espécie de sublocação dos quartos.

> (...) a gente sempre morou em casa de cômodo. Que tinha uns quartinho assim. Aí tinha sala, tinha cozinha, tudo dividido assim, direitinho. (...) Eu morei desse lado pra cá. Na rua do Fogo. Eu morei no Recife todinho. Morei na rua do Fogo. Nesse tempo, na minha casa tinhas mulheres... de prostituição. Que entrava escondido. Entrava bem ligeiro, né? Aí a gente ficava na varanda. Aí minha mãe dizia: O que você tá fazendo aí?! - que era família. Dividia a casa. E numa casa só, pra duas famílias. E um banheiro só pra tudinho. Agora, todo mundo se encarregava da limpeza. Ali a gente arranjava comadre, né? Arranjava amiga [para dividir a casa]. Era tudo gente boa. Aí tinha as suas seleções, né? Quem não prestasse, mandava pra fora. (...) A gente mesmo [fazia a gestão da casa] que a gente era organizado. A gente nunca ficava... vamos dizer: ali morava uma família. Aí a gente não ia pra dentro do quarto de ninguém... era mesmo que uma casa, era bem organizado.
> Entrevistador: aí num quarto moravam quantas pessoas?
> Eu e minhas três irmã. E mamãe tinha mais outro quartinho... ajeitava, botava de tapume, sabe? Fazia outro quarto." (Moradora 04).

Essa era uma condição de moradia muito comum no bairro de São José (DPPC, 2020) e fez parte da estratégia de adaptabilidade das famílias mais pobres que não tinham condições de bancar com os preços dos aluguéis das grandes edificações outrora ocupadas pela burguesia.

Era também desafiador a composição dos residentes dentro da "casa de Cômodo", pois, muitas vezes era como se a "Rua" estivesse dentro da "casa". Como conta a Moradora 04, "quem não prestava, mandava pra fora", pois era necessário uma seleção para compartilhar a casa e era essa seleção que as protegia das pessoas duvidosas.

3.5 A Modernização dos Bairros e as Mudanças no Cotidiano

Na segunda metade do século XX a região da cidade do Recife em análise passou por várias remodelações pautadas por projetos modernizantes (Cabral, 2019), (Nascimento, 2011, 2004), isso resultou na demolição de uma grande quantidade de imóveis residenciais, no aumento dos aluguéis e na modificação do uso (DPPC, 2020).

Dos grandes projetos de modernização do Centro do Recife, o que mais impactou a vida dos moradores foi a construção de Avenida Dantas Barreto. Como veremos na sequência, de acordo com os relatos dado para esta pesquisa, esse empreendimento foi definidor para saída de pessoas que passaram a morar em bairros do subúrbio e o esvaziamento do bairro de São José em relação à quantidade de imóveis residenciais, resultando na desertificação, como já registrado em outros trechos narrados pelas pessoas entrevistadas.

Nas histórias trazidas pelas moradoras 01 ,02, 03 e 04 é possível perceber como de fato foi experienciado esse processo e remodelação e como isso afetou a dinâmica de convivência e sociabilidade do lugar.

A moradora 01, ainda criança, veio do agreste pernambucano, da cidade São Bento do Una, para ficar na casa da tia. Em Recife ela queria encontrar boas condições para estudar e trabalhar. Morou muitos anos com a tia em casas alugas sempre ao mesmo proprietário. Uma dessas teve que ser desocupada para a construção da supracitada avenida.

> “aí saíram de lá porque derrubaram tudo. (...) a gente teve um aviso. Há muito tempo foi avisado, né? O resto todo saiu do bairro. Aí a gente foi morar numa casa do mesmo proprietário que ficava ali na rua do Forte. Sabe onde é a rua do Forte? Pronto, a gente foi morar lá. Aí como era um primeiro andar, aí ficava ruim pra minha tia. Que tinha problema de dor nas pernas. Aí quando a gente saiu de lá, na rua do Forte, a gente veio... a gente veio pra onde? Pra aqui pra rua do Peixoto. Essa rua aqui que passa os ônibus. Aí lá a gente morou quase 30 anos. Aí de lá a gente foi pra Concórdia que minha tia faleceu, a gente foi pra Concórdia... minha mãe veio do interior morar comigo e o meu irmão... ele já trabalhava que ele começou a trabalhar, tinha 14 anos de idade... no comércio, estudava de manhã e trabalhava de tarde. (Moradora 01).

Já a Moradora 02 ainda hoje reside no Pátio do Terço. Para ela o projeto modernizante (Cabral, 2019), (Nascimento, 2004, 2011) modificou a dinâmica do bairro ao desfazer a malha formada por pequenas ruas para dar lugar à larga Avenida Dantas Barreto. Ao longo dos anos, a nossa interlocutora percebeu que essa

transformação resultou na migração dos moradores do São José e esse esvaziamento deixou o bairro mais perigoso.

> “ Depois dessa avenida, acabou o São José. Porque acabou com toda a residência. O bairro foi ficando esquisito, o pessoal foi ficando com medo e foi tudo se mudando. Eu é que ainda tô aqui. (...) Morava muita gente. Existia a Rua Augusta, Rua do Alecrim, Rua de Horta [inaudível] e Rua Santa Tereza. Essas ruas desapareceram tudinho. Ficou tudo uma avenida só. Inclusive a rua Imperial, né? Que ele desabitou o pessoal até a ponte de Afogados” (Moradora 02).

Na história da Moradora 04 ficam evidentes traços da forma como a reestruturação do bairro foi feita de forma autoritária o que é corroborado por Nascimento (2004, 2011), posto que a narrativa apresentada demonstra a completa ausência de diálogo do poder público com os moradores do lugar, como fica evidente ao mencionar que soube por acaso que as demolições iam acontecer. No recorte da fala da Moradora 01 ficamos sabendo que houve um aviso prévio para as casa que seriam demolidas e que, por isso, deveriam ser desocupadas. É uma informação repetida pela Moradora 04 ao contar que precisaram se mudar por conta desse mesmo motivo.

> “Bem, aí mamãe foi prevenida porque foi avisada pelo proprietário pra sair antes, né? Ainda demorou uns meses... depois que a gente tava aqui. Aí a gente tava jantando quando viu que Augusto Lucena; quando soube pelo rádio, pela televisão, que Augusto Lucena já tinha tombado a Igreja dos Martírios. Aí foram derrubando aquelas casas, foram derrubando tudo. Foi ficando cheio de maloqueiro, aquelas construção, aqueles reboco, aquelas coisas... não dava mais pra viver por lá, né? (...) eh... inclusive a casa que a gente morou não foi abaixo não. Era aí na rua 295, na frente do camelódromo. Do lado de cá. Essa não foi destruída não.” (Moradora 04)

Essas três histórias que se relacionam a partir da transformação urbanísticas no bairro de São José são importantes para introduzirem em nossa análise os porquês da especialização pretendida pelos modelos de modernização que modificaram a cidade do Recife durante o século XX afetaram a dinâmica cultural e a relação das pessoas com os novos e os velhos espaços.

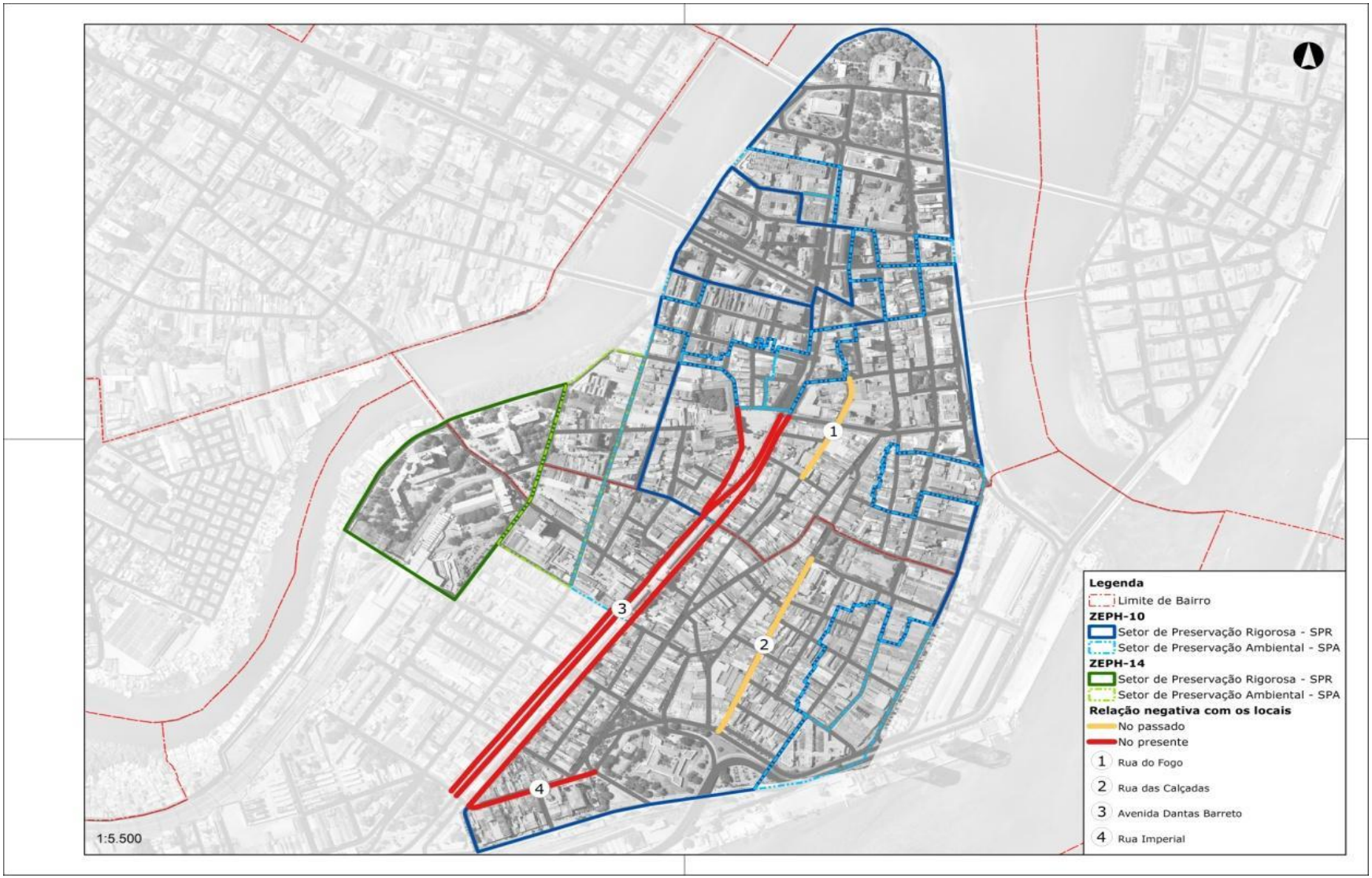
Um ponto que abordaremos a seguir é como as relações afetivas com os lugares mudam ao longo do tempo e como essas intervenções urbanísticas interferem nessa relação. Antes de adentrar especificamente no tema, devemos relembrar um importante diferencial que ficou marcado nesse texto.

A relação das pessoas com o Forte Das Cinco Pontas. Como visto, para os usuários que não sejamos moradores, o patrimônio em questão não tem uma significação relevante; já na percepção do outro grupo o mesmo monumento é apreciado e reconhecido por uma importância histórica e cultural.

Compreende-se, portanto, que essa é uma pontuação importante porque pode ser que essa não identificação afetiva com uma das mais antigas edificações da cidade esteja relacionada à construção do Complexo Viário das Cinco Pontas. É desse projeto que resulta o viaduto das Cinco Pontas, edificação que encapsula o forte, o descaracterizando. Partindo disso, podemos direcionar uma reflexão que busque encontra pontos que relacionem as intervenções urbanísticas com a significância do lugar.

Voltando ao caso exposto por nossas interlocutoras e acrescentado o ponto de vista dos outros moradores, esses residentes a partir dos anos 2000, podemos montando um desenho a partir das indicações de lugares os quais foram identificados pela relação negativa. A figura abaixo mostra como a Avenida Dantas Barreto tem esse destaque na relação presente com o bairro.

Mas antes de deter a análise específica sobre essa grande avenida e os impactos negativos dela na vida residencial do bairro de São José no presente, é necessário salientar como essa relação negativa com lugares específico transita ao longo do tempo. Entre o passado e o presente, pode existir uma gama de elementos que implicaram nesse processo de interferência na relação afetiva entre pessoas e espaços.


1:5.500
Legenda
Limite de Bairro
ZEPH-10
Setor de Preservação Rigorosa - SPR
Setor de Preservação Ambiental - SPA
ZEPH-14
Setor de Preservação Rigorosa - SPR
Setor de Preservação Ambiental - SPA
Relação negativa com os locais
No passado
No presente
1 Rua do Fogo
2 Rua das Calçadas
3 Avenida Dantas Barreto
4 Rua Imperial

No mapa estão marcados os lugares identificados pela relação afetiva apontada pelas pessoas entrevistadas. A figura destaca os locais que foram indicados pelas pessoas entrevistadas como locais que tinham uma relação negativa. No passado, a Rua do Fogo e a Das Calçadas estavam associadas às pessoas "duvidosas" (Moradora 04), isso porque essas ruas, de acordo com os relatos, eram pontos de prostituição e atraia pessoas de fora do bairro, o que a configurava como perigosas a partir do levantamento realizado. Isso não significa, porém, que moradores com trabalhos de natureza "não-duvidosas" não interagissem com esses grupos e lugares, mas que havia um sentimento de precaução e evitação a ser instruído aos filhos e recém-chegados ao bairro Importa também perceber como há uma noção de pertencimento ao bairro e a identificação entre os que são e os que não são do bairro de São José.

3.6 Memória e Signos Sociais

Toda essa distinção entre os moradores do bairro e os de fora e as limitações entre os espaços fica bem acentuada na fala da Moradora 04 ao falar sobre os cinemas Da Glória, na Rua Das Calçadas, e o Ideal, no Pátio do Terço. O primeiro era reconhecidamente como das pessoas de "confiança", ou seja, fazia parte do bairro em que era legítimo e seguro circular. O outro imprimia medo, pois ali circulavam pessoas de fora, desconhecidas, e com a moral duvidosa.

> "O da Glória era muito bagunçado. Era. Era assim: cheio de... a gente tinha medo porque vinha muita gente de fora. Jovens, né? E aqui era mais selecionado. lá era de gente mais duvidosa, né? Meio duvidosa assim, né? Gostava de se esfregar... no escuro, né? Aí vamos por aqui que aqui era bem amplo, né? O ideal era enorme. Muito bonito. Tinha um jardinzinho assim de lado. De lado de lá". (Moradora 04)

Enquanto a Rua Das Calçadas era um lugar que denotava perigo e espaço de circulação de pessoas estranhas ao bairro, o Pátio do Terço é apresentado como um reduto de boa vizinhança. Foi recorrente os relatos no que se refere à exemplificação do que era bom no bairro, como lembra a Moradora 03, "O bairro era todo residencial... o Pátio do Terço era cheio de eventos".

> "Eu ia pro Pátio do Terço, pro Cinema Ideal. Porque o Cinema Glória na época... eh.... o pessoal, minha mãe, minha tia não deixava eu ir porque era mais... aquele pessoal... prostituta. Que ficava ali na rua das calçadas... que tinha muita. Muita mesmo. E no cinema Glória, elas frequentava muito. Aí minha tia reclamava. A gente ia quando tinha matinê que ela levava". (Moradora 01)

> "Aqui tinha um cinema Ideal, faz muitos anos - você não era nem nascido. [no da Glória, não ia] porque ali era meio suspeito. Porque tinha muita prostituta. A família não deixava não. Elas ficavam na rua, mas às vezes entrava também. Mas você sabe que o povo era muito preconceituoso, então não deixava criança ir pra lá. Tinha, até, uma programação muito boa porque tudo o que passava no São Luiz, repetia no Ideal. É por isso que nós íamos pro Ideal porque era mais perto de casa. Mas agora não existe mais. Agora o Glória não era muito bem frequentado não". (Moradora 03)

Era, portanto, um lugar com muita significância de lazer, referências simbólicas e sociabilidade. Tinha um protagonismo em relação ao vizinho Pátio de São Pedro, principalmente em relação aos moradores da época, por sua importância cotidiana. Podemos compreender que o Pátio do Terço, portanto, era um lugar controlado pelos seus moradores e possivelmente em relação a isso, se dava a preferência por esse lugar na gestão das novas gerações.

É possível perceber que a relação de moradia traz consigo uma interessante estratégia de preservação da memória do lugar, bem como dos patrimônios. Durante a aplicação do questionário com os frequentadores esporádicos, até mesmo os regulares, mas que tinham uma relação com o lugar de consumo ou labor, percebeu-se que as referências aos espaços e memórias eram poucas. Nesse público, há poucos registros de referências a fenômenos históricos, nomes dos lugares ou edificações. Por outro lado, nas narrativas dos residentes encontramos referências mais precisas sobre os espaços e as memórias. "O pátio do terço é um lugar importante, porque lá tinha a encenação de Frei Caneca e também era onde moravam muitas famílias" (Moradora 01). De acordo com o histórico de modificações do uso dos imóveis (DPPC, 2020: 117), como já visto em outra parte desse texto, o Pátio do Terço e as ruas próximas – Frei Henrique e do Dique – tiveram a predominância de residências até a primeira metade do século XX. É por isso que na fala das nossas entrevistadas – Moradoras 01, 02, 03 e 04 – sempre é feito referência ao pátio como um lugar de muitas referências de lazer e de moradia.

> "Eu ia pro Pátio do Terço, pro Cinema Ideal". (Moradora 01)
> "O bairro era todo residencial... o Pátio do Terço era cheio de eventos." (Moradora 03)

> "Morava, demais. Tinha muita casa de cômodo. Muita, muita mesmo" (Moradora 04)

Seguindo sobre a relação de pertencimento, um ponto de coadunação no discurso dos residentes do bairro de São José é a falta de espaços para o lazer. Na verdade, o que se percebe não é a falta desses espaços, mas sim o fato de não oferecerem condições para tal uso. E mais uma vez, a ausência de pessoas é alegado como o principal motivo para o não uso. O lugar com pouca vida dificulta a falta de interação até mesmo com o próprio espaço, porque, se não há pessoas nas ruas, não há motivos para sair de casa e não tem ninguém para conversar.

O uso dos espaços públicos para lazer foi uma das perguntas presentes em nosso questionário. 46% responderam que não usavam, dentre as justificativas destacam-se a falta de segurança e a falta de cuidado das praças. Dos que responderam positivamente para o uso, 16% apontaram o Forte das Cinco Pontas ou a praça em seu entorno como o lugar preferido para o lazer. Fora esses locais, dentro do Santo Antônio ou São José, foram citados o Pátio de São Pedro, Mercado de São José, Igreja do Carmo.

De acordo com as lembranças daquelas moradoras mais antigas citadas a pouco, havia nos referidos bairros uma reconhecida gama de ofertas para lazer, como destacado o Pátio do Terço. Lembrou-se das festas comemorativas, das relações com os moradores das outras casas e das idas aos cinemas da Gloria o Ideal.

> "a melhor paixão de cristo, na páscoa, era no Glória. A mais bonita. A película era mais bonita. Quando tinha 16 de julho, a festa do Carmo, era boa naquele tempo. Era a Dantas Barreto todinha, todinha, chegava até aqui. Quer dizer, tinha assim, num era a Dantas Barreto. Era as ruas que tinha e foram derrubadas, né? Era a festa do Carmo. Tinha a pracinha Sérgio Loreto lá embaixo. Tinha brinquedo... nessa altura, com dez anos a gente ainda brincava, ainda. Tinha pra namorar também ali na Sérgio Loreto. E tinha aqui uma praça em frente ao edifício de São José... ainda tem, mas na época tinha mais brinquedo, mas que a gente ainda brincava por aqui". (Moradora 04).

> "Eu ia pro Pátio do Terço, pro Cinema Ideal. Porque o Cinema Glória na época... eh.... o pessoal, minha mãe, minha tia não deixava eu ir porque era mais... aquele pessoal... prostituta. Que ficava ali na rua das calçadas... que tinha muita. Muita mesmo. E no cinema Glória, elas frequentava muito. Aí minha tia reclamava. A gente ia quando tinha matinê que ela levava". (Moradora 01)

Contrário a esse ponto de visto do passado, o Morador 05 diz que sente falta de espaços de lazer voltados para os moradores e lamente que para isso tenha que sair do bairro.

> “Aqui dificilmente tem alguma coisa de lazer. Tem alguns bares. Aqui na frente tem alguns bares. Andando mais um pouquinho, no Pátio de São Pedro, tem alguns bares. Mas não tem uma vida fora do comércio. O que a gente consegue fazer de lazer é sempre pra fora do bairro de São José”. (Morador 05)

Ao longo da história de preservação cultural e patrimonial da cidade do Recife, essas referências não foram consideradas ao se implementarem políticas culturais. É possível se inferir isso, ao se confrontar o que representam hoje os vizinhos São Pedro e Terço.

Saindo do primeiro em direção ao Forte das Cinco Pontas chegamos ao Pátio do Terço, especificamente à Rua Vidal de Negreiros. Esta é uma das últimas ruas a ter seu uso mudado de residência para comércio. Hoje são apenas três edificações com residências, mas até a primeira metade do século XX o pátio era quase completamente residencial, como suscitou as recordações das moradoras entrevistadas. Estamos, portanto, em um lugar onde não há referência a uma tradicionalidade comercial, como as ruas da Direita, Das Calçadas, por exemplo, mas muito mais residencial, como já apontado em discurso das pessoas entrevistas. Mesmo que a Vidal de Negreiros não tenha a tradição comercial, ainda assim, surgem ali novos usos comerciais. Ao se caminhar por ela percebe-se lojas que vendem produtos chineses em atacado, estacionamentos rotativos e restaurantes. Há também alguns depósitos usados pelos comerciantes chineses, mas esses ficam nos andares superiores.

É uma realidade muito diferente do que foi o Pátio do Terço e do que é, hoje, o seu vizinho São Pedro. A proposta de adequação desse, para ser transformado em reduto cultural da cidade (Cabral, 2019; Nascimento, 2004, 2011), transformou aquele em um bastidor. A metáfora é válida, porque a sensação dos usuários desse pedaço da ZEPH 10 é que a Rua Vidal de Negreiros é onde fica os fundos do Pátio de São Pedro, sendo muito mais uma via de acessória ao suntuoso pátio do que protagonizando os significados postos pela sua importante história para as pessoas ouvidas por essa pesquisa.

A efetivação de projetos de readequação espacial, como esse que interferiu na relação dos dois pátios, implica em uma fragmentação da identidade das pessoas como o bairro. Ao não ser considerar a relação de pertencimento e uso que os moradores tinham, nessa medida será exponencial a perda de identidade e o controle social que se tinha. As ruas e os espaços "duvidosos" passaram a ser cada vez em maior número. E por esse caminho, os moradores passaram a ter cada vez menos espaços e liberdade de circulação dentro do bairro. "Durante o dia você tem todo o contato... com lojista, as pessoas que vêm aqui com quem a gente tem muito relacionamento, mas depois das 18 horas, 7 horas, aí fica um deserto." (moradora 03)

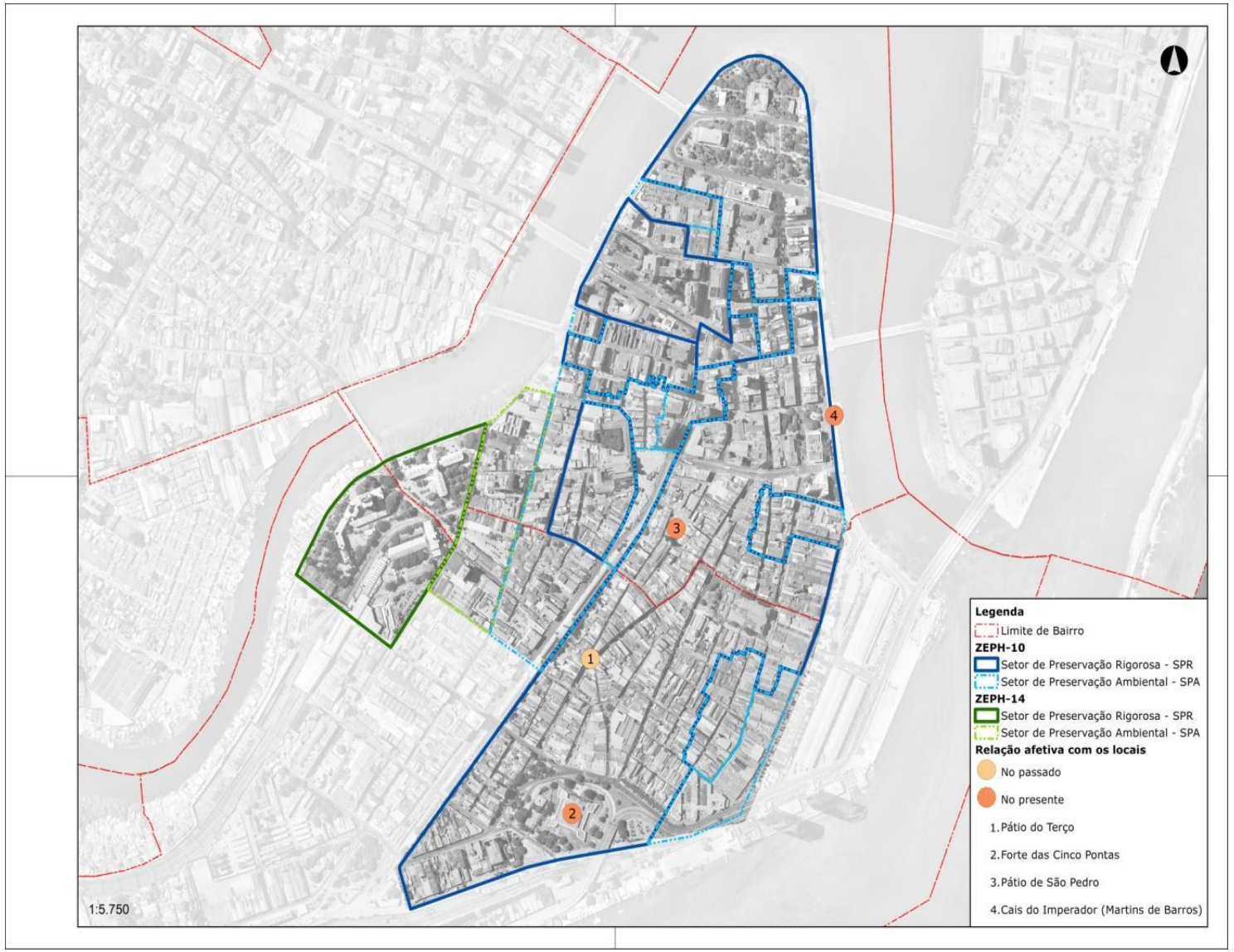
De acordo com os depoimentos coletados para a presente análise, a Dantas Barretos pode ser referendada como a síntese de todos esse processo de desidentificação e quebra na relação de pertencimento, pois tem a unanimidade de ser apontada como o espaço mais inseguro e que tem mais desconfiança dos residentes, isso principalmente depois da intervenção que resultou no atual Camelódromo.

O Calçadão dos Mascates, ou Camelódromo, foi construído no final da década de 1990 na Avenida Dantas Barreto, ocupando seu largo canteiro central. Ele faz parte de um processo de tentativa de acomodação dos ambulantes que ocupavam as ruas centrais do Santo Antônio e São José. No projeto original, compunha-se por módulos suspensos com vão livre no térreo com a proposta de ser multiuso. Ou seja, à noite os comerciantes teriam a disposição os depósitos para guardar seus produtos possibilitando a utilização para outras atividades. Contudo, o equipamento está bastante modificado.

> "Se a gente sair daqui às oito horas da noite, a gente é assaltado com esse camelódromo. Eu acho a coisa mais errada que tem aqui é esse camelódromo. Porque é muito ladrão. Muito. Muita droga. E essas barracas, essas coisas que fica o dia inteiro nas calçada, ninguém vê lá dentro quem tá no meio, porque tão visando a gente" (Moradora01).

> "O camelódromo quando eu fui para ali, eles desceram durante o dia sua mercadoria, colocava nos boxes marcados e à noite subiria que tem um lugar para guardar, tá entendendo? E a área ficava toda aberta, a gente passava. Hoje em dia não. Era um vão livre, hoje em dia além de ser um labirinto, é um labirinto para você... como não tem polícia, eu só ando na calçada do lado de lá do Bradesco. Eu só vou para casa por ali. Quando eu cheguei aqui, só ia por aqui por dentro pela rua Das Águas verdes..." (Morador07)

Ao se montar um retrato das referências positivas, hodiernamente o São Pedro é referendado, já o Terço ficou no passado a sua significância positiva, pois em nenhum dos instrumentos de coletas de dados utilizados por essa pesquisa o estreito pátio foi citado como sendo uma referência cultural, simbólica ou histórica.


1:5.750
Legenda
Limite de Bairro
ZEPH-10
Setor de Preservação Rigorosa - SPR
Setor de Preservação Ambiental - SPA
ZEPH-14
Setor de Preservação Rigorosa - SPR
Setor de Preservação Ambiental - SPA
Relação afetiva com os locais
No passado
No presente
1.Pátio do Terço
2.Forte das Cinco Pontas
3.Pátio de São Pedro
4.Cais do Imperador (Martins de Barros)

Simmel em “A metrópole e a vida mental” (1987) diz que ao ser ultrapassado um certo limite físico de uma cidade, as relações econômicas e pessoais da população e a esfera da predominância da cidade sobre sua zona não-urbana crescem como em progressão geométrica. Sendo assim, a expansão do horizonte da cidade está diretamente relacionada ao modo pelo qual a riqueza se desenvolve, e neste sentido, um certo volume de propriedade cresce de modo semi-automático em progressão sempre mais rápida. Ao transcender essa expansão visível, portanto, qualquer cidade dada se torna a sede do “cosmopolitismo”.

Esse caminho é interessante para analisar aqueles fenômenos relacionados às constantes mudanças estruturais que levaram à ampliação do espaço urbano ao se torna um local atrativo para outras populações. Sendo esse “cosmopolitismo”, também, proporcionado pelo aumento da interação das pessoas nativas com o constante fluxo de pessoas que passam pelo local possibilitando a formação de novos padrões de sociabilidade. Nessa proposta, a utilização da construção teórica de Simmel pode ser útil para analisar os depoimentos dos antigos moradores, e perceber como eles vivenciam a nova dinamicidade de um espaço público desconhecido, principalmente pela intensa modificação que o bairro foi submetido.

O caso do Bairro São José parece bem exemplar nesse processo de modernização na busca por um crescimento da ordem econômica, que desarticulou modos de vidas e gentrificou espaços para dar passagem a uma vida pretensamente cosmopolita. Uma das principais marcas dessa reforma foi a retirada de residentes, seja através da demolição de imóveis de uso residencial ou a desapropriação e mudança de uso.

Nascimento (2004, 2011) em sua pesquisa sobre ações modernizantes no Recife traz depoimentos que evidenciam como moradores foram um percalço no caminho da modernização pretendida. O contexto em questão é a transformação do Pátio de São Pedro no início da década de 1970, que coincide com o final da construção da Avenida Dantas Barreto (1930 1970), em um complexo turístico.

Nesta época o pátio era um lugar onde pessoas pobres que não estavam inseridas no comércio formal exerciam atividades comerciais e muitas vezes moravam no estabelecimento. Para parte da população, essas pessoas recebiam significações estereotipadas e que não mereciam ocupar aquele lugar, pois não estava à altura de uma das mais belas igrejas da capital pernambucana (DIÁRIO DE PERNAMBUCO,

05/12/1970: 5, 1º Caderno, apud NASCIMENTO, 2011). Um lugar cheio de desconfiança que precisava ser mudado para acolher a vida moderna.

Para as pessoas que residiam no São José nesta época e que foram entrevistadas para o presente diagnóstico, não se relata essa desconfiança para com esse público ora marginalizado nos depoimentos compilados por Nascimento (2011). Por outro lado, como visto em outras passagens do presente texto, os moradores do lugar cultivavam relações de evitação para com pessoas que não eram familiar ao bairro. Isso pode ser compreendido, juntamente com o policiamento moral sobre os lugares e seus frequentadores, enquanto o estabelecimento de um controle social comunitariamente gerido.

Nesse sentido, a capacidade gestão desses valores até então compartilhados entram em crise principalmente após a conclusão e consolidação da Avenida Dantas Barreto. A mudança abrupta na vizinhança, nos usos, na dinâmica espacial e no fluxo de pessoas faz com que seus antigos moradores, suas referências culturais e as dinâmicas de convívio que viabilizavam a identidade do bairro entre em colapso. Não se trata, pois, de um processo de complexificação e perda de controle a partir da urbanização, mas de um rápido declínio de valores socioculturais, dos grupos sociais que os detinham e dos espaços sociais para mantê-los.

Como observado, muitas mudanças foram relatadas na dinâmica do espaço urbano em análise que configurou um processo de urbanização nos dizeres de Simmel (1987). Nesse sentido, autores da antropologia que definem a antropologia urbana como estudos de sociedades complexas (VELHO, 1982; MAGNANI, 2003; DURHAM, 2004) dizem que contextos urbanos são aqueles que se apresentam bastantes diversificados, diferenciados e heterogêneos principalmente a partir da presença de pessoas “duvidosas”. Evidencia-se, neste caso, a necessidade de um maior controle sobre o espaço público, diante dos processos de complexificação e diferenciação, diante da experiência de maior individualização e estranhamento. É exatamente isso que se observa nas narrativas das pessoas que experienciaram todo o processo de mudança e a perda de liberdade em um lugar que lhes era familiar.

> “A gente ficava com as cadeiras na rua, ia pra praça das cinco pontas... e a gente tinha a liberdade de passear pelo bairro. E ir ali pela rua Nova, pelo rua da Imperatriz. Ver as vitrines que ficavam acesas, né? Eles apagavam a luz às dez horas da noite, então de cinco e meia até às nove horas a gente podia ficar ali pela rua da Palma, pela rua Nova, pela rua da Imperatriz pra ver as vitrines com as novidades que eram apresentadas. Cinema era moderno, né? Era moderno. Do lado de cá, era o Trianon e o

> Moderno, né? E aqui tinha também o cinema. E aí pronto, dava pra gente passear, se movimentar...” (Moradora 02)

Ao longo de todo o processo histórico analisado pela presente pesquisa, a Avenida Dantas Barreto assume um protagonismo pela reconfiguração residencial e pelo efeito repelente que ela causa na vida comunitária dos bairros em que a análise está detida.

Entre as condições necessárias para a sua construção, a remoção de ruas, em sua maioria residências, foi a que mais afetou a vida das pessoas, de acordo com os discursos coletados. Isso resultou no esfacelamento das relações comunitárias, a migração de muitas famílias para outros bairros e uma remodelação do comércio que antes atendia aos residentes e suas especificidades. “Todas as casas era residencial. Era melhor. E depois da avenida [Dantas Barreto] piorou.” (Moradora05).

A consolidação da supracitada avenida ao longo dos anos forjou toda uma dinâmica que comprimiu os remanescentes e os novos residentes ao seu entorno. Segundo os depoimentos dados, o principal aspecto negativo é o da segurança. Na contemporaneidade, a Dantas Barretos tem a unanimidade de ser apontada como o espaço mais inseguro e que tem mais desconfiança dos residentes, isso principalmente depois da intervenção que resultou no atual Camelódromo.

Se um dia o bairro de São José tinha uma malha comercial que atendia às necessidades dos residentes do bairro, hoje essa ocupação inexiste, como é possível perceber no relato da Moradora01. Da mesma forma, um dos moradores mais recentes, o Morador 05, alerta sobre a importância de ocupar os espaços com usos variados como forma de preservar, “dar vida”.

> “Tinha muito comércio. Muito mesmo! Assim, de padaria, de lanchonete, tinha carvoaria(...) tinha carvoaria que hoje não existe mais. Tinha uma fábrica de prego, na esquina com a Tobias Barreto que era com a antiga Dias Cardoso. Tinha açougue - porque era residencial - tinha açougue. Não tinha mais comércio do que hoje, mas eu digo assim: se as pessoas quisessem comprar carne, verdura, essas coisas: não precisava se deslocar pra longe. Porque lá tinha muita mercearia, que hoje em dia a gente aqui no bairro de São José não tem mais, entendeu? Essas coisas assim. Esse comércio mais pra morador mesmo.” Moradora01

> “Ocupar esse vazio, porque a ocupação gera preservação, primeiro isso. E ela gera uma demanda por usos mais ligados à habitação.”

O fenômeno da desertificação residencial é consensualizado como o principal fator negativo para os moradores do lugar. E Como resultado disso, tantas outras

questões negativas associadas à moradia no bairro foram citadas: segurança, falta de um comércio mais específico aos moradores, ausência de espaços para lazer foram os mais destacados. Para os residentes entrevistados, todos esses aspectos negativos estão de alguma maneira associados ao projeto de modernização emplacado pela larga avenida que partiu o bairro e, conseguintemente, a vida social deste ao meio.

3.7 As Paisagens Retratadas e as Significâncias

Uma parte da coleta de dados fez uso de imagens antigas da ZEPH 10. Para tanto, após pesquisas em bancos de imagens, foram selecionadas sete imagens: Basílica da Penha / Rua Das Calçadas, Basílica de Nossa Senhora do Carmo, Cais de Santa Rita, Forte das Cinco Pontas, Mercado de São José, Pátio do Terço e Pátio de São Pedro

Por meio desses instrumentos imagéticos, buscou-se compreender qual as impressões despertadas em relação as moradoras mais antigas, as quais tivemos acesso. A partir disso, era pretendido suscitar reflexões acerca dos processos de mudança das paisagens na cidade e reconhecimento de traçados e aspectos arquitetônicos. Como resultado dessa experiência, buscamos compreender as percepções sobre as diferenças sociais, estéticas e da significância dos lugares.

Outro intento foi fazer uma análise sobre os processos e as práticas sociais e culturais que contribuíram para o processo de formação e redefinição dos “lugares onde se vive”. Neste sentido, quer se responder em que medida as imagens guardam na sua superfície sensível a marca indefectível do passado (MAUAD, 2012). Ainda mais: um dia elas já foram – ou ainda são – memórias presentes ou testemunho do espaço que não existe mais, mas que por essas fotografias estarão próximos àqueles que as narram.

As principais referências aos lugares apresentados pelas imagens fazem menção a um passado que, via de regra, foi identificado enquanto melhor do que o presente. As paisagens que mais suscitaram esse tipo de reflexão foram as do Pátio de São Pedro, do Pátio do Terço, do Mercado de

São José e do Forte das Cinco Pontas. Como já visto, esses são os lugares que mais guardam importância em relação à significância para os moradores.

A fotografia do Mercado de São José foi a única identificada por todas as entrevistadas. Para a Moradora 1, “mudou muito pouco. Só tem mais barraca e sujeira. A sujeira é muito grande. Aquele lado do peixe é uma imundice!”. Nessa mesma linha lamenta a Moradora 2: “o mercado tá uma vergonha. Infelizmente não é mais aquele mercado”.

Uma importante constatação a ser feita é a referência aos momentos de lazer experienciados nos lugares onde viveram boas lembranças. Destarte, há um destaque para os Pátios do Terço e de São Pedro e o Forte e Praça das Cinco Pontas. Sobre esse último a Moradora 1 diz:

> “eu gostava do forte das cinco pontas, porque ali antigamente tinha uma praça. Ali antigamente tinha uma praça que tinha brinquedo. Um parque infantil. Tinha... com escorrego, com balanço. Com banquinho pra sentar – quehoje em dia ainda tem porque botaram aquele monumento ali, num foi? Pronto ali tinha um parque. Da prefeitura. Eu ia muito pra lá. (...) Eu gostava também de ir pro Pátio do Terço. Das cinco pontas... tudo ali pertinho. E eu também morava ali perto. E Pátio de São Pedro a gente gostava também de ir. Ali pro carnaval”.

Tanto no caso do Mercado quanto da última fala, as significâncias suscitadas pelas imagens fazem referência a uma paisagem que vai além dos contornos arquitetônicos. Quando fazem referências às mudanças elas falam do uso. Aqui a noção de paisagem social aparece de forma mais complexa ao se descolar das edificações, pois, essas “pouco mudaram”. Vai além ao se mencionar como era e como é o uso.

O Forte das Cinco Pontas traz um bom exemplo de como a paisagem é composta pelo seu uso, três referências foram feitas ao lugar e se referem a três usos distintos que a edificação teve ao longa da sua história: museu, forte e quartel. “Aqui é onde tinha o quartel que agora é o museu”, falou a Moradora 1.

No entanto, quando se olha para as menções devotadas ao Cais de Santa Rita, as mudanças físicas são mencionadas e percebidas. O primeiro ponto a ser salientado é que apenas a Moradora 4 o identificou: “era um rio,

não era aterrado não. Mais ou menos onde tem o fórum Paula Batista era rio, era praia. Vendia siri mole, essas coisas". De toda forma, o uso atual do espaço foi tido como pior do que era no passado. Inclusive porque à época da Rodoviária aquela região do bairro de São José era mais viva, mais movimentada e isso era melhor para os moradores: "quando era rodoviária, ajudava muito aqui. Era muito movimentado quando era rodoviária" Moradora 2. Mas hoje, para a Moradora 1 o lugar é uma das piores referências para Recife: "É uma imundice! É uma vergonha para Recife aquele Cais de Santa Rita".

Diante desses significados atribuídos às paisagens, os encaminhamentos possíveis de seres extraídos direcionam para o equilíbrio dos usos das edificações. As paisagens compreendidas pelas interlocutoras remeteram às lembranças dos lugares compostos pela sua dinâmica dentro do complexo cultural em que está inserido. Os elementos estáticos, aqueles edificantes de "pedra e cal", sempre estiveram ali, como relatado pelas interlocutoras. Mas a relação com os espaços mudou e os eventos que deixaram de existir não encontraram substitutos equivalentes, o que faz essas mudanças se equivalerem a processos de perda, elementos tirados docotidiano das Moradoras.

Das interações experienciadas e narradas a partir das sete paisagens retratadas, apenas a comercial foi remetida ao presente, ou seja, é a única que perdurou e acompanhou as mudanças do tempo do "lugar onde se vive". Esse foi o caso da Basílica da Penha / Rua Das calçadas, que para a Moaradora 1 "o comércio ali é o melhor comércio que tem aqui no bairro de São José. Acho que no centro da cidade é o principal, o que tem mais movimento". Essa é uma constatação que está conectada aos outros argumentos trazidos ao longo do presente texto, posto que uma das principais referências atribuídas à ZEPH 10 é atividade comercial.

Por tudo isso, mais uma vez é importante pontuar que a diversidade de usos reforça a preservação patrimonial e mantêm viva a interação com os distintos públicos que fazem uso e preservam a memória social das paisagens.

3.8 O novo recife

Ao retratar a situação do bairro em que vivem, as pessoas entrevistas evidenciaram muitos descontentamentos e lamentações por conta de uma relação que foi sendo desfeita ao longo dos anos. Como visto, os elementos que protagonizavam o pertencimento de morador em relação ao bairro foram sendo eclipsados ao ponto de muito sumirem. Isso porque, se no passado o bairro de São José era predominantemente residencial e estava constituído por uma rede de estabelecimentos e usos imobiliários equilibrados entre comércio e residência, a intervenção daqueles processos de modernização marginalizou os residentes e os destituiu do bairro que passou a ser predominantemente comercial.

Essas intensas modificações urbanísticas iniciadas no século XX, que priorizaram a modernização através de obras marcadas pela reurbanização e o reordenamento urbano de caráter viário destinadas ao tráfego preferencial dos automóveis particulares (Nascimento,2011), careceram de um diálogo com a população que foi mais afetada. E por isso ficaram às cegas sem saber como seria o bairro no futuro. Esse futuro é o presente descrito aqui: espaços condicionados ao convívio mediado por relações mercantis onde a vida residencial foi embarreirada. É por isso que ao compor o cenário de convivência e sociabilidade com o bairro, os residentes traçam uma cisão entre a explosão de vida trazida pelo horário comercial, “mas depois das 18 horas, 7 horas (da noite), aí fica um deserto” (Moradora 03) e o estéril momento da noite.

Hoje esse mesmo grupo de pessoas vive expectativas semelhantes com o projeto Novo Recife e a reestruturação do Cais José Estelita. Esse versa sobre o remodelamento do Cais que faz fronteira com o bairro de São José ao seu lado sul. Dentre diversas ações de mitigações das intervenções do Novo Recife, está a restauração da Matriz de São José e o paisagismo do entrono do Forte das Cinco Pontas. Ambos destacados pelos interlocutores da presente pesquisa.

> “Eu tenho muita esperança que o projeto do Estelita fique pronto, né? Porque o Estelita ficando pronto, aquilo ali vai ficar uma maravilha, né? Aquilo ali ficando pronto, o bairro de São José vai... aquele pedaço onde eu moro, vai ser o filé do projeto, né? Vai tirar o viaduto (Das Cinco Pontas), vai expandir pra uma área mais de lazer, a gente vai ter todo o cais José Estelita passando sem ter que subir o viaduto arriscando ser assaltado e chegando no cais José Estelita morrer, aí com aqueles prédios ali, já vai ter segurança, já vai ter tudo. Eu acho que esse projeto do Estelita vai ser um grande marco para o Bairro de São José e Santo Antônio. Mesmo entendendo que ali vai ser uma coisa muito moderna, mas assim, eu

> critiquei muito, no início, as torres gêmeas, eu achei que elas não combinariam com a paisagem do Recife e hoje eu já acho que as torres gêmeas foi uma coisa feita quando o Recife foi feito. Todas as fotos, é tão bonita as torres gêmeas, é tão bonito aquela coisa super moderna do (Shopping) Riomar. Aquela ponte, aquela coisa, são lindas, aquelas fotos. Então eu acho que a gente vai se acostumar breve com aquilo ali." (Morador 07)

> "Na matriz de São José que agora não é mais. Porque tá caído. Esperando, como eu disse a você, fazer o trabalho no cais José Estelita - que não faz nunca. O prefeito e o governador nunca visitou aí a matriz pra ver o estado da matriz de São José, pra fazer uma reforma. Dizem só que esperem a construção do Cais José Estelita, que eu acho que, isso, eu vou morrer e não vou ver." (Moradora 01)

Essas duas falas reforçam todos aqueles recortes que ressaltaram a centralidade do Forte das Cinco Pontas como uma importante referência para os moradores. Assim como a Matriz de São José, que no gráfico referente à sinalização dos patrimônios que precisam de cuidados mais urgentes, esse protagonizou com 38% das indicações. Para os moradores, portanto, essa intervenção projetada pelo Novo Recife envolve muita mais benefícios do que riscos para a infraestrutura do bairro.

Ainda assim, pelas narrativas aqui analisadas, assim como no passado, esse grupo de pessoas que será afetado por todo esse processo de reestruturação urbanística não foi consultado. Contudo, diante o exposto, é possível inferir que, na linha imaginária traçada por essas pessoas, há a promessa de que no seu bairro lugares de socialização e lazer surgiram mesmo que isso ainda seja uma esperança, como disse o Morador 07.

4 CARNAVAL E O PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

Não existe consenso sobre qual bloco e, portanto, qual o bairro onde nasceu o primeiro bloco lírico do Recife. No entanto, uma compreensão bastante difundida, baseada nas investigações do historiador Leonardo Dantas da Silva, é afirmado que foi o Bloco das Flores, do bairro de São José, o primeiro desse tipo a ser fundado. Muito embora haja uma versão que reivindique aos Batutas da Boa Vista esse pioneirismo, é certo que ambos são do ano de 1920 e esse pormenor não é suficiente para que se desvincule do São José a sua reputação de principal lugar dos blocos líricos do Recife durante grande parte da história do carnaval da cidade.

Nessa medida, embora levando-se em conta a existência de questionamentos desse tipo, o foco dessa abordagem se dará em relação aos processos de manutenção dos fazeres e memórias relativas ao carnaval do São José. Para tanto, buscar-se-á compreender alguns elementos sobre o processo de formação desses blocos, alguns embates vivenciados entre os blocos líricos e outros tipos de agremiações carnavalescas, como um processo de estabelecimento da identidade do carnaval do bairro de São José.

Um dos elementos fundamentais aos blocos líricos é a participação feminina por meio das “pastorinhas”. A princípio, essas cantoras eram vinculadas exclusivamente a manifestações culturais do ciclo natalino, tanto o pastoril, quanto o reisado. Os grupos responsáveis por essas celebrações ou festejos é que acabaram por incluir vocais femininos durante as festividades de momo. Ao fazê-lo incluíram as mulheres no carnaval e em seus locais de realização, como os bailes de clubes. Além dessa importante diferença, a marcha que conduz os blocos se dá em ritmo menos acelerado, o que, por vezes também é referido enquanto consequência da suavidade dos vocais femininos.

A divisão sexual tradicional dos blocos, idealiza que exclusivamente aos homens caberia o papel de reger a orquestra de pau e cordas e determinar a ordem das músicas a serem executadas. A partir do perfil dos instrumentos (violão, violino, cavaquinho, clarinete, percussão) atribui-se enquanto locais de ensaio “orgânico” e originário desses blocos, os saraus e serenatas acontecidas no centro do Recife no princípio do século XX. É nesse ambiente social, notadamente mais frequente nos bairros de São José, Santo Antônio e Boa Vista, onde aconteciam reisados e saraus, que os blocos líricos se tornam mais recorrente.

Em geral, as letras das marchas guardam elementos românticos e cultivam desde as primeiras composições mais famosas um saudosismo de tempos passados, como é o caso de “Último Regresso”, composição de Getúlio Cavalcanti, realizada em 1980, em homenagem ao bloco Banhistas do Pina, mas executada até hoje por todos os blocos mistos e líricos durante o período carnavalesco:

> Falam tanto que meu bloco está. Dando adeus pra nunca mais sair. E depois que ele desfilar, do seu povo vai se despedir. No regresso de não mais voltar, suas as pastoras vão pedir: Não deixem não que o bloco campeão guarde no peito a dor de não cantar. Um bloco a mais é um sonho que se faz. Nos pastoris da vida singular. É lindo ver o dia amanhecer, Com violões e pastorinhas mil. Dizendo bem que o Recife tem o carnaval melhor do meu Brasil.

A temática, ritmo, composição de orquestras, vocais – inclusive em relação à participação feminina –, são todos elementos notadamente burgueses. Trata-se, portanto, de uma modalidade típica do carnaval do Recife onde as tradições e modos das famílias ganham espaço nas festividades. A tradicionalidade das famílias é, inclusive, percebida a partir dos integrantes do corpo dos blocos: “senhoras e moças que, habituadas aos pastoris, presépios, ranchos de reis e procissões, formavam o coral. Já a ala masculina dedicava-se à formação da orquestra e a tomar conta de suas filhas, esposas, irmãs, noivas, noras e amigas.” (ARAÚJO apud VILA NOVA, 2006, p. 50). Tratava-se também, portanto, de uma forma mais controlada da burguesia se integrar na festa popular.

Ainda segundo Vila Nova, essa configuração não teve longa duração e entrou em declínio rapidamente:

> “Já na década de 50, observa-se que a maioria havia desaparecido, seja devido a dificuldades financeiras, seja por conta das mudanças estruturais por que passava a cidade, principalmente nas áreas centrais, como São José, Santo Antônio, Boa Vista, bairros que aos poucos deixavam suas características residenciais e se transformavam em centros comerciais. Dessa época, o cancioneiro do frevo-de-bloco deixou registradas canções que falam da saudade daquelas agremiações e das pessoas a elas ligadas”. (VILA NOVA, 2006, p. 52)

Nesse sentido, além de compor a identidade de uma classe social e também dos bairros onde se estabeleceram, a partir da trajetória dos blocos líricos é possível também marca as transformações as quais essas identidades e grupos sociais vivenciaram. Esse cenário de decadência deixa de ser aprofundado a partir dos anos

1970, quando o frevo e a experiência nostálgica, tornam-se moda nas ruas, não mais nos ambientes dos clubes. Numa descrição dessa época, Dona Goretti menciona:

> antigamente, moças não entravam em blocos, né? Aí foi criado os blocos líricos, que era justamente para as damas, as filhas dos coronéis, conseguir participar do carnaval. E o primeiro bloco que também é daqui do bairro de São José, é o bloco das flores. Não é mais no bairro, mas é aqui do bairro de São José. Tem Bola de Ouro, que não está mais aqui. Tem pão duro, que também não está mais aqui. Tem algumas que já deixaram de existir, no caso, Donzelo, que era uma grande agremiação aqui do bairro, na época áurea, nos anos 1980, era Donzelo e Saberé. Aí Donzelo acabou, inclusive era aí na esquina, onde tem essa loja grande.

É decisivo para essa retomada do frevo, a compreensão local, amplamente difundida por Gilberto Freyre em artigos de jornais, de que o ritmo deve ser compreendido como uma reação às tentativas de colonização cultural. O autor, inclusive, não apenas exaltava o frevo, como também combatia outros ritmos que ganhavam corpo no carnaval do Recife, como foi o caso do samba. O frevo, portanto, passou a atuar enquanto elemento de resistência à mudanças, o que é expresso inclusive a partir da repetitividade das músicas tocadas todos os anos.

Muito embora o fortalecimento do frevo seja um fato bem estabelecido, um dos berços desse que é música, dança e festa tem vivido um processo de declínio, notadamente após o falecimento da “Dama do Carnaval do Recife”, Badia. Segundo menciona a Moradora02:

> “Não tem nada meu filho. A não ser o bloco de samba Saberé. Que é o único que tá ainda insistindo, permanecendo. Porque as demais agremiações, acabaram-se todas e se mudaram, né? Você tinha Vassourinhas, foi embora pra Afogados, Batutas de São José, foi pra Afogados... Bola de Ouro, foi-se embora pro Morro da Conceição e as outras se acabaram”

4.1 “Commedia Dell'Arte” das Verdureiras do São José

Embora seja verdadeiro que o carnaval do São José já não é mais reconhecido da mesma forma, outras agremiações ainda persistem em continuar desfilando no carnaval. Na rua do Ramos, por exemplo, uma mesma família é responsável por duas das últimas agremiações que, ao mesmo tempo, levam o nome do bairro, desfilam no bairro e ainda estão sediadas no São José. A tradição da família nasceu com a mãe, como narra a filha primogênita:

> “Minha avó cozinhava… a data… minha mãe tinha nove anos, hoje ela tem oitenta e três [provável ano de 1945]. Quando ela tinha nove anos, ela veio pra cá com a família. E, você sabe, Rua das Águas Verdes vai bater no Pátio de São Pedro. Ela muito curiosa, saiu andando e foi bater no Pátio de São Pedro. O então presidente dos Batutas de São José, seu Bandeira, que era alfaiate, tava fazendo coisas com brilhos… e ela se encantou. Ela se encantou com isso e ficou indo todo dia lá e ficava olhando…
>
> Então ele perguntou: como é seu nome?
> Aí ela disse: meu nome é Seví.
> Bandeira: Você é de onde?
> Seví: Eu moro nessa rua aqui, lá no fim.
> Bandeira: E você faz o quê aqui?
> Seví: A gente é do interior, a gente tá morando ali agora, mas eu tô encantada com os seus brilhos.
> Aí foi quando surgiu a paixão da minha mãe pelo carnaval. Ela era tão pequena na época, que não podia nem pegar em uma tesoura. Não cabia a tesoura na mãozinha dela… ela entrou no universo do carnaval através de Seu Bandeira e ele levou ela pra conhecer, na rua das Calçadas, o Bloco Vassourinhas. E Arlinda Cruz, que era a pessoa que fazia estandartes e fantasias, ensinou ela a bordar. Então, através de seu Bandeira e Arlinda, minha mãe aprendeu uma profissão. Que essa profissão que vem de uma paixão dela
> (...)
> Minha mãe, nesse universo, aprendeu uma profissão. Se tornou uma grande artesã. Costurou para inúmeras agremiações. Hoje é uma pessoa altamente debilitada do próprio ofício… e foi uma grande batalhadora do carnaval do São José. Minha mãe não tem a consciência hoje, mas a casa já tá ficando cheia de brilho e ela já tá outra pessoa. Tudo isso é o amor e a paixão pelo carnaval. Eu digo sempre a ela: não sei se quando você for embora, eu vou ter essa coragem pra manter o seu legado. Mas ela diz que onde tiver, vai vir me aperrear pra eu fazer o carnaval. (risos)

Por conta da profissão, do lugar de moradia e da paixão pelo carnaval, dona Seví e Badia tornaram-se comadres. E dessa relação, perpetuou-se não apenas laços de amizade, mas também atividades carnavalescas, como continuou narrando a primogênita:

> Ela gostava muito e era muito ligada a Maria de Lourdes Badia, do pátio do Terço, e minha madrinha também era costureira de carnaval. A minha madrinha foi criada por aquelas negras que vieram… tanto é que a cerimônia da noite dos tambores é uma coisa que também foi incentivada por a gente enquanto a gente tava à frente da Associação de Moradores do Bairro de São José. Aí minha madrinha tinha uma paixão por essa troça “Verdureiras de São José”. E essa troça é de 1889. Que era justamente das pessoas que eram verdureiros no bairro de São José. Era uma troça muito animada, muito bacana, que saía, mas você sabe que naquela época tinham as brigas... Não sei com quem foi a briga, mas na última vez que Verdureiras saiu há muito tempo atrás, teve uma morte. Que como tem essa disputa de bairro pra bairro, acredito que tenha sido com uma agremiação dos Coelhos. Aí por conta dessa morte, colocaram as Verdureiras no

> museu. E minha madrinha Badia ficava na cabeça da minha mãe: tire as Verdureiras do baú. É tão bom as Verdureiras…. Mas foi uma época que minha mãe, de tanto costurar pro carnaval, ela dizia: eu costuro pra todo mundo, vejo tanta coisa bonita, faço tanta coisa bonita, mas nada disso é meu. Aí há quarenta e um anos atrás [1978], com a ajuda de amigos, ela fundou o Pierrot de São José, que é um bloco lírico. Então, foi uma homenagem a "commedia dell'arte", um sonho que ela teve quando era jovem e ela fundou o Bloco Pierrot de São José, tirou "As Verdureiras" do baú, como madrinha Badia tanto insistia e estamos nessa luta desde então. Tudo é a gente que faz. A história da gente não consegue se desvincular do carnaval.

Parte da melancolia expressa pela nossa entrevistada, se relaciona com a desesperança de estarem, desde o momento da fundação, testemunhando o enfraquecimento do tradicional carnaval do bairro. Em um dos trechos da entrevista, dona Goretti nos oferta alguns dos elementos que constituíam o carnaval dos anos de 1970, bairro, justamente a década de retomada das tradições do lugar:

> os carnavais antigamente eram assim: aí na rua da Concórdia era… um jornalista chamado Oscar Melo, ele tinha uma casa bem grande que hoje é um negócio de um hotel. Lá no final da casa dele tinha uma sala bem grande e uma mesa de comida: bolacha, biscoito, doce, tudo o que você imagina. Aí as agremiações vinham, Bola de Ouro, Vassourinhas, Pão Duro e elas paravam nas casas. Elas vinham, tocavam, tocavam, dançavam, quando terminava aquela dança, entravam os músicos e as pessoas fantasiadas pra fazer o lanche. E uns davam dinheiro e outros davam troféu… eram as 'comissões' que existiam antigamente.

A partir do seu relato, compreende-se as "comissões" como partes representativas dos integrantes das agremiações, que se reuniam como uma delegação para ir a um local específico de desfile, que haviam sido convidados. Nesse sentido, fazia parte do bloco, os desfiles para competição, como forma de sustentabilidade financeira da agremiação, embora essa fosse uma parte importante, desfilar para a comunidade do lugar era uma obrigação que cada bloco tinha que cumprir. Citando um exemplo sobre como aconteciam as "comissões":

> Por exemplo, os Estudantes de São José, a gente saía daqui pra Afogados, andando, pra fazer uma 'comissão' em Afogados e voltava andando. Hoje em dia ninguém quer mais ir assim. Se for pra ir daqui pro São Pedro, quer carro pra levar. Músico, bateria, tudo, todo mundo ia andando, orquestra de frevo, tudo.
> (...)
> Hoje você tem uma diferença muito grande de ciclos carnavalescos. Você tem aquele bairro, tem aquele polo, mas nem as pessoas do próprio bairro vão ver as agremiações carnavalescas. Eu acho que devia ter um trabalho antes, perguntar se as agremiações querem que o pessoal venha pra cá?

Nesse sentido, Goretti aponta enquanto diferenças fundamentais entre os carnavais contemporâneos e a manutenção das agremiações atualmente em relação ao passado, são os laços de solidariedade que existiam outrora e já não são mais praticados atualmente. Enquanto símbolo da contemporaneidade, a entrevistada faz referência ao maior bloco carnavalesco do bairro e que é midiaticamente entendido enquanto elemento central do carnaval do Recife: o Galo da Madrugada. Sobre isso, ela comenta:

> A agremiação carnavalesca está incutida no bairro e ela é como se fosse uma célula da comunidade. Porque não é só ter uma agremiação enquanto é carnaval. Tem uma pessoa que tá precisando de uma assistência, a gente vai… e a agremiação não tá no ciclo só carnavalesco. A gente tá inserida no natal… todo ano, a gente que faz o bloco, faz jantar e vai distribuir merenda. Aqui mesmo: tem uma pessoa que chegou agora de outro estado, que tá ali precisando de uma assistência social, aí dizem: vá ali no Pierrot que as meninas ajudam. A gente tem essa obrigação. O Galo da Madrugada, pelo potencial que ele tem, poderia alavancar a gente.
> (...)
> A gente tem, hoje o Galo da Madrugada, mas com todo respeito, ele não é uma agremiação, ele é uma empresa. Acho muito louvável que tenha conseguido tudo isso que conseguiu, só que ele é incapaz de ajudar à comunidade de onde ele faz parte.

Portanto, a lógica empregada para compreender a interação da agremiação com o lugar do qual faz parte, se relaciona com a tradição a partir da qual foi possível retirar As Verdureiras do “baú” e também surgir o Pierrot de São José: os laços comunitários que tinham como elemento central Badia e a comunidade do Pátio do Terço. Como é narrado sobre a atuação da “Dama do Carnaval” em relação ao amparo às agremiações:

> Madrinha Badia era costureira. E ela gostava da alegria na casa dela, entendeu? Ela gostava de alegria, da festa. E chegou na casa dela, era bem-vindo, bem recebido, era como se fosse...
> (...)
> Saberé, Donzelos, Estudante, qualquer agremiação que não tivesse pra onde ir, Pátio do Terço, 143. Os carnavais eram muito bons porque a gente via nas ruas as pessoas, as pessoas saíam pras ruas. Os grupos desfilavam nos seus próprios bairros. Porque, tem sentido? Tá certo você ir até pra um outro lugar, mas você não desfilar na sua própria comunidade, tem sentido? Não é carnaval, né? Porque, tá certo, aqui você não tem o público, mas não tem o público porque se acostumou ao que as pessoas não veem mais. Ou você vai pro concurso, ou não vai pra canto nenhum.

Por fim, Dona Goretti ainda acredita na possibilidade de fortalecimento do carnaval no São José. Porém, para que isso seja possível, entende a necessidade de

as agremiações serem fortalecidas, transcendendo apenas a atividade alegórica durante o carnaval e transformando-se numa referência sociocultural mais abrangente para a população. Portanto, as agremiações seriam algo mais próximas a núcleos de representação sociocultural, atuando também na assistência aos moradores dos bairros e fortalecendo relações de solidariedade. Assim, embora o contexto atual não seja o mais favorável, a entrevistada vislumbra possibilidades de transformação, ainda em consequência dos laços comunitários do passado:

> Hoje a situação de vizinhança aqui é pouquíssima. Você tem essa rua e tem outras que tem moradores. Mesmo as pessoas que saíram do Bairro de São José, mesmo essas pessoas, no carnaval, elas vêm pra cá. Porque é uma ligação muito forte. Mas lógico que hoje a gente tem uma privacidade [se referindo aos portões] por conta da violência. Se precisar sair daqui a uma da manhã, eu saio porque conheço todo mundo, mas não é aconselhável. Quando começa a tocar um bloco, o pessoal vem pra cá, conversa, e gosta, aplaude, não se incomoda de jeito nenhum. Mas antigamente, porque a gente tá aqui a quarenta e dois anos

4.2 Desterritorialidade dos Estudantes de São José

Mas a partir da pesquisa também foi possível registrarmos outro tipo de carnaval nos bairros de Santo Antônio e São José. Este, embora também dependente de relações comunitárias, tinha nos desfiles competitivos, uma das razões para acontecer, como narra seu Berilo (presidente-carnavalesco-diretor da Estudantes de São José:

> A sede do Estudantes era no Pátio do Terço, o povo que morava ali era todo mundo Estudantes, não tinha comércio tão grande. Era muita gente e muita gente que ajudava. Tinha dinheiro, a gente saía no luxo. (...) A gente não brigava com eles. (...) formos 7 vezes campeões em cima de Gigantes do Samba. E todo mundo ajudava, porque a gente representava o samba de Pernambuco. Tinha arte, riqueza, luxo e apresentação boa. A escola já teve sete campeonatos encarrilhados, um atrás do outro. Era a escola de samba mais luxuosa que tinha em Pernambuco. A gente se apresentava nesses hotéis todos de Recife, ganhava dinheiro, mas também gastava muito. E quando chegava no carnaval, a gente ajudava, dava refeição pro povo de Gigantes. (...) Eles vinham andando do morro. (...) São muitas histórias. No primeiro ano saí de destaque, no segundo ano (...) quando eu cheguei lá, tava o povo todo chorando, dizendo que Estudantes não ia sair, por causa de dinheiro, eu disse que tinha dinheiro. (...) O tema foi Volta ao mundo em 80 dias, a gente saiu com um samba de Jamelão. [entrevistado começa a chorar] - É uma doença. Carnaval é uma doença. [pausa] Quando cantou o samba, as luzes do chapéu acenderam todas, eram 40, 50 batuqueiros, ficou bonito. De lá pra cá fiquei, fazendo todos os sapatos, sem cobrar nada.

> Eu tinha um fabril de sapato. As coisas são mais fáceis quando se tem dinheiro.

Portanto, os laços comunitários do São José não se relacionam apenas à solidariedade, mas também eram acionados com o intuito de capitalizar desfiles, diante da paixão que era fazer parte de um bloco de carnaval:

> Eu tinha uma madrinha que já saía com Estudantes e me pediu para começar a ajudar. Na época, Estudante era muito rica, só saía gente que tinha dinheiro, só recolhia no Náutico. Era tudo cheio de coisa. (...) Porque naquela época o povo amava seus clubes, era pior do que jogo de futebol. O pessoal de Gigante não podia se encontrar com o pessoal de Estudantes. Era uma briga. Porque a gente era do asfalto e eles eram do morro. Aí eles diziam que o morro que mandava e a gente dizia que a gente que tinha dinheiro e fazia e acontecia.

Em jogo na disputa do carnaval, entre Estudantes de São José e Gigantes, portanto, estavam mais do que o amor pelas agremiações, também eram as comunidades, os recursos socioeconômicos que as formas distintas de produção de recursos e do carnaval em si eram capazes de produzir. Enquanto o São José se manteve o epicentro da festa de Momo no Recife, Estudantes de São José desfilava exuberância. Mas não só os desfiles tiraram lágrimas do entrevistado, também a própria festa:

> Acabou aquele tempo que a gente saía. Passava a ponte da Rua Imperatriz, aquela ponte abalava. Passava pela rua velha, a ponte da rua velha, entrava onde era a federação, vinha pela rua nova, rua imperatriz, os prédios cheio de gente, a rua toda enfeitada, o povo todo na rua. Isso uns 30 ou 40 anos atrás. Eu mesmo alugava sala na Rua Nova, pra ficar os 4 dias de carnaval. No tempo do carnaval de Arraes, no tempo do carnaval, do que pra mim foi o melhor prefeito e não pagava nada pra agremiação sair.

Em virtude da falta de apoio financeiro, da não atualização das formas de financiamento dos desfiles e do esvaziamento social do Bairro, não apenas o carnaval do São José teve sua festa reduzida, mas também os Estudantes, assim como várias outras agremiações citadas saíram do perímetro do bairro que os nomeia e deixaram de ter relação direta com o território e lugares que conectam à formação do grupo. O interesse de retornar ao São José foi manifestado várias vezes, mas os fatos relacionados a esse intento foram narrados com melancolia:

> Eu fiquei foi contente, porque Estudantes é do bairro de São José. Saí feito doido tirando retrato de todas as casas, fiquei foi contente. E a casa que eu achei, que ser o palácio das escolas de samba, um prédio que tá fechado, que era uma escola municipal, os papéis foram pro cartório, tudo favorável. Disseram que a gente ia ter que tomar conta da praça se assumisse o prédio. De última hora, (...) cancelaram. (...) Mataram uma pessoa lá, colocaram arame, e está lá, mais de um ano fechado. Sem uso. Toda casa que vejo, depois de 1 semana aparece o dono. Limpa a casa, o terreno, bota iluminação. Toda casa que eu acho, tem sempre um projeto, que eles dizem que vão tirar um viaduto e vai passar por ali. Aí na cidade não podemos fazer mais nada. Tá tudo comprometido, e os prédios tudo lá veio caindo.

Segundo a sua narrativa, o próprio processo que o levou à presidência da agremiação tem relação direta com o esvaziamento social e populacional do bairro de São José:

> Uns 8 anos atrás [por volta de 2010 e 2011] o pessoal de Estudantes foi se mudando do bairro de São José, os fundadores foram morrendo, a escola se rebaixando, se acabando, todo mundo indo embora. Ai ficou com Eristácio, um carnavalesco, que morava em Ponta de Pedra (...). A escola saia bonita, mas não tinha título, porque ele não se incomodava. E tinham outros grupos por fora, que faziam os pólos de Estudantes (...). Quando fizeram o levantamento, Estudantes tava devendo, ele pagou tudo, e morreu uns anos atrás. Antes dele morrer, ele falou comigo. Saímos do terceiro lugar pro segundo lugar, no outro ano passamos pro primeiro, no ano que passamos pro grupo especial, ele morreu. Entrou outro, a escola ficou um ano no grupo especial e depois desceu. O presidente deixou tudo abandonado na Rua da Concórdia e falou que tava doente e saiu. Então Edmilson, um diretor antigo, e a filha dele gosta muito da escola, e por isso ele trouxe a escola praqui [pro bairro da Imbiribeira]. Perdemos a sede, porque o então presidente ficou sem pagar e o dono vendeu a quadra, na década de 1990.

Mesmo com as dificuldades enfrentadas, o presidente reafirma a importância da agremiação e seu potencial e a competência dos desfiles. Ao término da entrevista reforçava o sentimento de esperança de que nos próximos anos Estudantes pudesse retornar aos tempos áureos e também ao bairro de origem:

> Estudantes só tá fazendo desfile ruim de 5 anos pra cá. Os outros desfiles foram belíssimos, todos ensaiados. Nós ensaiávamos pra sair, pelas ruas da cidade. Ensaiava os destaques. Não tem um de quinze anos atrás que era ruim. O último que fez, não lembro o enredo, o cantor veio do Rio de Janeiro. O samba foi feito no Rio de Janeiro. Deve ter uns oito anos mais ou menos. Se acabou naquele ano. Foi um ano que a gente não perdia nem pra escola de samba do Rio de Janeiro. A gente perdeu, mas foi tirado da gente. A gente veio com cacho de uva, com cavalo bem bonito com pés levantados pra cima, as areias de veludo. A gente podia perder pro

> Rio de Janeiro, por quantidade de gente, mas na organização, nas alegorias, perdia não. Foi o ano mais bonito que teve. Foi o que me emocionou mais.

4.3 Patrimônio Imaterial, *Carnival* e Fragmentos do São José

Durante as pesquisas, a gestão do carnaval foi sistematicamente citada enquanto um elemento descaracterizador dos desfiles tradicionais e empecilho para que as agremiações voltassem a desempenhar a mesma importância social de outros tempos. Muito embora o posicionamento de lideranças das agremiações possam ter relação direta com o cenário político partidário e críticas a determinadas gestões possam se relacionar com esse aspectos que propriamente a gestão das políticas culturais, é necessário que se leve em conta os apontamentos para uma apreciação mais minuciosa.

Quando se referem, por exemplo, ao formato utilizado para as apresentações e desfiles realizados em palcos montados durante a programação oficial do carnaval do Recife, o fazem ressaltando a posição periférica que blocos, troças, maracatus e afins, são postos nesse formato organizacional. Em termos antropológicos, podemos compreender enquanto duas formas distintas de ritualização e realização de festas, no conceito de Da Matta, a diferença fundamental entre “carnaval” e “carnival” (MATTA, 1997).

Esses dois tipos ideais de celebração idealizados por Roberto Da Matta, imprimem arquétipos que se mostram pertinentes para alguns apontamentos. O primeiro deles é que “carnival”, desenvolvido no âmbito da sociedade estado-unidense, pode ser compreendido enquanto:

> “um evento especializado e bem localizado, uma zona marcada onde pode ocorrer” e ainda “a própria localização desses *carnivais* é nas fronteiras das cidades; entre bairros comerciais e residenciais, nos seus limites e em zonas limiares, neutras ou mortas, frequentemente desocupadas ou abandonadas. Exatamente como o carnaval de Nova Orleans” (MATTA, 1997: 158).

A partir disso, o autor compreende que a noção de *carnival* se relaciona com a especialização de lugares como forma de regular relações sociais. Marca-se, portanto, determinados espaços enquanto próprios para determinada ordem de comportamento sociais previamente regulados, assim como as pessoas tendem a ter

determinados comportamentos sociais e corporais em ambientes controlados como igrejas, centro religiosos e afins. Nesse sentido, essa compreensão de especialização dos lugares, fragmenta os usos e as possibilidades de desempenhar a *totalidade* que se relaciona com o conceito de carnaval. “O *carnival* americano é, pois, mais do que uma situação, um lugar”, especializado e desenhado esquematicamente para a sua realização.

Se pensarmos os processos sociais viabilizadores das agremiações que fazem o carnaval, idealmente poderíamos compreender os processos de forma oposta a essa noção anglo-saxônica. Não se trata de desempenhar a atividade esperada em lugares pré-determinados, mas do oposto disso: deslocar contextos, pessoas, personalidades. Acerca disso, dona Goretti trouxe uma reflexão importante em sua entrevista. Dizia ela:

> na minha cabeça, a coisa mais interessante do mundo é você tá normal agora, aí você veste uma fantasia, no que você veste a fantasia, você se transporta pra aquele mundo. E uma das frases que minha mãe tem é: ‘o maior prazer que eu tenho é pegar um tecido liso e transformar numa fantasia. Pegar uma pessoa simples e transformar numa rainha. Ou vice-e-versa’. E hoje no mundo complicado que a gente tem, até essa essência tá sendo quebrada por conta de camisa de festa fechada que custa 200, 300, 400, 500 reais e você vai ficar ali num lugar fechado, preso.

O que é trazido na fala da entrevistada, aplicado ao âmbito individual, também pode ser compreendido enquanto a experiência de transformação de um ambiente que um bloco de carnaval é capaz de gerar. Trata-se do potencial de transformação de uma fantasia aplicado em uma escala social, na qual não apenas pessoas são transformadas em opostos e outros, mas os lugares passam a se corresponder a outros significados.

Portanto, na medida em que os espaços disponíveis para o carnaval no São José são tão marcadamente modificados para eventos específicos que deixam de estar disponíveis para os blocos lugar e, ainda, quando agremiações são arbitrariamente colecionadas em dias e horas num mesmo espaço, perde-se a especificidade do que cada uma tem para apresentar. Como mencionou o morador05:

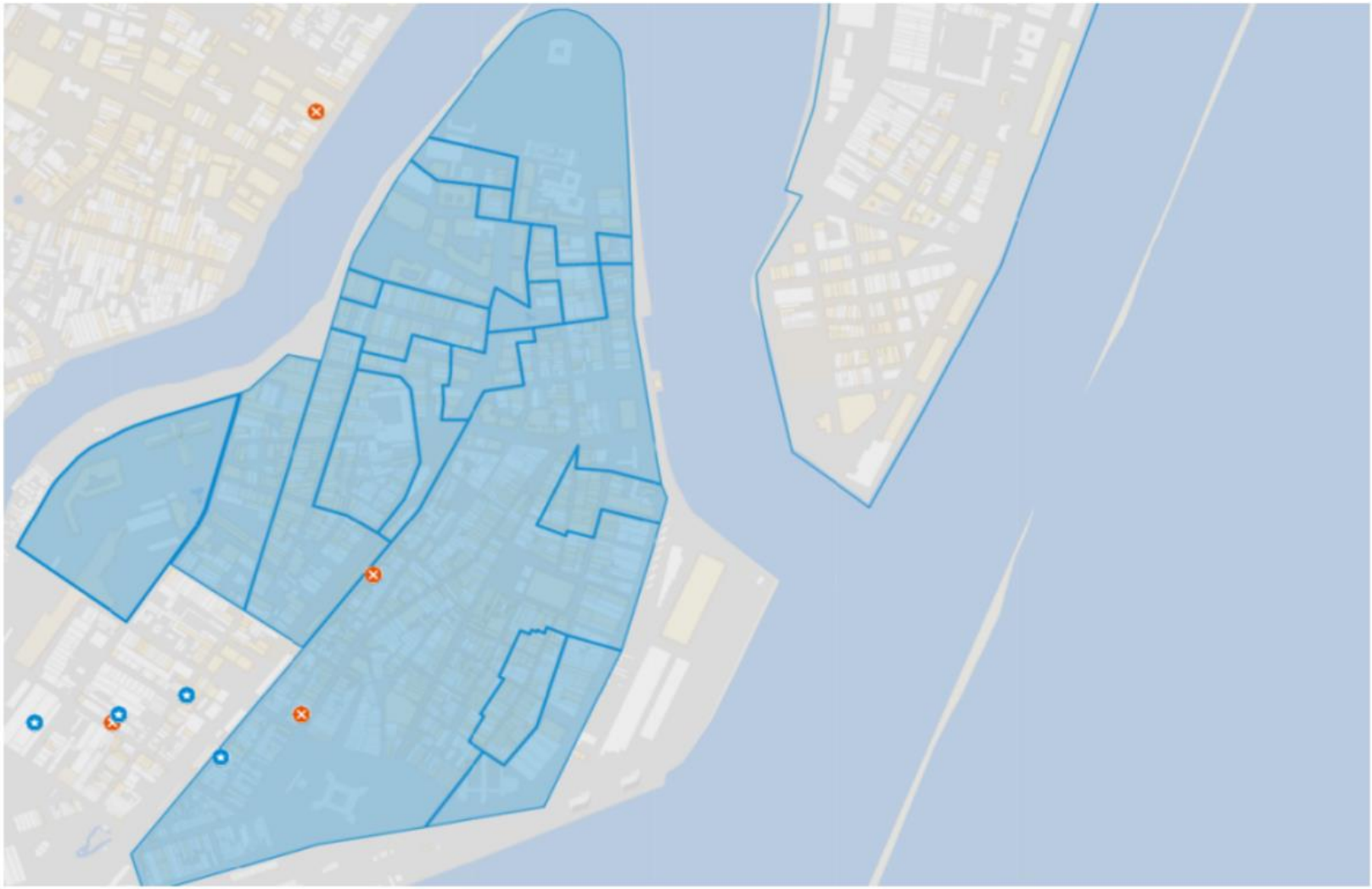
> Nós temos o Galo da Madrugada que praticamente ocupa o bairro inteiro, né? Graças a deus o Galo tem revivido aquela coisa mas é tão policiada, tão segurada que o Galo da Madrugada termina não sendo o Galo da Madrugada do bairro. É o galo da madrugada da elite, da burguesia. O

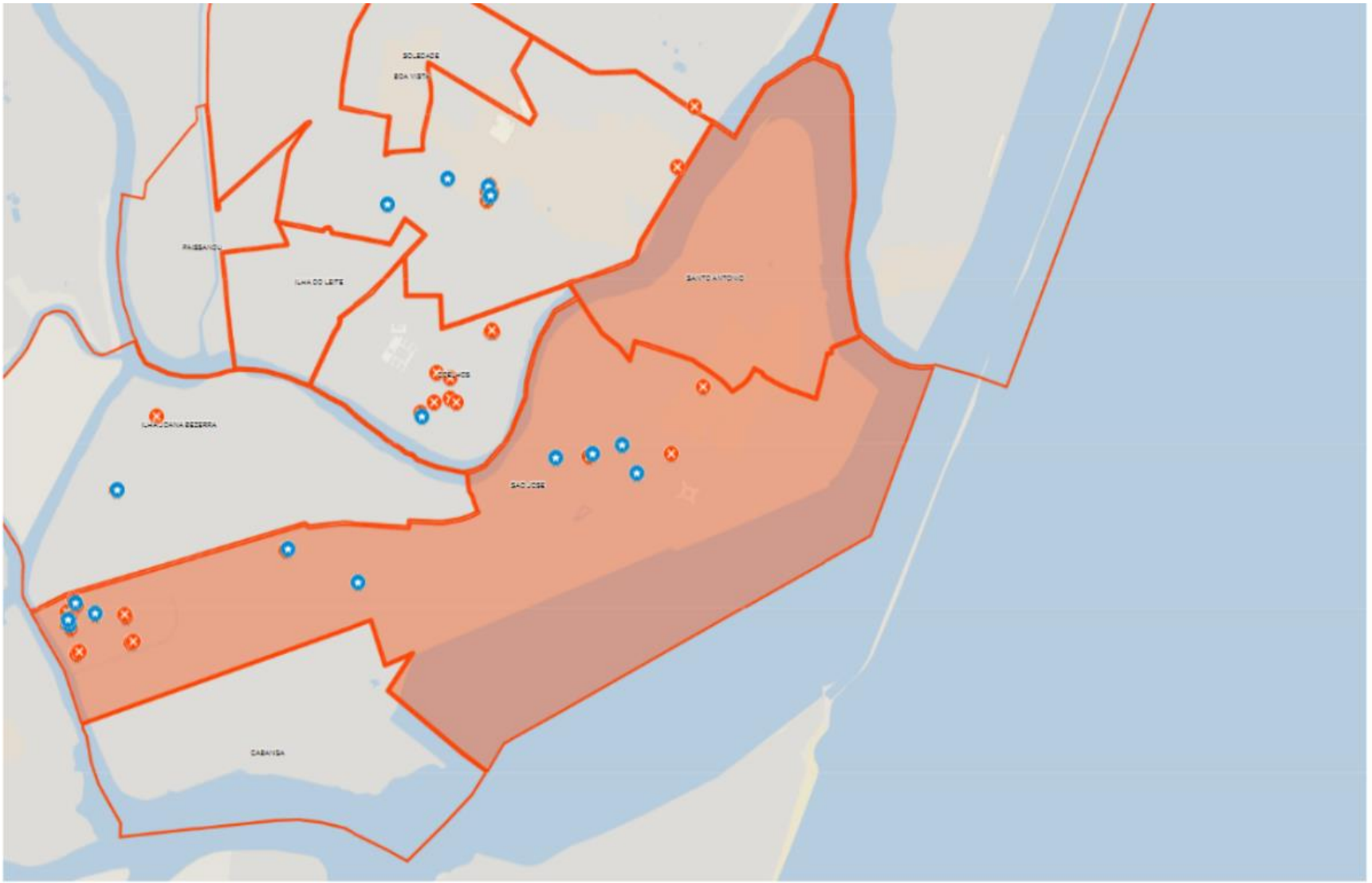
> acesso da pessoa do bairro ao galo da madrugada não existe. É meio restrito.

Na medida em que os lugares se encontram especializados, em vistas do potencial econômico e da ampliação dos lucros a partir da festa enquanto evento turístico ou majoritariamente comercial, os elementos centrais da produção social do carnaval têm paulatinamente se transformado, como já citado, em empresas e não agremiações. De forma complementar, experiências recentes de desterritoritorialização de agremiações do Recife, com desfiles durante o carnaval em outras cidades do Brasil, pode ser compreendido enquanto um outro lado da moeda do mesmo processo.

Compreende-se, portanto, que: 1) a gestão do patrimônio imaterial do São José e Santo Antônio deve estar atenta ao lugares, buscando garantir usos que colaborem com a preservação dos bens nos lugares aos quais eles se relacionam; 2) buscar incentivar a atuação das agremiações enquanto vetores de relações comunitárias, fortalecendo laços sociais entre moradores, ex-moradores e pessoas interessadas no bairro, sua memória e tradições; 3) garantir que lugares-referência, como a Casa de Badia e o Pagode do Didi, possam desempenhar papéis de centralidade social e convivência com o espaço público.

Por fim, como forma de representar a relação direta entre a redução do usos de habitação dos bairro de Santo Antônio e São José com o esvaziamento de agremiações, alguns dados cedidos pelo Núcleo de Cultura Cidadã (ano de 2018) foram georreferenciados pela equipe da DPPC, como forma de expressar graficamente o esvaziamento apreendido a partir da pesquisa. Nesse sentido, marcou-se no primeiro mapa os polígonos das ZEPH 10 e 14, como forma de ratificar que a intenção em preservar os bens construídos não repercutem em garantias para as práticas sociais características dos lugares. A partir do segundo mapa, pode-se visualizar a distribuição dessas agremiações por todo o território do São José, haja vista que nenhuma delas pode ser registrada no bairro de Santo Antônio.




SOLEDADE
BOA VISTA
PAISSANDU
ILHA DO LEITE
SANTO ANTONIO
SAO JOSE
CABANGA

4.4 Badia e Integralidades do Patrimônio Cultural

No decorrer das várias fases do período de levantamento de dados, a figura de Badia povoou narrativas sobre momentos de apogeu cultural do bairro de São José. Mesmo em vistas do processo de declínio que se encontrava, a figura política e sócio-comunitária de Maria de Lourdes Badia foi recorrentemente apresentada enquanto uma grande referência cultural para a manutenção e reinvenção das tradições do bairro. Em vistas desse fato, buscaremos elucidar brevemente alguns elementos da trajetória dessa personagem central como forma de delinear relações entre a sua importância e a preservação do patrimônio cultural. Não se trata, pois, de uma abordagem minimamente definitiva sobre a pessoa e sua importância sociopolítica, mas um registro de como conseguiu marcar sua presença na história oral e na memória social do Recife.

Sendo assim, é importante ressaltarmos que a “Casa de Badia” antecede a sua “dona”, posto que também a registramos a partir do título de “a casa das tias do Axé” – principalmente a partir de interlocutores integrantes de religiões de matriz africana e indígena. Tia Sinhá (Vivina Rodrigues Braga), também referida enquanto Iyáiná e Tia Yayá (Emília Rodrigues Castro) ou Iyájaaí, foram as irmãs filhas de africanos não escravizados que chegaram ao Recife na segunda metade do século XIX da mesma forma como é referida a vinda de Ifatinuké – matriarca do “Sítio de Pai Adão”. É em nome de ambas as irmãs que foi celebrado o contrato de compra e venda das casas 143 da Rua Vital de Negreiros e número 46 da Rua do Forte. Segundo alguns registros consultados, nesses imóveis passaram a gerenciar uma lavanderia e tinturaria com a qual garantiam recursos suficientes para a manutenção do lugar.

Badia, por seu turno, passou a ser tratada enquanto uma filha de criação e também religiosa Yayá, sendo entendida enquanto herdeira legítima das tradições da casa e, em seguida, passou a denominar o lugar – num processo semelhante ao que se pode registrar em relação ao Sítio de Pai Adão. O fato de ser referida enquanto uma das principais Yalorixás do Recife não se contrapõe à sua intensa participação na comunidade católica. Segundo Manoel Papai, Badia era uma das principais responsáveis pela articulação

entre representantes políticos e a comunidade dos Bairros de Santo Antônio e São José durante as festas de Nossa Senhora do Carmo, por exemplo, sendo também uma integrante da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Recife, da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo.

Dessa forma, o calendário anual das principais celebrações da Casa de Badia, se estabeleceu a partir de uma complementariedade entre os cultos nagô e católico, a saber:

Em maio, eram realizadas novenas do mês mariano, nas quais se recitava o terço e aos sábados também a ladainha de Nossa Senhora. Pelo fato de alguns dos entrevistados se referirem que cada noite contava com um padrinho diferente – o qual cuidava da decoração e gastos do dia – podemos deduzir a extensão das articulações sociocomunitárias que esse evento demandava.

Outro mês com atividades intensas na casa se relacionava com o ciclo junino, celebrando a trezena de Santo Antônio, a procissão do acorda povo – na qual se conduzia a bandeira e a imagem de São João, na madrugada do dia 23 – pelas ruas dos bairros, e, por fim, São Pedro, também uma grande referência para a comunidade da rua das Águas Verdes, que compartilhava os pátios do Terço e desse santo.

As comemorações para São Bartolomeu, tanto pelo sincretismo religioso, quanto pela referência política anti-escravagista (a Sociedade Beneficente 24 de agosto – Lamprut – tinha a realização das suas reuniões na casa), tinham uma grande centralidade nas atividades anuais tanto da comunidade, quanto da cidade como um todo. Exemplo disso, é que em uma de suas últimas realizações, em 1992, o patrono da novena para o santo foi o então prefeito da cidade, Gilberto Marques Paulo.

Em setembro, a festa dos Santos Cosme e Damião é que desempenhavam papel central na casa e, em outubro, se davam as celebrações a Oxalá. Por fim, no mês de novembro eram os Eguns (espíritos ancestrais), constantemente referidos como base das religiões yorubas (ou nagôs).

Em relação ao envolvimento da casa com as festividades do carnaval, anteriormente a Badia, Vassourinhas era a agremiação mais próxima às “Tias do Axé”.

Porém, quando Badia passou a comandar a casa, desempenhou um papel central na manutenção e fundação de novas agremiações, além de estabelecer eventos carnavalescos. De forma recorrente, entrevistados se referiram aos meses anteriores ao carnaval (após novembro do ano anterior) enquanto momento de transformação da casa e um atelier de carnaval.

A matriarca da casa, além de liderança religiosa e comunitária, também era reconhecida como uma das principais costureiras de fantasias, contribuindo diretamente para a realização de vários desfiles. Em razão dessa atuação decisiva para o carnaval no bairro de São José – até então, epicentro da festa na cidade – Badia recebeu, em 1985, teve como sua principal homenageada da Prefeitura do Recife, a mãe de santo. Enquanto um dos legados ainda presentes no carnaval da cidade, a noite dos tambores silenciosos talvez seja o que guarda maior representatividade à figura da “dama do carnaval” do Recife.

Destarte, a partir da amplitude das referências feitas em relação à figura de Badia, temos que não podemos isolar o seu legado especificamente em apenas um dos âmbitos de sua atuação sociopolítica, cultural e econômica. Se é verdadeiro o exercício de sua liderança comunitária, na articulação de eventos religiosos, carnavalescos e na capacidade de congregar esforços cooperativos para a realização de atividades coletivas, também é necessário ressaltar a capacidade produtiva da Casa de Badia, na formação de novas costureiras e artesãs do carnaval. Além disso, Badia sempre foi referida enquanto uma autoridade religiosa iorubá, sendo lembrada atualmente enquanto uma das principais yalorixás nagô.

Portanto, a partir da compreensão das diversas formas como Badia exercia a sua liderança, podemos compreender que tradicionalmente, o desempenho de atividades culturais em Santo Antônio e São José, se dão a partir de centralidades não apenas dessa natureza, mas também com capacidade de envolvimento sociopolítico e econômico – numa abordagem ainda perpetuada por integrantes da rua do Ramos, por exemplo. Nesse sentido, no que concerne à preservação do patrimônio cultural desses bairros, é necessário estar atento às suas diversas dimensões, não isolando-o apenas em suas atividades mais alegóricas, mas garantindo a possibilidade de perpetuação ampla tanto em relação ao calendário anual, quanto à diversidade das formas que se apresentam.

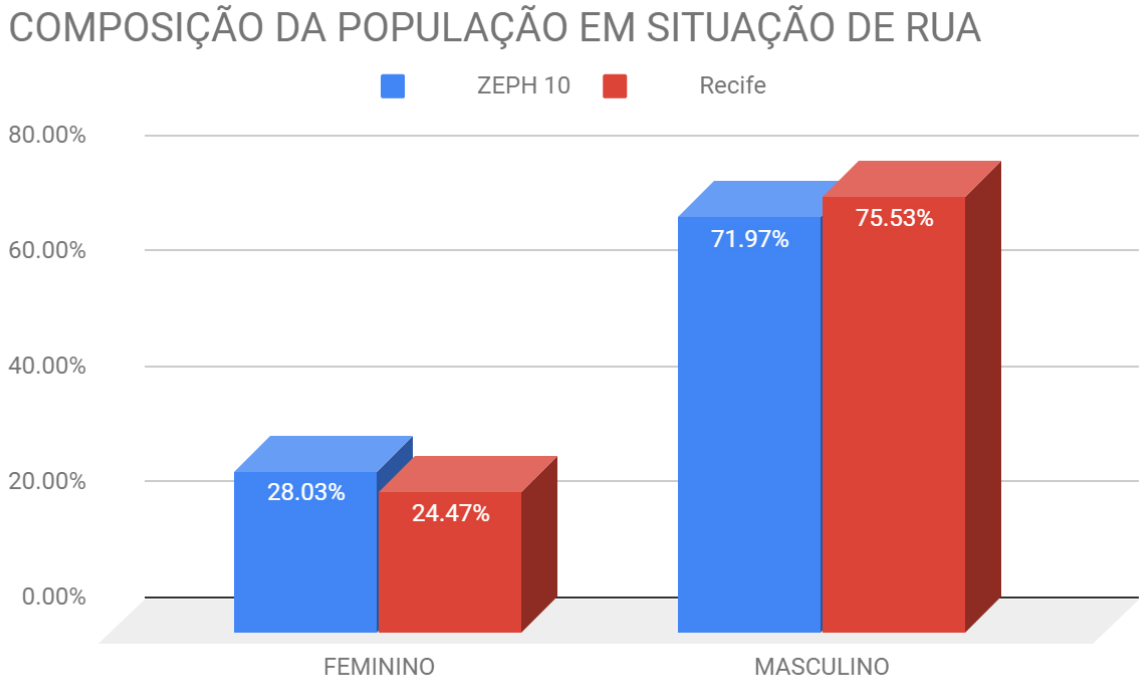
5 PAISAGEM, AUSÊNCIAS E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

O primeiro ponto a ser destacado, se relaciona ao termo “população em situação de rua”. Levando-se em conta compreensões que podemos ter em relação à teoria social, é possível compreendermos não se tratar de qualquer tipo mais delineável de agrupamento social, se não em casos e contextos específicos - enquanto sub-grupos comunitários. A partir dessa consideração preliminar, buscamos sublinhar que, em linhas gerais, não se espera que a partir de um levantamento de dados por survey – como a realizada pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos (SDSJPDDH), por meio da Gerência de Proteção Social Especial de Média Complexidade (GEPMC) e gentilmente disponibilizada à DPPC – seja possível dar conta de interações sociais razoavelmente estruturadas, ou de códigos sociais com capacidade de prescrever comportamento, elementos para formação de lideranças, aglutinações políticas ou afins.

Nessa medida, a partir da natureza dos dados e o contexto específico, é possível tomarmos enquanto adequado tratar a população em situação de rua enquanto adensamentos populacionais e agrupamentos sociais com relativa fluidez. Dada a prioridade de dar conta da extensão do evento social, na ocasião de elaboração da pesquisa por parte da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, nossas compreensões aplicadas à uma espacialidade restrita e de perfil mais delineável se dão no sentido de levantar hipóteses explicativas acerca dos elementos sociais circunscritos aos dados levantados.

Nessa esteira, parte significativa das relações sociais manifestas aos indivíduos em situação de rua se relaciona justamente aos espaços e lugares da cidade que ocupam. Há, no fundamento dessas relações, discrepâncias significativas acerca dos possíveis usos, significados e dinâmica dos espaços. Logo, em boa medida, a situação de rua manifesta discrepâncias e disputas de significados sobre as funções e ideal de cidade, portanto, de sociedade. Pondo em outros termos, de maneira recorrente a população em situação de rua só se torna objeto de debates e questionamento na medida em que seus corpos se impõem na paisagem urbana, sem esse elemento tenderiam a ser uma questão ainda mais invisível, compreendida e problematizada.

Dessa constatação, ratifica-se a necessidade do presente estudo de buscar compreender algumas relações possíveis entre esses grupos sociais e regiões da cidade em regime de preservação. Logo, neste subitem específico abordaremos aspectos concernentes às pessoas em situação de rua presentes nas ZEPH 10 e 14, compreendendo outros significados sociais e as repercussões que os espaços patrimonializados podem vir a ter a partir da interação com essa população.

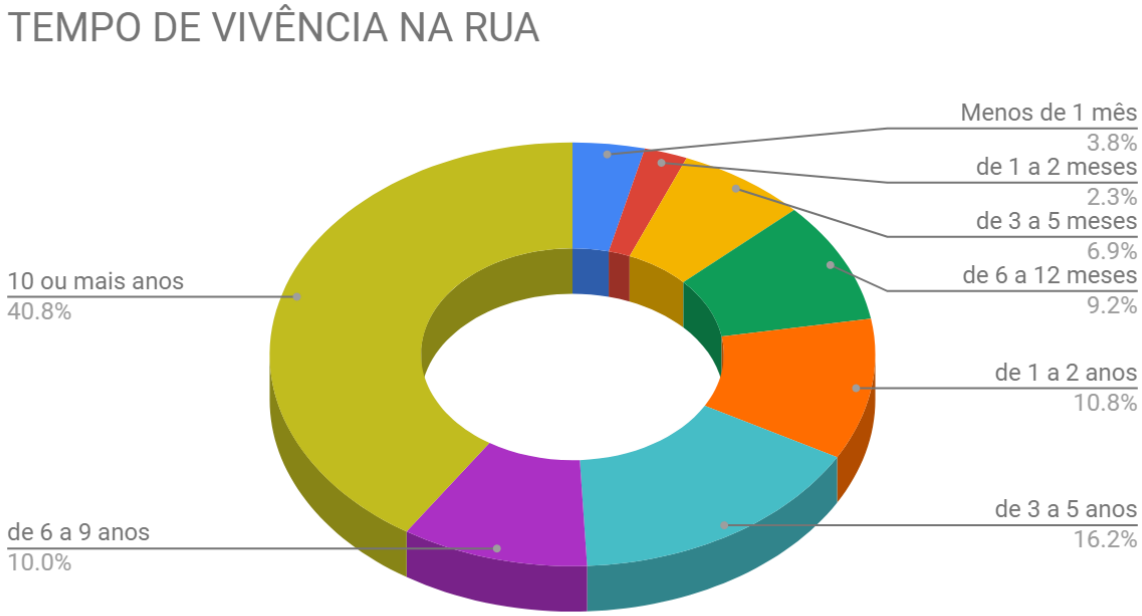


A partir do gráfico, temos uma situação de ampla desigualdade em relação à composição de homens e mulheres na população em situação de rua. Além de um dado a corroborar de não estarmos tratando de um grupo social estável, temos que a participação de homens e mulheres nos bairros de São José e Santo Antônio é compatível com a proporção geral da Cidade do Recife.

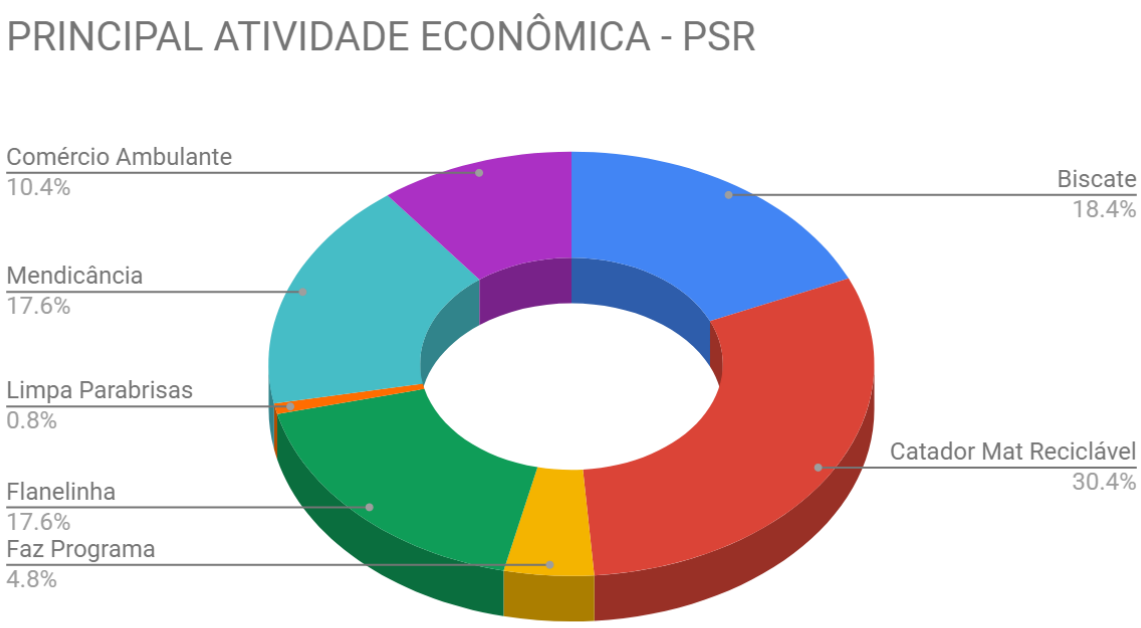
Faz-se necessário ponderar que um dos elementos centrais na condição de permanência na rua se relaciona à exposição a situações de violência. Logo, na medida em que estudos sobre o perfil da desigualdade de gênero na sociedade brasileira apontam para uma maior probabilidade de violência aos corpos das mulheres, temos que a situação de rua pode ser compreendida enquanto especialmente perigosa a elas. Portanto a condição vulnerabilidade dessas mulheres pode funcionar enquanto limitador da composição feminina desse grupo, uma vez que

até mesmo estar em ciclos de violência doméstica, pode se apresentar enquanto condição mais amena à situação de rua.

No sentido de investigar a possibilidade de uma maior estabilidade social das pessoas em situação de rua se relaciona com o tempo de permanência nas ruas. Dessa forma, temos que o contexto da população em situação de rua em São José e Santo Antônio conta com um significativo grau de renovação ou ingresso de novos integrantes, posto que 22% da população tem até um ano nas ruas. Por outro lado, porém, também se constata uma parcela populacional que tende a permanecer na condição de morador de rua. A perpetuação de uma população em situação de rua pode ser compreendida enquanto formadora de regras, códigos e valores sociais, produzindo modos de vida específicos. Logo, na medida em que 41% das pessoas em situação de rua desses bairros se encontram nessa condição a 10 anos ou mais, e a população com 6 ou mais anos na ultrapassa a metade da população total, temos grande probabilidade de que essas pessoas não tenham interesse prático na saída da situação de rua e passem a compreender as ruas não enquanto um período transitório, mas enquanto situação mais permanente. Para que isso se torne de fato possível é necessário a existência de condições mínimas para a manutenção material.



A esse respeito, podemos considerar que o adensamento populacional nas áreas de centro pode ser relacionado com o tipo de atividades econômicas e garantias materiais para a manutenção física, em outras palavras, acesso a dinheiro e comida, que esses indivíduos podem ter, estando numa região com características majoritariamente comerciais. Nesse sentido, temos que 95,2% das atividades econômicas ditas principais desempenhadas por pessoas em situação de rua se relacionam direta ou indiretamente com as atividades comerciais dos bairros de Santo Antônio e São José (todas abaixo listadas, exceto “Faz Programa”, a qual soma apenas 4,8% do total), como pode ser compreendido detalhadamente no gráfico a seguir.

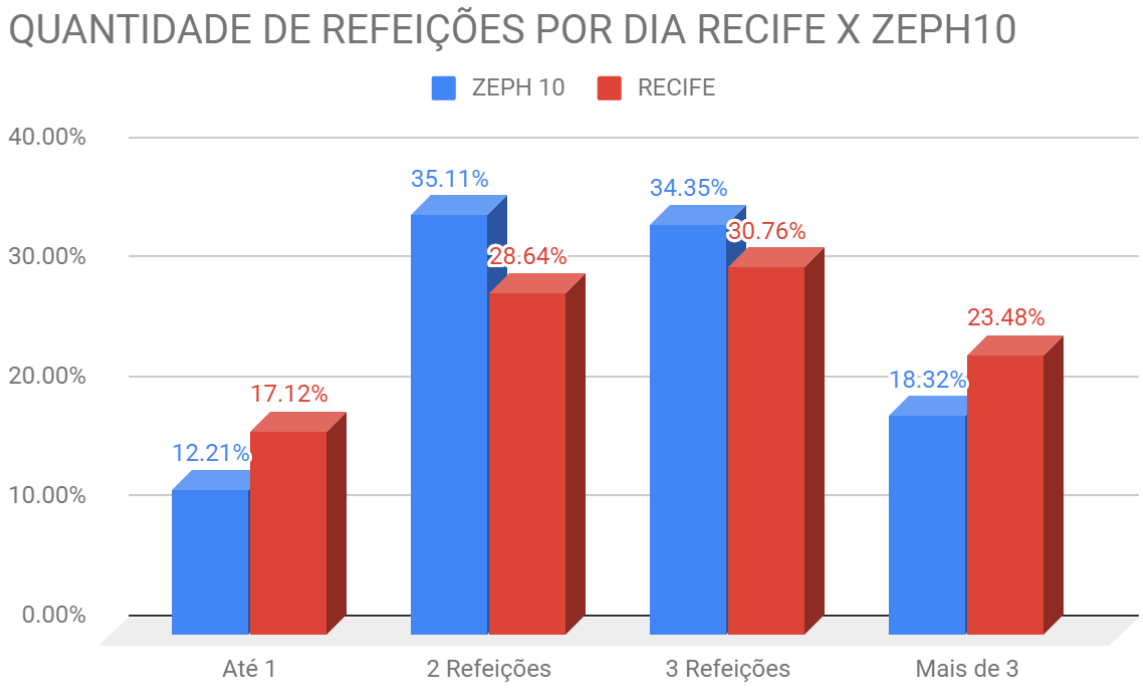


Esses elementos somados, ratificam a condição de um contexto social mais amplo do que uma simples contingência. Ao afirmá-lo, não estamos propondo a ideia de que os integrantes mais permanentes da população em situação de rua almejem manterem-se nessa condição, mas que esse contexto se faz familiar o suficiente para que não pretendam trocar possíveis moradias de baixo custo mais distantes dessas localidades centrais em vistas de elementos que entendam enquanto mantenedores da vida prática. De maneira mais sintética: a falta de moradia pode ser um problema menor do que a impossibilidade de acesso a renda e alimentos. Então, a esses pode-se aplicar mais a noção de “moradores de rua” que pessoas “em situação de rua”.

Quando estabelecemos o cruzamento de dados das principais atividades econômicas desempenhadas com o tempo de vivência na rua, temos que a média estabelecida para as últimas três faixas de tempo (“de 3 a 5 anos”, “de 6 a 10 anos” e “mais de 10 anos”) somam 67% do total. Sendo assim, podemos tecer considerações acerca de algumas tendências em ocupação dos postos e atividades desempenhadas. Logo, ao passo que 78% dos que se declaram ambulantes, estão em situação de rua a mais de 10 anos, temos que atividade tende a ser realizada por parte de pessoas mais estabelecidas. Enquanto hipótese explicativa, temos que compreender a provável maior amplitude de redes de socialização em relação às demais pessoas, a vivência de mercado que a moradia nos bairros centrais podem proporcionar, além da necessidade de compreendermos momentos econômicos e tipos de política de cada época, as quais pode viabilizar ou desestimular determinada ordem de atividades.

Dessa forma, outras atividades que poderiam vir a ser investigadas em relação a esses mesmos aspectos. Exemplo dessas, poderiam ser a de carroceiro ou coletor de material reciclável e mendicância, respectivamente com 71% e 73% dos que se reconhecem enquanto tal têm permanência nas ruas acima de 3 anos. Enquanto eventos estatísticos analisados isoladamente, esse o desvio em relação à média não é significativo a ponto de aceitarmos enquanto comprovado, mas indícios apontam para essa possibilidade.

Ainda, como é possível de constatar no gráfico a seguir, a menor quantidade de pessoas que apontaram fazer apenas uma refeição por dia evidencia uma condição média mais regular de disponibilidade de refeições do que a média constante em toda a Cidade do Recife. Numa análise mais global, pondo em perspectiva a variação de 6,47% a mais em relação às pessoas que fazem duas refeições diárias e os 3,59% entre os que fazem 3 refeições, corroboram para a compreensão que seja mais provável o acesso a alimentação no São José e Santo Antônio que a média da Cidade do Recife como um todo.

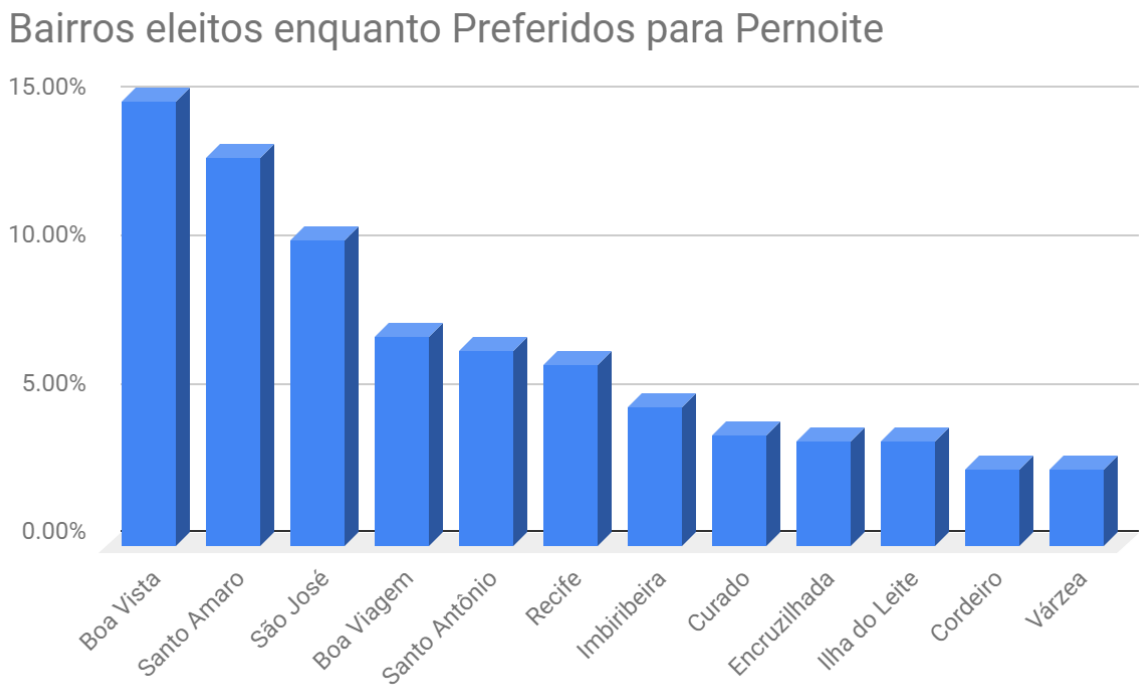


Elencando a possibilidade dessa hipótese, foram realizadas observações e levantamento de dados qualitativos a respeito da rede de apoio às pessoas em situação de rua. Um dos grupos com esse perfil é a comunidade religiosa da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Durante a realização de entrevista não estruturada (às 19:30 do dia 26/02/2019, vide caderno de campo), foi apontado por um dos integrantes do grupo de assistência que no calendário anual - especialmente no ciclo natalino - há tantas ações de distribuição de alimentos no São José e Santo Antônio que, como o grupo atua de forma mais perene, preferem reduzir a quantidade de jantares diários e almoços aos domingos para aumentar quando da retomada da demanda das pessoas.

Dessa ordem de dados, podemos compreender que parte do que toda a cidade se relaciona com os bairros de São José e Santo Antônio, é justamente através da população de rua presente nesses lugares. Com isso não estamos defendendo que parte fundante da identidade dos bairros reside nisso e que portanto deva ser preservado, mas que uma das formas que esses espaços se integram à cidade se dá através de relações sociais de solidariedade. Em boa medida, a própria manutenção de comunidades católicas a partir da concentração de igrejas pode ser entendido enquanto um elo facilitador desse processo de trocas sociais que são capazes de tornar São José e Santo Antônio enquanto lugares de prática da caridade em sua representação mais cristã.

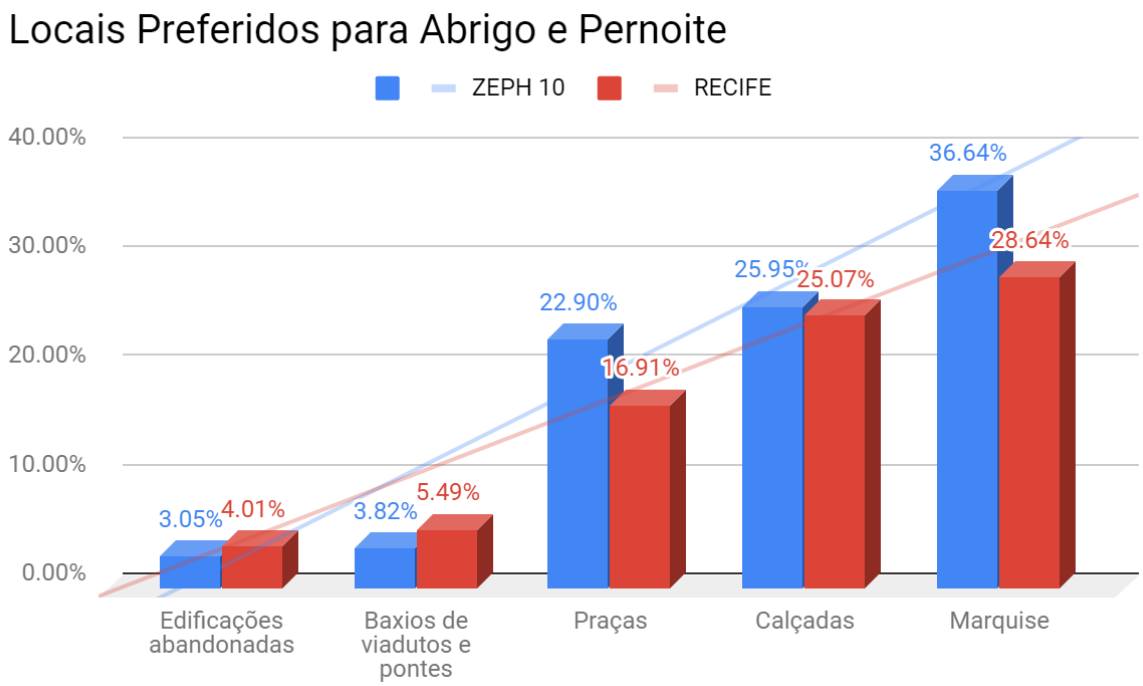
Outro elemento decorrente da observação que deve ser destacado se relaciona com a quantidade de pessoas que sabidamente não estão em situação de rua e fazem uso da distribuição de alimentos como forma de reduzir os gastos domésticos. Segundo um dos informantes entrevistados: “80% dos que tão aqui tem casa. Sai do trabalho e passa aqui pra pegar a sopa e vai pra casa já jantado. Alguns trazem já o pote e levam pra jantar em casa. Mas a maioria não mora na rua. O povo que mora na rua nem vem aqui, a maioria das vezes. Sabe que tem, mas não vem”. Para além dessa impressão - baseada na experiência prática e colecionada da distribuição de comida - pode-se perceber que a razão expressa é distinta da ocasião da observação. Embora isso, o contingente de trabalhadores e pessoas que dispõem de moradia, se mostrou mais representativo que o que fora esperado em princípio.

Disso, podemos reforçar que a percepção geral das pessoas em relação à população em situação de rua dos bairros de São José e Santo Antônio, enquanto mais precária que de fato possa vir a ser. Nesse sentido, estamos fazendo referência a algo enquanto uma reputação ou estigma, mais propriamente, de que o bairro seja tido enquanto um lugar de miséria e precárias de condições de vida. Não se pretende, contudo refutar essas condições, mas aponta-se que em relação ao restante do tecido urbano da Cidade do Recife, não se trata do lugar mais precário.



De certo, os elementos que apontam para o evento de concentração da população de rua em São José e Santo Antônio (os quais somam 17% da população em situação de rua da Cidade do Recife) se mostram demasiado amplos e multifatoriais para qualquer especulação mais assertiva acerca da causalidade geral do fenômeno. O que se pode ter enquanto certo, para além disso, são alguns elementos razoavelmente distintos do contexto geral da cidade, como o já referido acesso a refeições. Se as condições básicas de alimentação se apresentam mais favoráveis que a média da cidade, é possível fazer considerações no mesmo sentido em relação ao acesso a locais para abrigo e pernoite.

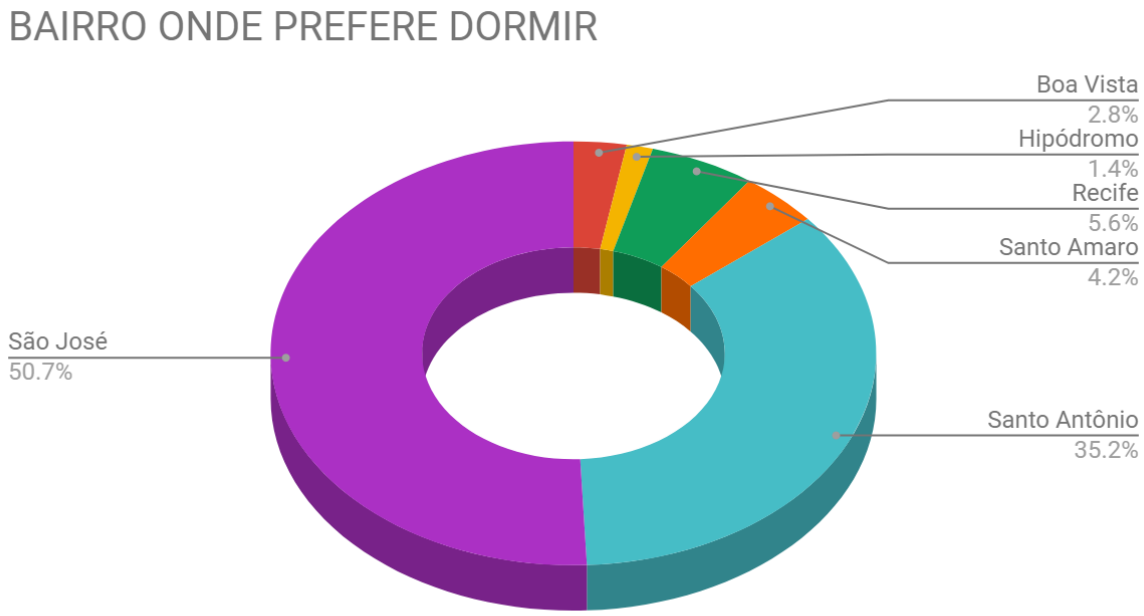
Nessa medida, têm-se alguns elementos a serem destacados, em decorrência da característica geral dos Bairros de Santo Antônio e São José: 1) o fluxo de pessoas com recursos financeiros materiais (dinheiro em espécie) e com as sobras desses montantes, que tornam mais provável os ganhos através da mendicância; 2) a disponibilidade de alimentação com acesso facilitado em relação à média da cidade; 3) o tipo de construção disponível na região central da cidade e o tipo de uso que majoritariamente prevalece, proporcionam enquanto uso complementar, o abrigo de pessoas. Nessa medida, a soma desses elementos, se apresenta enquanto um cenário favorável à eleição desses bairros enquanto os preferidos para o pernoite da população abordada pela pesquisa na ZEPH-10. Segundo os dados levantados, apenas 14% desses preferem outros bairros para pernoite.

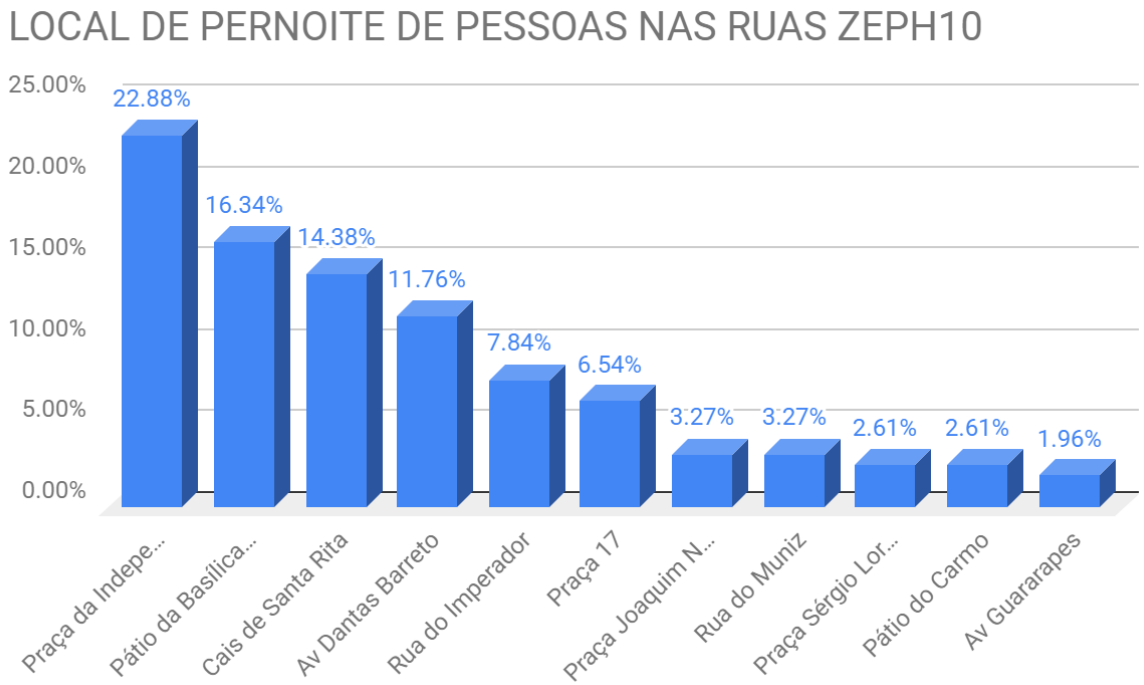


Destarte, a partir dos dados explanados na tabela acima, temos que que a população em situação de rua que vivem nos bairros de Santo Antônio e São José apresentam a mesma tendência de crescimento em relação aos tipos de abrigo disponíveis na cidade. O elemento divergente se relaciona com a intensidade do crescimento mais que a relação de ascendência das preferências, em si. Disso, podemos compreender que a presença de elementos arquitetônicos por si só pode ser compreendida enquanto aspectos que corroboram para uma maior concentração de pessoas em situação de rua nas áreas centrais da Cidade do Recife.

Os locais específicos se situam enquanto os mais buscados pela população em situação de rua que habitam o Santo Antônio e São José, dentre eles, destaca-se a praça da Independência que concentra 23% dessa população. Outros locais com significativo destaque de concentração de grupos populacionais em situação de rua são o Pátio da Basílica da Penha (Mercado de São José e Praça Dom Vital) com 16% do total, Cais de Santa Rita somando 14% e a Avenida Dantas Barreto com 12% desses moradores. Assim, essas quatro localidades somadas abrigam mais da metade da população (65% do total válido) que pernoita em ambos os bairros, evidência que aponta para uma tendência de melhor abrigamento e concentrações noturnas e matinais de população. Em um sentido mais estrito, temos que esses espaços podem ser compreendidos enquanto associações - mesmo que não explícita

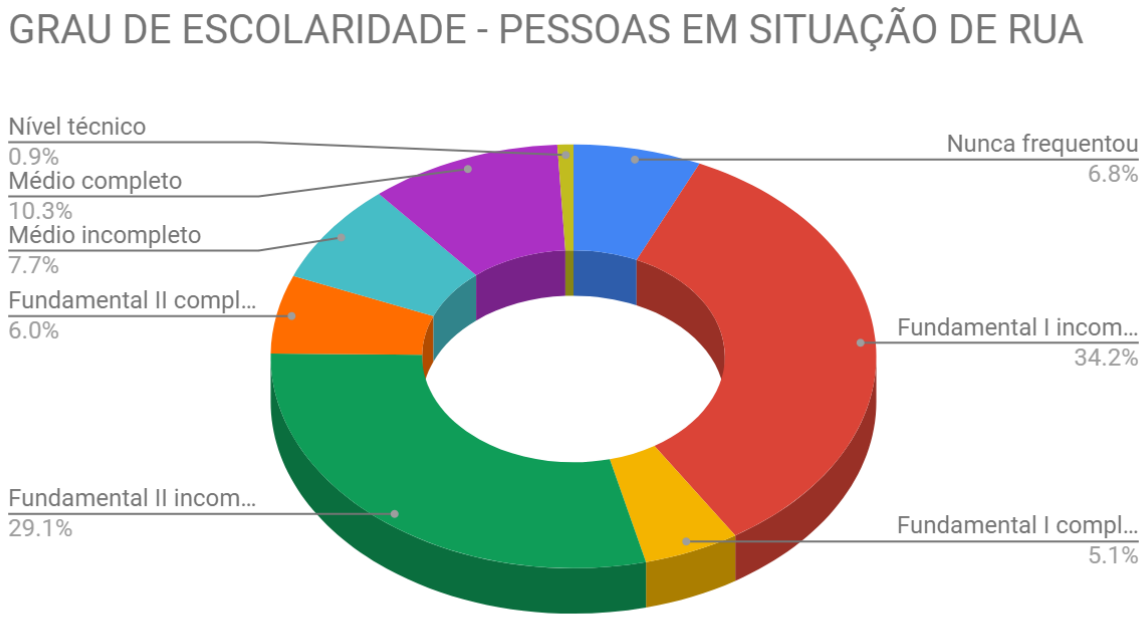
– de pessoas no sentido de maior segurança e outros tipos de relações de trocas sociais.



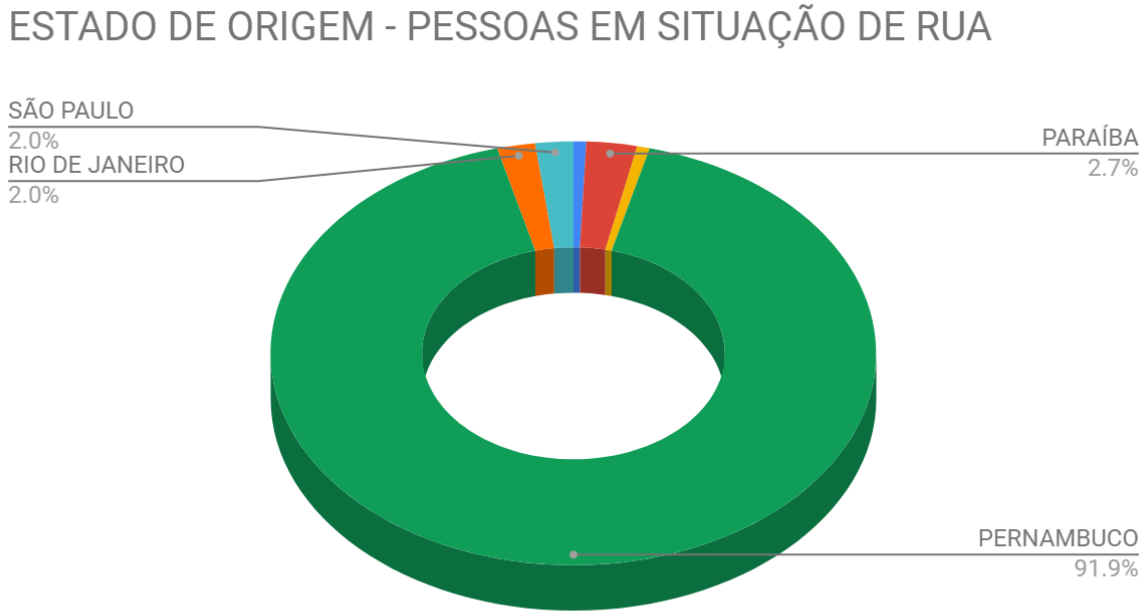


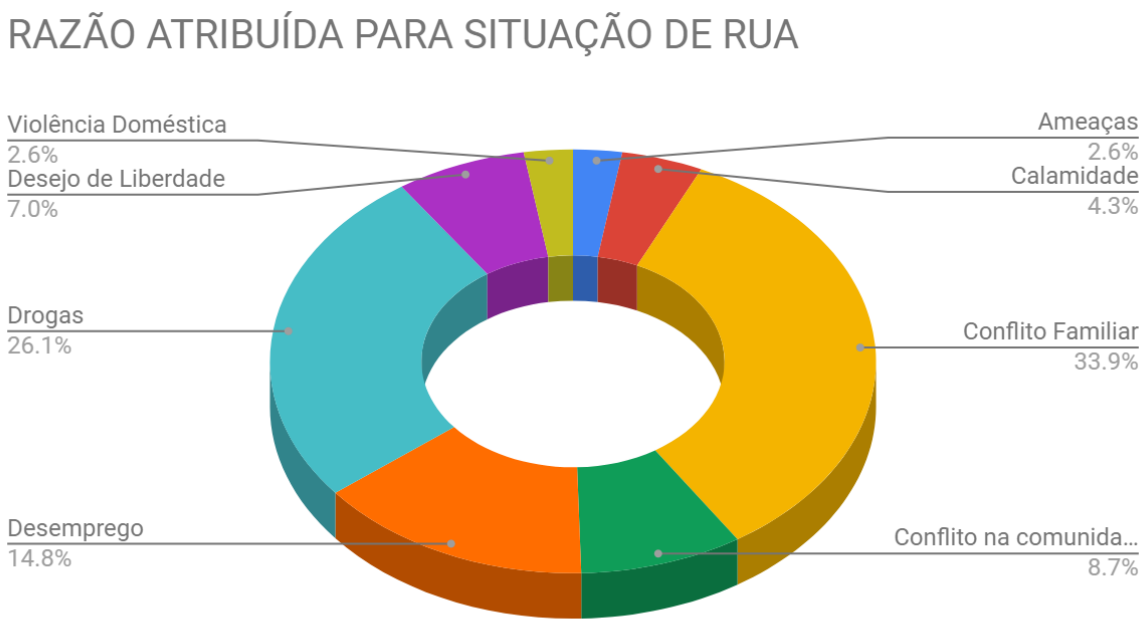
Em termos da composição etária dos grupos de pessoas em situação de rua, a partir dos dados coletados pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos (SDSJPDDH) não é possível apontarmos para idades com maior tendência de se encontrarem em situação de rua. Ao menos no contexto dos bairros de Santo Antônio e São José, há uma distribuição significativamente equitativa de faixas etárias, apontando a inexistência de subgrupos sociais com maior ou menores chances de estarem na rua.

Em termos do grau de instrução, tem-se uma relação indicativa de vulnerabilidade estrutural e dificuldades em acessar serviços do Estado. Nessa medida, temos que 75% das pessoas em situação de rua nos Bairros de Santo Antônio e São José têm no máximo o ensino fundamental 2 incompleto e somente 11% completaram o ensino médio ou técnico. A incapacidade de atuação do Estado a essas pessoas, é assim, passível de ser considerado enquanto anterior à situação de extremo desamparo característica da condição de rua.



Tem-se, ainda que a absoluta maioria das pessoas em situação de rua entrevistadas no perímetro dos bairros de Santo Antônio e São José são nascidos em Pernambuco.



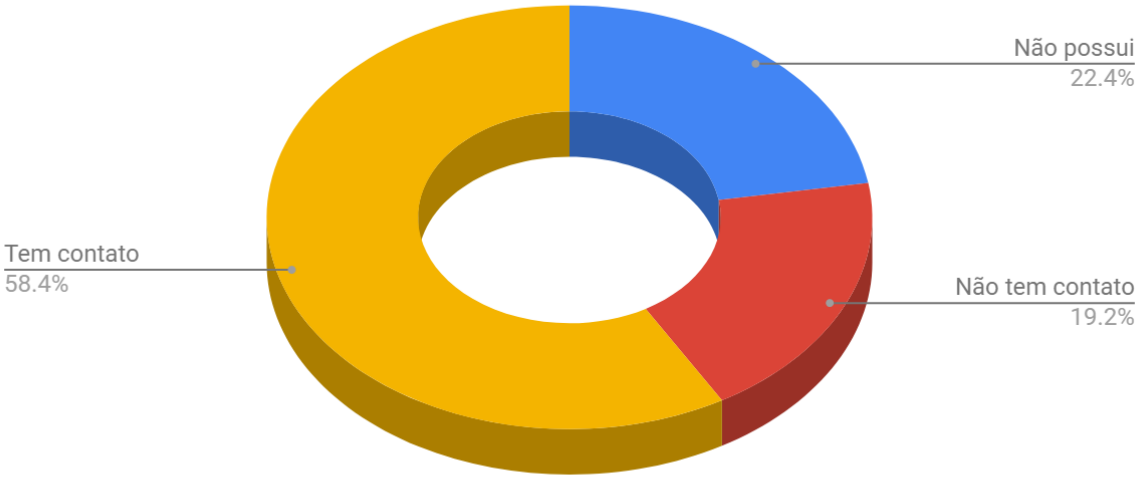


Ainda, é preponderante, que situações de violência doméstica, familiar ou comunitária sejam atribuídas enquanto razão principal para a situação de rua, tendo ocorrido com cerca da metade dos casos abordados (47,8%), ainda o uso de drogas é o segundo valor nominal (26,1%). O índice de relação ativa com familiares é significativa, o que virtualmente eleva as chances de saída da rua.

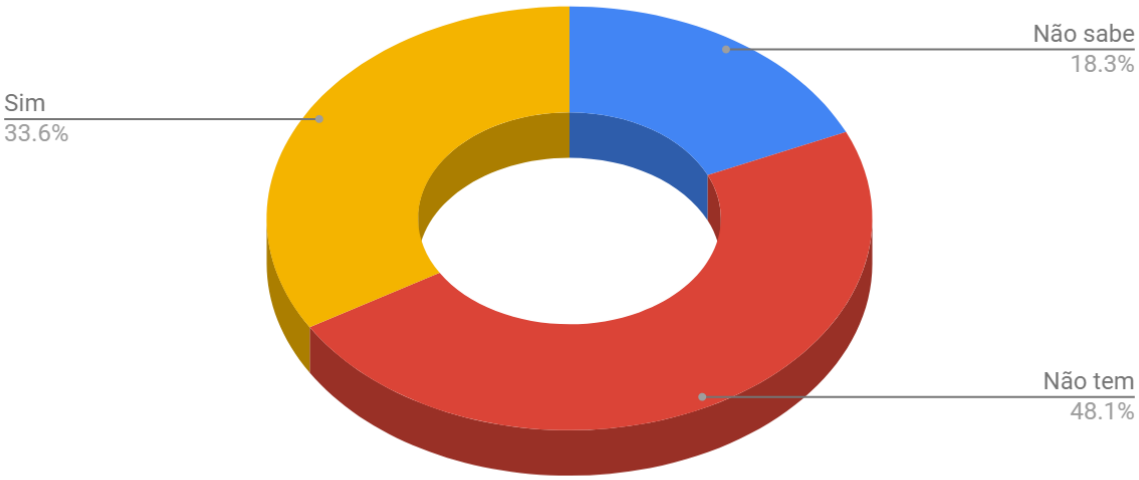
Além disso, um fator decisivo para a situação de vulnerabilidade das pessoas se relaciona ao nível de exposição a doenças e o baixo índice de adesão a tratamentos, principalmente quando se trata de processos prolongados.

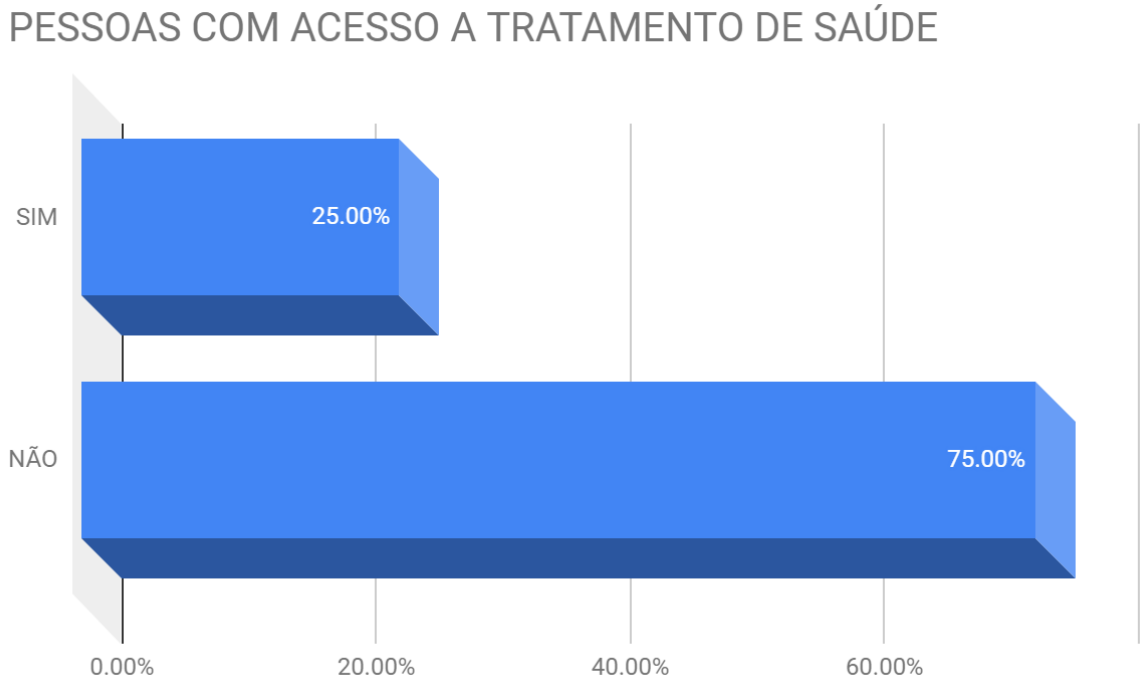
Outro elemento fundamental para esse adensamento nos bairros da ZEPH-10 se relaciona com a disponibilidade de áreas para dormir, num bairro esvaziado em seu período noturno. A partir dos locais apontados enquanto preferidos para pernoitar, podemos compreender que a dinâmica do deslocamento urbano relacionado com o Santo Antônio e São José são atrativos para os indivíduos em situação de rua.

RELAÇÃO COM FAMILIARES



POSSUI ALGUM TIPO DE DOENÇA




PESSOAS COM ACESSO A TRATAMENTO DE SAÚDE
SIM
NÃO
25.00%
75.00%
0.00%
20.00%
40.00%
60.00%

6 DIRETRIZES PARA PRESERVAÇÃO E SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL NAS ZEPH 10 & 14

Como última parte dos estudos desenvolvidos pela gerência de patrimônio cultural imaterial da DPPC, temos o esforço de articulação entre os vários aspectos investigados com o intuito de propor metas e formas de atuação para a salvaguarda e preservação do patrimônio cultural do lugar. Nesse sentido, se mostra fundamental compreendermos a complementaridade das várias atividades tradicionais dos ambientes de grupos sociais de Santo Antônio e São José. De forma explícita, era com base nessa perspectiva que os feirantes do entorno do mercado reforçavam que a atividade deles também cooperava com o comércio do interior, reconhecendo, na mesma medida, a necessidade de regulação de ambas.

Ao fazê-lo, é necessário ressaltar, estabelece-se também uma proposta de preservação mais ampla do patrimônio cultural, a partir da paisagem social, sobrepondo não apenas atividades culturais distintas, mas também elementos de natureza diferentes – material e intangível – enfocando as suas complementariedades e formas de interação, manutenção e produção de significados. Dessa forma, a regulação do comércio popular de rua se mostra de fundamental importância para a preservação de uma tradicionalidade do lugar, como é registrado desde os primeiros séculos nos bairros, quanto como forma de não desertificação da paisagem cultural.

Para tanto, a educação patrimonial desponta enquanto um elemento fértil para o processo de regulação do comércio popular de Santo Antônio e São José, na medida em que se mostra um elemento interessante para reafirmação desses grupos enquanto tradicionais no lugar e, na mesma medida, manutenção de elementos centrais da paisagem cultural dos bairros.

Como uma das formas de elucidar a pertinência dessas interações, temos o registro de um evento importante nos períodos de maior frequência de público consumidor. Trata-se do estabelecimento de tabuleiros e barracas de vendedores ambulantes na rua Tobias Barreto que, naquelas ocasiões, se faz intenso o suficiente para suprimir espaços atualmente dedicados ao tráfego de veículos. Ao se realizar, a atuação de ambulantes e público frequentador do lugar reestabelece traçados antigos que corrompem a reforma urbana da avenida Dantas Barreto.

Na medida em que essa avenida foi constantemente apresentada como elemento de tensão para a realização de atividades tradicionais e também cotidianas, temos que eventos como esse podem ser considerados com potência suficiente para estabelecer pontos de conexão entre ilhas comunitárias e residenciais. Para tanto, poderia ser incentivado usos específicos em períodos de menor fluxo de pessoas (como feiras livres de antiguidades, por exemplo), além de intervenções urbanísticas (como passagens em nível para pedestres e iluminação pública que registrasse trajetos anteriores das ruas desaparecidas para a construção da avenida Dantas Barreto).

Como forma de garantir atividades comerciais mais diversas e atentas ao público residente nos bairros, compreende-se que atividades que prestam serviço a esses grupos, como é o caso de padarias e mercados com horário estendido, podem ter incentivos análogos aos de uso domiciliar, haja vista que se apresentam e são percebidos pelos moradores enquanto viabilizadores desse tipo de uso.

No mesmo sentido de garantias básicas para moradores dos bairros a partir das compreensões evidenciadas pelos grupos comunitários atuais, compreender as agremiações e grupos culturais ainda em atividade nos bairros enquanto núcleos de formação sociocultural com interesses comunitários, apresenta-se enquanto potencial viabilizador da manutenção das tradicionalidades do lugar. Ao passo que o fazem, esses grupos também se apresentam enquanto possibilitadores de ingresso de jovens e adultos no mercado de trabalho, como outrora as costureiras e artesãs do carnaval desempenhavam em relação a vizinhas e frequentadores do lugar.

Na medida em que o São José ainda se apresenta enquanto local de referência para consumo de produtos têxteis e que a memória de formação das agremiações carnavalescas e outros grupos culturais se faziam também a partir da formação de artesãs e costureiras, pode-se compreender que a identidade e vocação produtiva do lugar compartilham eventos, o que potencializa agregação de valor simbólico aos produtos comercializados, especialmente a partir de moradores e produtores culturais.

Sendo assim, o retorno de agremiações do bairro, as quais não guardam apenas em seu nome, o São José, mas também a memória social dos bairros e seus eventos mais marcantes, também pode ser compreendido enquanto uma forma de favorecer outros usos, em especial, o residencial.

Para tanto, destaca-se a necessidade de viabilizar uso residencial integrado a atividades culturais e de lazer, como se apresentou tradicionalmente o núcleo residencial do Pátio do Terço e seu extenso calendário de celebrações e festas ao longo do ano. Como novos núcleos comunitários estabelecidos à luz da região do complexo das Cinco Pontas e Pátio do Terço, a partir da experiência exitosa desenvolvida de moradia no centro pela reabilitação do edifício São José, tem-se uma relação semelhante entre a Rua do Ramos e o edifício Esther. O uso residencial agregado em núcleos comunitários, se mostra uma possibilidade de reabilitação de lugares para esse fim nos bairros, por garantir atividades em espaços públicos e maior controle social comunitário.

Por fim, compreende-se enquanto atuação urgente em prol da salvaguarda do carnaval de rua dos bairros de Santo Antônio e São José, a viabilização de desfiles de troças e agremiações do lugar pelas ruas dos bairros. Além da assistência aos ensaios públicos dos blocos que se mantém sediados em São José. Atividades dessa natureza apresentam potencial para o desenvolvimento social relacionado ao patrimônio cultural, fortalecendo elementos identitários e comunitários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 89-94.
BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 9.
CABRAL, Renata. A Igreja e o Pátio de São Pedro dos Clérigos em Recife: notas sobre sua história e perspectivas para sua conservação Revista restauro v.3, n.5 (2019)
DA MATTA, Roberto. Carnavais Malandros e Heróis.
NASLAVSKY, Guilah. Modernidade arquitetônica no recife: arte técnica e arquitetura, 1920-1950. 1998. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Paulo, São Paulo, 1998.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Marc Augé (2012) Não Lugares

Marc Augé (2010) Por uma antropologia da mobilidade

BAKHTIN, M. M. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1999.

ANEXOS

Fichas de Significância

A partir dessas entrevistas, segue a tabela com a sistematização das relações de significância dos lugares.

Moradora 1				
Imagem	**Lembrou**	**Principais referências**	**Qual o que mais gosta?**	**Principal Valor**
Basílica da Penha / Rua Das Calçadas	Sim (Penha)	"aqui antigamente tinha o cinema glória". "esses prédios velhos ainda tem." "o comércio ali é o melhor comércio que tem aqui no bairro de São José. Acho que no centro da cidade é o principal, o que tem mais movimento. "		Comercial (Rua Das Calçadas)
São Pedro	Sim	"ta a mesma coisa".	"eu gostava muito do Pátio de São Pedro. Minha tia me levava muito para lá no carnaval".	Cultural, antiguidade, histórico, simbólico.
Cais de Santa Rita	Não	"É uma imundice." "é uma vergonha para Recife aquele Cais de Santa Rita".		Não tem nada
Forte Das Cinco Pontas	Sim	"aqui é onde tinha o quartel que agora é o museu".	1º "eu gostava do forte das cinco pontas, porque ali antigamente tinha uma praça. Ali antigamente tinha uma praça que tinha	Histórico.

			brinquedo. Um parque infantil. Tinha... com escorrego, com balanço. Com banquinho pra sentar - que hoje em dia ainda tem porque botaram aquele monumento ali, num foi? Pronto ali tinha um parque. Da prefeitura. Eu ia muito pra lá. (...) Eu gostava também de ir pro Pátio do Terço. Das cinco pontas... tudo ali pertinho. E eu também morava ali perto. E Pátio de São Pedro a gente gostava também de ir. Ali pro carnaval".	
Basílica do Carmo	Sim	"né a igreja de São José. É a igreja da Penha ?". "é a Igreja do Carmo" Para mim é a igreja mais bonita que existe".		Cultural, histórico, antigo.
Pátio do Terço	Não	"é a do Livramento ?" "tinha uma padaria aqui e nesse outro lado tinha outra. Porque aqui no bairro de São		Econômico, histórico, cultural (só pelo carnaval).

		José a gente não tem nenhuma padaria hoje".		
Mercado de São José	Sim	"mudou muito pouco. Só tem mais barraca e sujeira. A sujeira é muito grande. Aquele lado do peixe é uma imundice !"		Econômico, histórico, cultural e simbólico.
Moradora 2				
Imagem	**Lembrou**	**Principais referências**	**Qual o que mais gosta?**	**Principal Valor**
Basílica da Penha / Rua Das Calçadas	Não			
São Pedro	Sim. Na segunda tentativa	"tinha tanta coisa: casamento..." "fica tão difícil falar dele atualmente. Hoje ele ta horrível!"		Histórico, artístico, cultural, antiguidade, simbólico.
Cais de Santa Rita	Não	"quando era rodoviária, ajudava muito aqui. Era muito movimentado quando era rodoviária".		Econômico, histórico, antigo, simbólico
Forte Das Cinco Pontas	Sim.	"é o Museu".	"o forte é importante"	
Basílica do Carmo	Não	"aqui é a Rua do Imperador. Aquela Igreja".		
Pátio do Terço	Sim		1º Pátio do Terço	Histórico
Mercado de São José	Sim	"o mercado ta uma vergonha. Infelizmente não é mais aquele mercado".		Histórico, artístico, econômico, Cultural, Antigo, simbólico
Moradora 4				

Imagem	Lembrou	Principais referências	Qual o que mais gosta?	Principal Valor
Basílica da Penha / Rua Das Calçadas	Sim (Penha)		1º “eu gosto mais da Penha. Tem dia que digo assim: vou ali na Penha me energizar”.	(Não informado. A Entrevista foi interrompida.)
São Pedro	Não	“isso ai é a igreja de Santo Antônio, né?” “morava nessa rua ai. A gente brincava, na Rua do Fogo. Tinham mulheres de prostituição, nesse tempo era tudo escondido, né. ” “Ai quando começou nos anos 70 ai é que começou o Pátio de São Pedro. Tinhas uns barzinhos”.		(Não informado. A Entrevista foi interrompida.)
Cais de Santa Rita	Sim	“tinhas umas feirinhas lá. Minha mãe fazia feira lá. Ela tinha um amigo chamado Galego. E era mesmo, tinhas uns barquinhos lá. “era um rio, não era aterrado não. Mais ou menos onde tem o fórum Paula Batista era rio, era praia. Vendia siri mole, essas coisas.”.		(Não informado. A Entrevista foi interrompida.)
Forte Das Cinco Pontas	Não			(Não informado. A Entrevista foi interrompida.)
Basílica do Carmo	Não			(Não informado. A Entrevista foi interrompida.)

Pátio do Terço	Não	“era o livramento”.		(Não informado. A Entrevista foi interrompida.)
Mercado de São José	Sim			(Não informado. A Entrevista foi interrompida.)